

ORGANIZADORES

Gean Nunes Damulakis

Alessandro Boechat de Medeiros

INÓIS

da LIN
GUÍSTICA
TICA



ORGANIZADORES

Gean Nunes Damulakis

Alessandro Boechat de Medeiros

INÓIS

da LIN
GUÍSTICA
TICA



| São Paulo | 2023 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

N897

Nós da linguística / Organização Gean Nunes Damulakis, Alessandro Boechat de Medeiros. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-862-1

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98621

1. Linguística. 2. Gramática. 3. Diversidade linguística. 4. Variação linguística. 5. Divulgação. I. Damulakis, Gean Nunes (Org.). II. Medeiros, Alessandro Boechat de (Org.). III. Título.

CDD: 410

Índice para catálogo sistemático:

I. Linguística

Simone Sales – Bibliotecária – CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	Alessandro Boechat de Medeiros
Tipografias	Acumin, Belarius
Revisão	Landressa Rita Schiefelbein
Organizadores	Gean Nunes Damulakis Alessandro Boechat de Medeiros

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa de Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil



Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade César de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginiski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Prefácio12

CAPÍTULO 1

Ana Paula Quadros Gomes

A força do palavrão15

CAPÍTULO 2

Alessandro Boechat de Medeiros

Léxico e língua-l(terna)26

CAPÍTULO 3

Gean Damulakis

Evandro de Sousa Bonfim

**Origens das denominações
de povos e línguas no Brasil38**

CAPÍTULO 4

Aniela Improta França

**As f@ke newXs e o desejo
de mudar a língua.....51**

CAPÍTULO 5

Gean Damulakis

Karen Sampaio Braga Alonso

**"A ficha ainda não caiu":
por que nem todo mundo sabe mesmo
o que essa expressão significa?62**





CAPÍTULO 6

*Ana Regina Vaz Calindro
Karen Sampaio Braga Alonso*

Carne a peso de ouro. Quem vamos?.....73

CAPÍTULO 7

Marcelo Alexandre Lopes de Melo

**O teu sotaque não nega, amada,
porque tens sotaque, amor 81**

CAPÍTULO 8

Gean Damulakis

Xiboletes no (e do) português93

CAPÍTULO 9

Evandro de Sousa Bonfim

**Glossolalia:
o “falar em línguas” e os estudos da linguagem..... 105**

CAPÍTULO 10

*Brenda Barreto
Bruna Machado*

**A linguística explica
os encantos da fala infantil 113**

CAPÍTULO 11

Alessandro Boechat de Medeiros

A selva dos tempos verbais 122

CAPÍTULO 12

Karen Sampaio Braga Alonso

VaChina 137

CAPÍTULO 13

Alessandro Boechat de Medeiros

A Biblioteca de Babel 145

CAPÍTULO 14

Thiago Nascimento de Melo

**O que se sabe quando
se sabe uma língua?** 152

CAPÍTULO 15

Adriana Leitão Martins

**Doença da linguagem:
o que é isso e quem tem isso?** 161

CAPÍTULO 16

Marcus Maia

**Focalizando e Topicalizando
na língua Karajá:
brincando epilinguisticamente** 170

CAPÍTULO 17

Clara Sousa da Silva

**Esse bem podia ser
um texto legal sobre Linguística** 177

CAPÍTULO 18

Diogo Pinheiro

Linguagem não é (só) sobre comunicação 184

CAPÍTULO 19

Diogo Pinheiro

**Delegacias de Mulheres são
acolhedoras para mulheres. Só que não** 193



CAPÍTULO 20

Gean Damulakis

Línguas ameaçadas:

diversidade linguística em perigo..... 202

CAPÍTULO 21

Gean Damulakis

Cooficialização de línguas no Brasil:

características, desdobramentos e desafios..... 213

Línguas citadas neste livro.....227

Sobre os autores e as autoras..... 228

Índice remissivo..... 231



PREFÁCIO

Este livro reúne 21 textos publicados na página *Divulgando linguística* do site do Departamento de Linguística e Filologia (www.lefufrj.wordpress.com/divulgando-linguistica) da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os textos foram produzidos ou anexados à página entre novembro de 2020 e dezembro de 2022, e se dedicam à divulgação científica na área da linguística. A ideia de criar um espaço para divulgação no site do Departamento surgiu durante a pandemia de covid-19 com o intuito de propiciar e manter a comunicação com uma audiência extramuros, além dos limites do mundo acadêmico. Para este livro, os textos sofreram leves atualizações de sua versão publicada originalmente. Ainda assim, por conta da inevitável conexão com o momento de sua produção, alguns trechos dos trabalhos podem se referir a situações sociais e políticas já não mais presenciadas, mas ainda facilmente memoradas. No final de cada texto, há a indicação da data de publicação original.

A linguística é uma ciência relativamente recente (datada do início século XX) e ainda pouco conhecida do público em geral. Apesar de nova, já se desenvolveu bastante tanto no nível teórico quanto no nível metodológico, e hoje dialoga com diversas outras áreas de conhecimento, como a medicina, a fonoaudiologia, a antropologia, a psicologia e a literatura. Os conceitos mobilizados pela disciplina também têm sido de grande relevância em áreas como a educação e a elaboração de sistemas de escrita para línguas ágrafas. Atualmente, o interesse da ciência da computação pela linguística cresceu por conta do aprimoramento de buscadores na internet e de necessidades novas, carreadas pelo desenvolvimento recente de sistemas de inteligência artificial. Mesmo no mundo do entretenimento ela tem mostrado sua importância, desde a criação de línguas (como o Na'vi

do filme *Avatar* e o Klingon, da série *Jornada nas estrelas*), passando pela recriação da pronúncia e uso de línguas mortas (como nos filmes *A Paixão de Cristo* e *Apocalypto*), até a identificação de padrões de sotaque para o treinamento de atores.

Neste volume o leitor vai encontrar um conjunto bastante significativo de textos, numa linguagem acessível, sem descartar o rigor teórico, que versam sobre temas muito variados. A organização sequencial dos trabalhos levou em consideração o assunto abordado. Os primeiros seis textos giram em torno do vocabulário (ou léxico). Tais textos exploram tanto as relações entre as palavras e os respectivos sistemas linguísticos quanto os usos dessas palavras e suas implicações na sociedade. Os quatro textos seguintes tratam das propriedades sonoras das línguas (a fonologia e a fonética), mais uma vez levando em consideração seus aspectos linguísticos e sociais. Os dois trabalhos subsequentes tratam da forma interna das palavras (morfologia), mostrando como o falante transita entre os recursos disponíveis na língua e a sua criatividade baseada nesses recursos. Em seguida, seis trabalhos se voltam para a maneira como os elementos do vocabulário se combinam para formar frases (a sintaxe das línguas naturais), explorando tanto as possibilidades combinatórias que as línguas permitem como aspectos cognitivos, neurológicos e sociais. Os três textos que encerram este livro discutem as relações entre a linguagem e o mundo sócio-político.

Esperamos, em primeiro lugar, que o leitor aprecie o material contido neste volume. Em segundo lugar, que os textos cumpram o papel de veicular produção de conhecimento acadêmico numa linguagem informal ou menos técnica. Por fim, e mais importante, desejamos despertar a reflexão do leitor sobre os temas suscitados pelos trabalhos, que são, cremos, questões que nos circundam e, muitas vezes, constitutivas do nosso cotidiano.

A produção deste livro foi financiada com verba PROEX/
Capes do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ
(PPGLIN - UFRJ).

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2023.

Gean Nunes Damulakis

Alessandro Boechat de Medeiros



1

Ana Paula Quadros Gomes

A FORÇA DO PALAVRÃO

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98621.1](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98621.1)



Pesquisadores traduziram palavras e se surpreenderam com palavrão: 'Filho da p'*

Imagem: Divulgação/The Vindolanda Trust

Fonte: [https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/05/29/pedra-de-1700-anos-atras-e-achado-com-ofensa-a-soldado-filho-da-p./](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/05/29/pedra-de-1700-anos-atras-e-achado-com-ofensa-a-soldado-filho-da-p/), 2022

RESUMO:

Este texto fala de uma parte da nossa língua bastante malvista pela sociedade em geral: os palavrões. O objetivo é mostrar que nada na língua merece desprezo. Tudo é muito interessante! Os “nomes feios” têm uma força sem igual, e não servem só para xingar, podendo ser usados até para fazer elogio! Há grande diversidade entre os palavrões. O mundo dos palavrões é riquíssimo, espelhando toda a grandeza associada à língua portuguesa. Veja aqui um breve panorama desse tema.

Ei, psiu! Você! Você fala palavrão? Quem nunca, não é mesmo? Quem nunca temeu ser obrigado a lavar a boca com sabão diante da denúncia de outra criança: "Mãe, o Zezinho tá falando nome feio!"

Falar palavrão é geralmente associado a falta de educação, a grosseria. E não é de hoje que ofensas são feitas com palavras de baixo calão. Na Inglaterra, foi encontrado um grafite de mais de 1.700 anos, chamando o soldado romano Secundinus de "filho da puta" (confira imagem que abre este texto).

Sem dúvida, há outras formas de ofender, sem usar palavrão. Quando um juiz de futebol é chamado de ladrão, ele se sente insultado. Mas um palavrão é pesado. "Evite palavrões" é uma regra de etiqueta, de bom comportamento em sociedade. Em 2022, criou polêmica a distribuição do livro *Estranhas Histórias*, de Lia Neiva, a estudantes do 5º ano do ensino fundamental. Por causa de um único palavrão em 144 páginas, a Prefeitura de Rio Claro (SP) vai recolher todos os exemplares (Marin, 2022).

Por que as pessoas ficam chocadas com a exposição de crianças a um só palavrão? Por que somos tão sensíveis ao uso de palavras "sujas"? É o poder do tabu, é claro. É justamente por ser proibido dizer palavrão que, quando ditas, essas palavras chamam tanto a atenção. O que conta como nome feio é cultural, assim como a etiqueta, a boa educação (por exemplo, dizem que na Arábia Saudita é bem-educado arrotar depois de comer, sinalizando que você ficou satisfeito). Uma mesma palavra, em épocas diferentes da história, pode ser considerada linguagem comum ou chula. Por exemplo, 'dick' (inglês), que hoje alude ao órgão sexual masculino e é considerado xingamento ("You are a dick" = "Você é um babaca"), em priscas eras era apenas um inofensivo apelido alternativo a Rich, para quem se chamasse Richard. Aqui no Brasil temos o nome próprio Bráulio, que tem sido usado como apelido do órgão sexual masculino, inclusive em uma campanha oficial do Ministério da Saúde, de 1995, feita para incentivar o uso da camisinha (essa campanha foi tirada

do ar a pedido de brasileiros chamados Bráulio, que se ofenderam com a associação de seu primeiro nome à genitália masculina). Os palavrões costumam historicamente estar ligados à sexualidade e ao seu avesso, à pornografia, ou aos excrementos produzidos pelo organismo, ou à blasfêmia ou desobediência a dogmas religiosos.

Figura 1 - Charge de Nani e história em quadrinhos de Maurício de Souza



Fontes: <http://www.nanihumor.com/2014/05,2014>; <https://www.youtube.com/@gibisdochico/videos>, 2021

Xingar faz bem às pessoas, dizem os psicólogos. Dizer algo forte pode trazer alívio. Os palavrões nos permitem expressar nossas emoções simbolicamente, aliviando a tensão e reduzindo o conflito, até mesmo evitando chegar ao ponto de uma agressão corporal. Soltar palavrões desencadeia uma resposta emocional que melhora a tolerância à dor, produzindo uma resposta ao estresse e liberando adrenalina. Alguns pesquisadores veem o palavrão como sinal de inteligência e de criatividade. Interessante, não?

Sim, os “nomes feios” são palavras fortes, de grande efeito. Mas será que palavrão é sempre xingamento? Ele só serve para ofender, magoar? É o que vem à cabeça num primeiro momento, não é mesmo? Mas, lembra quando, em 2014, Maradona disse “Se eu não tivesse usado drogas, sabe que jogador teria sido? Um puta jogador!?” (Em entrevista disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/440941_em-entrevista-maradona-afirma-que-seria-um-puta-jogador-sem-as-drogas, 2014). Ele estava dizendo que teria jogado ainda melhor do que sempre jogou, e não ofendendo ninguém. E esse não é um caso isolado. Há diversos exemplos em que o palavrão é usado para indicar qualidades positivas, para elogiar.

Figura 2 - Memes



Fonte: <https://locomotiva26.com.br/locomocast-85-esse-filme-e-foda/>, 2020; <https://razoesparaacreditar.com/rodrigo-hilbert-rejeita-homao-da-porra/>, 2017
<https://www.wattpad.com/user/CamyllaLeeSueguer>, 2020

Como é que uma mesma palavra pode ser às vezes um xingamento e outras vezes um elogio? Diz-se das palavras e expressões com essa incrível capacidade que elas têm semântica expressiva. O linguista Cris Potts (*Stanford University*) dedicou-se a estudar isso. Uma das muitas coisas importantes que ele diz sobre o palavrão é que em muitos casos ele pode ser apagado da sentença, e o que sobrar ainda vai fazer sentido. Por exemplo, imagine que alguém te conta a seguinte história: “Para ser sincera, sempre recuso sopa, mas minha tia me serviu e eu não quis magoá-la, então me preparei para disfarçar e engolir. Enchi uma colher do conteúdo do prato e levei até a boca com muita reserva. Provei. Uau! *E não é que a merda da sopa estava deliciosa?* Mandei ver dois pratos cheinhos!” Primeiramente, note que quem disse isso não achou a sopa ruim; pelo contrário, gostou demais dela. O emprego do palavrão não leva a entender que a sopa é avaliada negativamente pelo falante. Vale notar também que, tirando a expressão “*merda de*”, sobra “E não é que a sopa estava deliciosa?”, que é uma sentença perfeita, com informação completa. Nesse exemplo, “*merda*” não qualifica a sopa, apesar de estar dentro da expressão “*a merda da sopa*”. Isso quer dizer que “*merda*” não é um componente gramatical da sentença em que estava, não cabendo num daqueles rótulos de análise sintática do colégio como “sujeito”, “adjunto nominal”, “objeto”.

O palavrão não está integrado à arquitetura sintática da sentença, está num outro patamar de sentido. Quando o palavrão é

retirado, não faz falta do ponto de vista lógico, mas perdemos a informação de que o falante se surpreendeu muito (e bem agradavelmente) com o sabor da sopa, de que ele ficou positivamente impactado. Potts (2005, 2007) diz que um palavrão nesse contexto é uma expressão “*at issue*”, isto é, que pertence ao próprio ato de se expressar, e não à gramática da sentença, e que por isso não pode se desligar do próprio ato de fala em que está presente. O palavrão aí não se mistura com as outras palavras! É de outro nível! Legal, não? Sendo expressivo e “*at issue*”, o palavrão pode vir sozinho. Quem nunca soltou um “Putaquepariu!” ou um “Merda!” ao dar uma topada com o dedão?

Há também casos em que os palavrões assumem sim funções gramaticais dentro das sentenças. Sim, há palavrões que também estão na gramática, ou seja, na estrutura linguística com que operamos para construir as sentenças em português. Alguns, funcionando como adjetivos, podem aparecer em posição predicativa, concordando em número (plural, singular) e gênero (feminino, masculino) com o nome (substantivo) que modificam. Veja: “Maria tá **puta** com o que aconteceu.” / “Pedro tá **puto** com isso.” / “Nós tamo muito **putos**.” Podemos substituir esses palavrões por outros adjetivos, como “revoltada”, “revoltado”, “revoltados”, e as marcas de singular, plural, feminino e masculino permanecem iguais. Mas que é muito mais expressivo usar o palavrão, isso é, concorda?

Há também palavrões em função de intensificador. Podemos substituir “Foi um show muito legal” por “Foi um **puta** show legal”. A versão com o palavrão é sem dúvida mais forte, mas repare que a expressão que saiu para dar lugar a ele foi “muito”. Os intensificadores são invariáveis, quer dizer, não mudam de gênero e de número de acordo com o nome modificado, como acabamos de ver que os adjetivos fazem. “Show” é uma palavra masculina, mas aqui “puta” não acompanhou o gênero do nome, como em “Pedro tá **puto** com isso”. Além de não variar em gênero e número, o intensificador “puta”, assim como “muito”, aumenta o valor contribuído pelo adjetivo. Com um adjetivo de avaliação positiva, como em “Foi um **puta**

show legal”, “puta” dá a ideia de muito bom; mas com um adjetivo de avaliação negativa, como em “Mas que **puta** aula chata!”, o que aumenta é a qualidade ruim.

É interessante lembrar que a nossa língua tem alguns adjetivos que tanto podem vir depois do nome modificado (“Meu vizinho é um homem grande.”) quanto antes dele (“Meu vizinho é um grande homem.”), com significados distintos. Dá para perceber que “grande”, antes do nome, está na mesma posição de “muito”, deixando de ser um adjetivo clássico para ser um tipo de intensificador? Entendemos “Meu vizinho é um grande homem” como algo do tipo “Meu vizinho é um homem muito importante”, ou “Meu vizinho é um homem muito bom”, não é? No caso de “grande homem”, a qualidade intensificada vai ser quase sempre positiva, assim como em “grande amigo”, “grande escritor” etc., mas dá para dizer “Meu vizinho é um grande cafajeste/pulha”, e nesse caso fica ampliada a qualidade negativa, a cafajestice. Já reparou que “puta” pode se comportar igualzinho a esse “grande” que é misto de adjetivo com intensificador? Quando usado antes de um nome neutro, “puta” sempre cria uma avaliação positiva ampliada: “Alessandro é um **puta** pai” (= um pai muito bom), “Gean é um **puta** amigo” (= um amigo muito bom), “Adriana é uma **puta** professora” (= uma professora muito boa). Mas se o nome for negativo, a carga negativa é aumentada: “Que **puta** confusão!”, “Que **puta** falta de vergonha na cara!”, “Tive um **puta** problema com isso...” e, naturalmente, temos de citar também o conhecido impropério “Putá merda!”, mais forte que o simples “Merda!”.

Tem palavrão que modifica verbo. Em vez de “Doeu muito”, dizer “Doeu **pra caralho!**” transmite muito mais a intensidade da dor, né não? No fim daquele filme triste, sempre tem alguém que “chora **pra caralho!**” E qual é o professor que não “trabalha **pra caralho!**”? Esse mesmo palavrão pode fazer o papel de uma negação (bem forte, né?). Por exemplo, se a mina não gostar de ser descrita como Barbie, pode dizer: “Barbie é **o caralho!**” E se alguém quer deixar beeeemm claro que não aceita uma cobrança exagerada, quando o prestador

de serviço diz “Mas nós combinamos que eu ia dar o preço depois de fazer o trabalho, e todo mundo viu você aceitar”, o consumidor que se sente roubado pode retrucar: “Aceitar é **o caralho**. Prefiro morrer a pagar!”. Reparou que não tem um “não” dito aí no meio? Mesmo assim, entendemos “Barbie é **o caralho**” como “Não sou Barbie coisa nenhuma” e “Aceitar é **o caralho**” como “Não aceito de jeito nenhum”.

Tal como “puta”, “caralho” ainda pode aumentar tanto uma qualidade positiva, como em “Ele faz música boa **pra caralho**”, quanto uma negativa, como em “Isso faz uma fumaça tóxica **pra caralho**”. Podemos usar esse palavrão até com verbos já modificados por advérbios: “Ele desenha bem **pra caralho!**” / “Ela desenha mal **pra caralho!**”. Um nome seguido de “**do caralho**” geralmente é uma coisa exageradamente boa (“uma festa do caralho”, “uma ideia do caralho”, “um mulherão do caralho”), mas pode ser também bastante ruim (“uma confusão do caralho”). Já os adjetivos seguidos de “do caralho” são negativos (“lerdo do caralho”, “vagabunda do caralho”), e os seguidos de “pra caralho” são elogiosos (“bonita pra caralho”, “inteligente pra caralho”). Pois é, “caralho”, como qualquer intensificador, pode aumentar avaliações positivas e negativas.

Será que tem palavrão que só faz avaliação negativa? Parece que tem, sim: “merda”. Seja se comportando como um nome (substantivo) (“Essa foi a maior **merda** que me aconteceu”), seja como um adjetivo (“Acabo de sair de um namoro **merda**, ainda não estou pronto para um novo relacionamento”), seja como adjetivo intensificador (“Escuta aqui, seu imbecil **de merda!**”, “Ele me deu um violão **de merda**”, “Que **merda de** vida!”), “merda” nunca passa uma avaliação positiva. O escritor Silva Brito já tinha notado que “o palavrão pode ser um insulto ou um elogio”.

Nem mesmo quando “merda” não tem um papel na gramática da sentença, a ideia é elogiosa. Vamos imaginar a cena em que o torcedor está esperando para assistir à final do campeonato e sua TV pifa. A TV era último modelo, novinha, maravilhosa, o sonho de

consumo de todos, mas porque ela está quebrada ele não vai poder ver o jogo. Aí ele diz: “**A merda da** televisão queimou”. Nesse caso, não é o aparelho de TV que é avaliado, mas a apreciação negativa recai sobre o fato de ela ter quebrado. “A televisão queimou” é uma sentença perfeita, mas não veicula a frustração do torcedor. “Merda” aí não faz parte da arquitetura da sentença, mas acrescenta uma resposta emocional aos fatos descritos pela sentença. Uma resposta bem negativa. A exceção solitária pode ser aquela reversão de expectativa de ruim para boa, marcando uma surpresa bem forte, que vimos em “*E não é que a **merda da** sopa estava deliciosa?*”. Mas esse uso “positivo” marca sempre que aconteceu algo inesperado, indicando que houve uma expectativa revertida, e é bem mais raro...

“Merda” é o palavrão mais usado pelos brasileiros, segundo levantamento do dicionarista Souto Maior (1974). Ele encontrou três mil palavrões em língua portuguesa, enquanto a alemã e a francesa têm, cada uma, nove mil. Há muitos outros palavrões por examinar, pena aqui não termos tempo de tratar de todos. O palavrão é um fato da língua. E tudo na língua é uma beleza. Um cientista da língua não pode desprezar nenhum fato. Como disse a linguista Roberta Pires de Oliveira:

Ao olhar para a língua como um objeto de estudo e fazer hipóteses sobre ela, podemos, a um só tempo, notar a capacidade, absolutamente incrível, que é falar uma língua humana, sua complexidade estonteante, e participar do método científico aplicando-o a um objeto muitas vezes tão desprezado (Pires de Oliveira, 2011)¹.

O interesse sobre o papel dos palavrões na língua não dá licença a ninguém para sair por aí insultando e ofendendo. Ainda hoje, vemos (com desprazer) muita figura pública do sexo masculino repetindo debaixo dos holofotes que fala palavrão sim, e que vai continuar usando palavrão, para com essa atitude projetar uma imagem

1

Comunicação proferida no V ECLAE – V Encontro das Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino.

de macheza e virilidade. Argggghhh... Que feio ver essa exploração de um estereótipo tão ultrapassado da masculinidade! Dá vontade de soltar um palavrão, não dá? Por outro lado, você não acha que estudar a gramática dos palavrões é “do caralho”?

Figura 3 – Memes e frases de Dercy Gonçalves



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/853643304342114236/>, s.d.; https://www.facebook.com/dercyeeternal/posts/d41d8cd9/1436359653084935/?locale=pt_BR, 2017; <https://www.facebook.com/cursinhodercy/photos/d41d8cd9/1504220016534908/>, 2015

SAIBA MAIS

BASSO, R. Palavrão é legal pra caral*o. **Roseta** v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.roseta.org.br/pt/2018/08/17/palavrao-e-legal-para-caralo/>. Acesso em: 15 mai. 2022

BASSO, R. M.; SOUZA, L. M. de. Puta: a sintaxe e a semântica de um controverso intensificador. **Revista Diadorim**, v. 22, n. 2, p. 528-556. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/34290>. Acesso em: 16 mai. 2022

BRITO, M. da S. **Desaforismos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

EM ENTREVISTA, Maradona afirma que seria um 'puta jogador' sem as drogas. **ESPN**. 18 set. 2014. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/440941_em-entrevista-maradona-afirma-que-seria-um-puta-jogador-sem-as-drogas. Acesso em: 16 mai. 2022.

FOLTRAN, M. J.; NÓBREGA, V. Adjetivos intensificadores no português brasileiro: propriedades, distribuição e reflexos morfológicos. **Alfa**, v. 60, n. 2, p. 319-340, 2016. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/7868>. Acesso em: 9 ago. 2020

MARIN, A. Prefeitura de Rio Claro vai trocar livro para alunos do 5º ano por conta de palavrão. **G1**. 26 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2022/06/24/prefeitura-de-rio-claro-troca-livro-para-alunos-do-5o-ano-por-conta-de-palavrao.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2022

PIRES DE OLIVEIRA, R. A gramática do sentido na escola. *In*: MARTINS, M. A. (org.). **Gramática e ensino**. Natal: Editora da UFRN, 2013. p. 229-260. Disponível em <https://robertapires.paginas.ufsc.br/files/2013/06/artigoECLAE.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

POTTS, C. **The logic of conventional implicatures**. New York: Oxford University Press, 2005.

POTTS, C. The Expressive Dimension. **Theoretical Linguistics**, v. 33, n. 2, p. 165-198, 2007.

PODCAST SOPA DE LETRAS (LetrasPet da UFRGS). Episódio 2. Palavrão é legal pra caral*o. 2018 **Podcast**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/luminapodcasts/site/episodio/roseta-palavrao-e-legal-pra-caralo> Acesso em: 15 mai. 2022

SOUTO MAIOR, M. **Dicionário do Palavrão e Termos Afins**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1974.

Texto original publicado em 04/07/2022



2

Alessandro Boechat de Medeiros

LÉXICO E LÍNGUA-I(NTERNA)

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.2



RESUMO:

Este pequeno texto discute as noções de léxico mental e Língua Interna e suas relações – léxico e língua como conjuntos de conhecimentos linguísticos representados nas mentes dos falantes adultos de qualquer língua do mundo. O que sabemos sobre as palavras e morfemas que compõem o nosso vocabulário? Quão específicos são tais conhecimentos? O que há de universal (compartilhado por todas línguas) e particular nesses conhecimentos lexicais?

Um falante nativo de uma língua natural, como o português, o híndi (língua indo-ariana descendente do sânscrito falada por setenta por cento da população da Índia) ou o japonês, possui um vocabulário de algumas dezenas de milhares de itens. Cada um desses itens – que podem ser palavras, prefixos, sufixos etc. – congrega uma enorme quantidade de informações, que costuma ir muito além do que encontramos nas entradas correspondentes dos dicionários dessas línguas, mesmo os mais completos. Muitas dessas informações são exclusivas aos itens particulares, como é o caso de seus significados e algumas restrições contextuais de ocorrência – aquilo que mais tipicamente caracteriza um item como único. Outras são compartilhadas, como as regras mais gerais de pronúncia que atravessam o vocabulário inteiro de uma língua, ou as funções semânticas (agente, paciente, lugar etc.) que verbos, preposições e nomes compartilham e atribuem a outros grupos de palavras com os quais se combinam nas sentenças. Exemplos aparecerão em momento oportuno.

Palavras e morfemas são, para grande parte das teorias formais atuais, os blocos com os quais criamos sentenças, combinando-os de maneiras regulares, respeitando restrições e princípios linguísticos específicos que constituem as línguas. As informações que mencionei acima sobre palavras e morfemas compõem o que alguns linguistas chamam de *léxico mental*. O léxico mental é parte de uma concepção de língua um pouco diferente da que encontramos nas gramáticas normativas: a *Língua-I*, conceito cunhado por Noam Chomsky no livro *Knowledge of Language*, publicado pela primeira vez em 1986. Chomsky chama de Língua-I o conjunto de conhecimentos exclusivamente linguísticos que estão de algum modo representados nas mentes dos falantes adultos de uma determinada língua e que estão nos bastidores de seu comportamento linguístico. A Língua-I seria, pois, o estado final do processo de aquisição da linguagem, o estado estável atingido pelo sistema cognitivo (ou por um subsistema seu específico) após uma certa idade e exposição a um conjunto de dados. A letra *I* na expressão *Língua-I* remete a “individual” e “interna(lizada)”. Ou seja, é uma gramática internalizada em

uma mente individual. Esse conceito se contrapõe ao de *Língua-E*, língua externa. A *Língua-E* é uma caracterização de língua como objeto externo ao indivíduo. Seria, por exemplo, aquilo que encontramos descrito nas gramáticas normativas, ou a língua como objeto histórico (o português de Camões e Machado de Assis ou o inglês de Shakespeare e Mark Twain), ou político – a língua da nação. O nosso conhecimento sobre palavras e morfemas – nosso léxico mental – faz parte da nossa *Língua-I*; já aquilo que encontramos em um dicionário como o Houaiss seria o léxico de uma *Língua-E*, do português falado no mundo lusófono, por exemplo.

Neste texto, não vou tratar das palavras do português enquanto *Língua-E*. Antes discutirei o conhecimento lexical representado nas mentes dos falantes, que é parte de sua *Língua-I*: digamos, o “português língua-I”. Veremos que sabemos inúmeras coisas sobre os itens que compõem esse vocabulário, e que esse conhecimento é em geral completamente inconsciente, somente acessível com estudo sistemático e método.

Vamos começar com propriedades que são compartilhadas pelos itens lexicais do nosso léxico mental. As línguas-I de quase todas as pessoas daquilo que chamamos de mundo lusófono possuem algumas restrições que, mesmo que não conscientes, operam de maneira bastante efetiva na determinação do que pode ser um item lexical ou não. Por exemplo, existe uma restrição que simplesmente impede que nossas palavras comecem com *tepe*. O *tepe* é o som do “r” em “caro”. Ou seja, uma coisa que sabemos sobre qualquer palavra de nossas línguas-I, o português língua-I, é que nenhuma delas terá como seu primeiro som um “r” como o de “caro” ou “paróquia”. Isso nos obriga a fazer determinados tipos de segmentação das sequências de sons que ouvimos. Imagine que você está sendo apresentado a uma ferramenta estranha que nunca viu na vida. A pessoa que lhe mostra o objeto lhe diz algo como: “Isso é /ũmarófe/!”. Ouvindo a sequência anterior, você saberá imediatamente que palavra que nomeia a ferramenta é do gênero masculino.

Por quê? Porque a sequência pronunciada /ũmarófe/ só poderá ter uma segmentação, “um marofe”, não “uma rofe”, pois não existiria uma palavra feminina “rofe” começada por tepe. A restrição aos tepes em início de palavra é arbitrária; não decorre de alguma impossibilidade articulatória. Simplesmente aprendemos, durante a fase de aquisição, quando somos expostos aos dados linguísticos produzidos pelos falantes do nosso entorno (dados que são parte de uma Língua-E para nós), que palavras da língua que estamos adquirindo não podem começar com esse segmento.

Outra coisa que sabemos sobre os itens lexicais de nossas línguas-l (no Brasil, pelo menos) é que suas sílabas não possuem oclusivas em coda. E o que isso quer dizer? Oclusivas são consoantes que produzimos com uma obstrução total da passagem de ar em algum ponto da cavidade oral, como o que ocorre quando os lábios estão fechados, ou a ponta da língua está encostada na região logo atrás dos dentes superiores (a arcada alveolar). No português as consoantes oclusivas são “p”, “b”, “d”, “t”, “c” em “casa” e “g” em “gato”. Coda é o som final de uma sílaba, que vem depois de sua vogal nuclear. Por exemplo, em “gasto” é o “s” final da sílaba “gas”. Ou seja, nossas línguas-l não possuem sílabas como “pad”, “gueb” ou “ap”. Mesmo quando os itens são empréstimos ou latinismos em que oclusivas ocorrem em coda na forma escrita, como na palavra “advogado” (a sílaba relevante seria “ad”), ao pronunciarlas acrescentamos uma vogal após a oclusiva e criamos uma sílaba diferente começando com essa oclusiva, como é o caso de “ad(i)vogado” ou “ad(ê)vogado”. Mais uma vez isso é uma restrição arbitrária. As línguas-l dos falantes do mundo anglófono, por exemplo, permitem sílabas como “pad” (almofada), “leg” (perna), “cap” (boné), entre outras – ou seja, sílabas em que a coda é uma oclusiva.

Há ainda propriedades que atravessam muitas (ou todas as) línguas-l – do mundo lusófono, anglófono, francófono, sinófono etc. – e que parecem estar na fronteira entre o que é lexical e o que é sintático. Um exemplo muito interessante é o seguinte: os léxicos de

todas as línguas possuem verbos e nomes, pelo menos². Ou seja, ao que parece, os léxicos mentais das línguas-l humanas se organizam, sempre, em torno de pelo menos essas duas categorias, que normalmente fazem referência a entidades (nomes) e eventos ou estados (verbos) no mundo. Essas duas categorias, de fato, definem o básico da estrutura sintática das sentenças, com uma, os nomes, sendo selecionada como participante pela outra, os verbos. Em “Maria comeu tortas”, por exemplo, os nomes “Maria” e “tortas” denotam participantes de um evento descrito pelo verbo “comer”. Sem esses participantes combinados ao verbo, não há frase, e nem o verbo, digamos, completa seu sentido. As sentenças obviamente não se resumem a verbos e nomes, mas muito do que elas são e expressam está nas relações possíveis entre essas duas classes de palavras. Outra coisa interessante sobre as línguas é que, sempre que um dos participantes do evento for interpretado como um agente, ele será sujeito da frase³. Observe que poderíamos imaginar línguas(-l) que não tivessem essa restrição, ou que escolhessem sempre pacientes para sujeitos – assim, no caso da sentença acima, mantendo todas as outras propriedades gramaticais, como a ordem canônica das funções sintáticas na frase e a concordância do verbo somente com o sujeito, em um “português” alternativo com pacientes sujeitos teríamos “tortas comeram Maria”, querendo dizer que Maria comeu tortas. Mas isso não acontece. Ou seja, sempre que o verbo atribuir a função semântica de agente a um de seus participantes, esse participante

2 Há quem defenda que não há distinção lexical entre nomes e verbos em alguns poucos idiomas, como é o caso do tagalo (ou filipino), língua austronésia falada nas Filipinas. Mas isso ainda é controverso.

3 A não ser, segundo alguns autores, que a língua seja verdadeiramente *ergativa* (sistema de casos ergativo-absolutivo). Basicamente, há dois tipos de línguas: as que seguem o sistema de casos nominativo-acusativo, a maioria absoluta das línguas do mundo, e as que seguem o sistema ergativo-absolutivo. Há ainda línguas que misturam os dois padrões. No sistema nominativo-acusativo, a morfologia do sujeito (o caso nominativo) é sempre diferente da do objeto direto (o caso acusativo), independentemente da natureza do verbo. No sistema absolutivo-ergativo, a morfologia do sujeito dos verbos intransitivos é igual à do objeto direto dos verbos transitivos (o caso absolutivo); a do sujeito dos verbos transitivos é obviamente diferente (o caso ergativo).

será sintaticamente o sujeito da frase⁴. Isso parece ser mais um princípio organizador de nossas línguas-l, que estaria na divisa entre o que é léxico (mental) e o que é *sintaxe*.

Mas, como sabemos, há também muitas propriedades que são particulares, idiossincráticas, que um falante precisa aprender sobre os itens que usa. Uma das propriedades é o significado particular de cada item e seus usos. Por exemplo, um verbo como “comer” tem um significado que pode ser descrito como, mais ou menos, ingerir para alimentar-se, ou qualquer coisa assim. Mas existem algumas extensões de sentido que são licenciadas, e podemos dizer que “a ferrugem comeu o capô do meu carro” mesmo que a ferrugem, uma reação química do mundo inorgânico, não ingira ou alimente-se de nada. Outra coisa: o verbo “comer” normalmente precisa de um complemento, mas há muitas situações em que ele é usado intransitivamente, às vezes fazendo referência a uma atividade somente, não a um processo que envolve algo que sofre uma mudança de estado (a coisa comida). Por exemplo, comparemos as seguintes frases:

- (1) **a.** As crianças estão comendo agora.
- b.** Pedro comeu a salada de maionese e passou mal.

A sentença (1a) pode ser uma resposta à pergunta “o que as crianças estão fazendo?”, dando conta de uma atividade realizada por elas no momento em que a frase é dita. Já (1b) fornece não só uma informação sobre Pedro (de que ele está realizando uma ação


4 Note-se que nem sempre o sujeito de uma sentença é agente. Na frase na voz passiva “todo o sorvete foi consumido em um só dia”, o sujeito “todo o sorvete” é paciente (sofre uma mudança de estado, deixa de existir) do evento de consumir. O agente dessa ação está implícito ou é indeterminado – é aquele que consumiu o sorvete. Ainda em frases como “o cachorro do meu tio morreu ontem”, o sujeito “o cachorro do meu tio” não é agente do evento de morrer. Ele é, do mesmo modo, um paciente, que sofre uma mudança de estado descrita pelo verbo – que não introduz agente. Portanto, sujeito é uma função sintática e não é sinônimo de agente, que é uma função semântica – mesmo que haja alguma relação frequente entre essas duas noções.

de um determinado tipo), mas também fala de algo que sofreu uma mudança de estado definida pelo evento de comer: a salada de maionese. Temos aqui um sujeito interpretado como agente e um complemento como paciente. Em (1a), ao contrário, a frase mais se parece com orações com verbos intransitivos, como “As crianças estão gritando agora”, onde não há, na frase, referência a entidade afetada pela ação das crianças. Ainda que em (1a) saibamos que algo está sendo comido, a informação do que é não é fornecida, justamente porque o que se quer informar é o que as crianças estão *fazendo*. O verbo “comer”, e alguns outros, permitem esse uso intransitivo; mas nem todos os verbos transitivos permitem usos intransitivos. Por exemplo, a frase “as crianças estão cortando agora”, sem um contexto que nos permita identificar o que está sendo cortado, é muito menos aceitável do que (1a), e seria uma resposta incompleta mesmo para a pergunta “o que as crianças estão fazendo?”

Agora, um verbo muito parecido com “comer”, o verbo “beber” – outro verbo de consumação, mas que descreve o consumo somente de líquidos –, também tem uso intransitivo, mas com uma diferença interessante. Vejamos as sentenças em (2) a seguir:

- (2) **a.** Os rapazes estão bebendo agora.
 b. Pedro bebeu água sem tratamento e passou mal.

Assim como em (1a), a sentença (2a) pode ser resposta para a pergunta “o que os rapazes estão fazendo?”. Mas, diferentemente do que ocorre com o verbo “comer”, a versão intransitiva do verbo “beber” não só descreve uma atividade de beber, mas uma atividade muito mais específica, a de *beber bebidas alcoólicas*. É como se existisse um objeto direto implícito aqui, de determinado tipo, propriedade não encontrada no verbo “comer”. Na sentença (1a) as crianças podem estar comendo qualquer coisa – não há uma versão intransitiva do verbo “comer” que especifique um determinado tipo de alimento, como comida vegetariana, por exemplo; tampouco temos, necessariamente, a interpretação de que em (1a) as crianças estão



fazendo alguma das refeições principais do dia. Essa diferença entre os verbos “beber” e “comer” traz algumas consequências curiosas. Por exemplo, se digo que “eles beberam todas”, interpreto sem problemas que eles, quem quer que sejam, beberam todas as bebidas alcoólicas (ou todos os tipos de bebida alcoólica) disponíveis numa situação qualquer; mas se digo que “eles comeram todas”, sem um contexto que me permita identificar o que foi comido, meu interlocutor me perguntará, com toda a razão: “todas o quê?”⁵ Como em “beber” há um objeto direto implícito de determinado tipo, a quantificação de “todas” se dá sobre ele – as bebidas alcoólicas –, não deixando lacuna na interpretação da frase; já com o verbo “comer”, não há objeto direto implícito, e a quantificação de “todas” recai sobre nada, criando o estranhamento dos falantes em relação à frase.

A codificação de um objeto implícito específico no verbo “beber” é algo particular que aprendemos sobre esse item, propriedade que não encontramos em outros verbos aparentados do mesmo léxico, como “ingerir”, “devorar”, “consumir”. Do mesmo modo, aprendemos que o verbo “comer” admite usos realmente intransitivos, mas jamais o verbo “cortar”.

Há vários exemplos de particularidades sobre itens que precisamos aprender, mesmo quando a composição morfológica é transparente. Observe, por exemplo, o par “cair”/“caimento”. É comum que formas nominais sejam criadas a partir de verbos com a terminação *-mento*: “abastecer”/“abastecimento”, “mover”/“movimento” etc. Esses nomes costumam descrever os eventos dos verbos de base (ainda que não somente). Por exemplo, na frase “o abastecimento da minha loja foi feito rapidamente”, o nome descreve um evento de *abastecer* (a minha loja). Já o mesmo não acontece com “caimento”. O nome “caimento” nunca denota o evento de cair;

5 Há uma interpretação para “eles comeram todas” em que se afirma que eles, quem quer que sejam, tiveram relações sexuais com todas as mulheres em uma situação qualquer. Mas, nesse caso, o verbo “comer” ganhou um significado especial, que inclusive especifica um objeto direto, como é o caso do verbo “beber”.

costuma descrever uma propriedade de roupas, algo que pode até ter alguma relação com *o modo como uma roupa “cai” no corpo*, ou a inclinação de um telhado, que faz com que a água escorra ou caia de um determinado jeito, mas é um significado especializado, não compartilhado com outros itens morfológicamente aparentados (outros nomes deverbais com a terminação *-mento*). Quando falo do “caimento das roupas de Versace” ou do “caimento do meu telhado”, falo de uma propriedade dessas roupas ou do meu telhado, nunca de eventos em que roupas ou telhados caem. Seria muito estranho dizer que “o caimento das roupas de Versace durou a noite inteira” ou “o caimento das roupas de Versace aconteceu no meio do desfile”.

Outro exemplo de particularidade que certos itens possuem é a defectividade de seu paradigma flexional. O que isso quer dizer? Quer dizer que não sabemos quais são as formas de alguns verbos em determinadas pessoas e tempos. Por exemplo: quem saberia conjugar o verbo “falir” na primeira pessoa do singular do presente do indicativo? Ou em qualquer pessoa do presente do subjuntivo? Não há qualquer impedimento semântico para que essas flexões existam; no entanto, os falantes não conseguem conjugá-lo nas pessoas e tempos mencionados. Há uma propriedade que parece caracterizar os verbos defectivos: quase todos eles são de terceira conjugação (“extorquir”, “balir”, “colorir”, entre outros) – poucos são os defectivos de outras conjugações; alguns exemplos são “reaver” e “grassar”. Mas o fato de ser um verbo de terceira conjugação não implica defectividade, como se sabe, e somente isso não nos permite prever quais itens terão essa particularidade.

Vê-se que o léxico de qualquer língua-I congrega um conjunto enorme de conhecimentos linguísticos muito especiais. Alguns atravessam vários itens de determinado léxico, ou atravessam os léxicos de vários (ou todos os) sistemas linguísticos; outros são particularidades que precisam ser adquiridas item a item, ainda que tais idiossincrasias não variem infinitamente: as particularidades que apresentei acima, como paradigmas flexionais defectivos, opacidade

semântica da morfologia derivacional ou alternância de transitividade em verbos, são encontrados em todos os léxicos de todos os sistemas linguísticos, ainda que não necessariamente para itens com significados iguais ou próximos em línguas diferentes.

Para concluir este breve texto, gostaria de falar ainda a respeito de uma questão fundamental sobre a organização dos léxicos das nossas línguas-I. Podemos dizer que existem dois tipos de itens em nossos léxicos mentais, ainda que alguns elementos do vocabulário fiquem na fronteira entre esses dois grupos: os itens **funcionais** ou gramaticais e os itens **lexicais**. Bons exemplos de itens funcionais são os artigos, os pronomes, as conjunções, os verbos auxiliares e até mesmo as desinências modo-temporais e número-pessoais dos verbos. Uma das características destes é que são classes fechadas, ou seja, após a aquisição da linguagem, não aprendemos itens novos deste tipo. Ninguém adquirirá, por exemplo, em um livro eruditíssimo escrito em português (língua-E), um paradigma de flexão completamente diferente dos outros conhecidos, que se aplicará a um conjunto de verbos igualmente eruditos. No entanto, verbos, nomes, advérbios, adjetivos podem ser aprendidos ao longo da vida, mesmo depois de concluído o processo de aquisição. “Nonada”, por exemplo, a primeira palavra do livro “Grande Sertão: veredas”, que significa *coisa sem importância, ninharia*, eu somente conheci quando li o romance, já com meus vinte e tantos anos. Desde então, ela faz parte do meu léxico mental. Nomes, verbos, adjetivos, advérbios são itens **lexicais** e constituem classes abertas, que podem ser ampliadas ao longo da vida, com acréscimos de novos nomes, verbos, adjetivos e advérbios.

A gramática de uma língua é em grande medida determinada pela natureza e pelos tipos de itens funcionais que seu léxico tem. Por exemplo, o fato de nossas línguas-I – o português língua-I – possuírem um sistema flexional rico têm, como consequência, segundo uma parte da literatura, a proibição a pronomes expletivos na função de sujeito em frases como “choveu muito ontem”. Em inglês, que tem um sistema flexional bem pobre, frases como essa têm um pronome

neutro em posição de sujeito, que é obrigatório: “*it rained a lot yesterday*”. As gramáticas internalizadas dos falantes de português, italiano, espanhol, línguas que possuem sistemas flexionais ricos, tendem a compartilhar essa propriedade. Tais línguas também permitem a posposição do sujeito ao verbo (como vemos na frase “Disse o Pedro ao sair de casa”, em que o sujeito, “o Pedro”, vem depois do verbo), entre outras propriedades não encontradas em línguas como o inglês e o francês. As razões para isso acontecer são complexas, e não seria possível expô-las aqui. Mas a relação entre a natureza da flexão (parte do conjunto de itens funcionais da língua) e tais propriedades gramaticais tem sido mostrada com base em evidência fornecida por dados de comparação entre línguas.

Espero, a partir de tudo que foi apresentado nos parágrafos anteriores, ter dado alguma ideia da complexidade dos nossos conhecimentos lexicais. Além disso, espero ter mostrado que muitas dessas propriedades lexicais são compartilhadas por parte ou mesmo todas as línguas conhecidas, e que elas também têm um papel fundamental na determinação das propriedades gramaticais das línguas.

SAIBA MAIS

CHOMSKY, N. **Knowledge of Language** – Its Nature, Origin and Use. Westport: Praeger, 1986.

FIGUEIREDO SILVA, M. C.; MEDEIROS, A. B. **Para conhecer morfologia**. São Paulo: Contexto, 2016.

GUIMARÃES, M. **Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky**. Petrópolis: Vozes, 2017.

Texto original publicado em 11/04/2022



3

*Gean Damulakis
Evandro de Sousa Bonfim*

**ORIGENS
DAS DENOMINAÇÕES
DE POVOS E LÍNGUAS
NO BRASIL**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98621.3](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98621.3)



RESUMO:

Este texto trata de designações de grupos indígenas no Brasil. Por conta disso, discute divergências e oscilações encontradas nessas nomeações e mostra que a origem dessas divergências pode ter causas diferentes. Critérios e lógicas que orientam as denominações também serão apontados, com destaque para as concepções particulares das autodenominações ameríndias. Além disso, o texto sustenta que, em casos de desejo do povo, a autodenominação é sempre a preferível e deve ser adotada, sem que seja subsumida de forma abrupta a nomeação tradicional, sob pena de dificultar ou inviabilizar as referências em trabalhos e pesquisas anteriores.

A onomástica é a parte dos estudos linguísticos dedicada aos nomes próprios. Uma das subdivisões dentro dessa área é a etnonímia, dedicada aos estudos de nomes que designam povos, etnias, grupos humanos etc., cada um dos quais podendo ser entendido como etnônimo⁶. A etnonímia dos povos indígenas brasileiros é uma área bastante profícua, mas com poucos trabalhos. As fontes quase sempre são assistemáticas, geralmente tratando cada povo de maneira isolada. Aqui, procuramos fazer algumas contribuições para chamarmos a atenção para a multiplicidade das origens de denominações, muito relacionadas ao histórico do contato vivenciado por cada um dos povos.

É muito comum que os nomes utilizados para se fazer referência aos indígenas no Brasil sofram oscilações. Isso se dá devido a uma série de fatores. Os principais desencontros nessas denominações podem ser divididos em dois tipos básicos: (a) divergências ortográficas; e (b) origens distintas para denominar o mesmo povo. Sobre esta última, é muito comum encontrarmos denominações internas, normalmente na respectiva língua (autodenominação) coexistindo com a exodenominação, uma forma de nomear o grupo vindo de outra língua. Diferenças na ortografia podem vir, por exemplo, da adaptação às regras ortográficas no português, que podem divergir da forma na ortografia da língua ou da forma consagrada nas pesquisas na linguística e na antropologia. Neste trabalho, vamos nos ater às discrepâncias entre nomes relacionados ao mesmo grupo (ou, simetricamente, ao mesmo nome usado para fazer referência a grupos distintos), referentes às origens das denominações. Além disso, falaremos das denominações às línguas faladas por esses povos.

Boa parte dos povos indígenas tem o mesmo nome para a língua e para o povo. Isso não chega a ser algo muito raro nem constitui fato isolado, já que muitos povos, no mundo, usam o mesmo

6 Tradicionalmente, usa-se o termo 'gentílico' para o nome que designa grupos humanos irmanados por uma delimitação geográfica (cidades, estados, regiões, países, continentes etc.). Nesses casos, podemos falar de *etnônimos brasileiros*: carioca, potiguar, baiano, niteroiense, nordestino etc.

item lexical para fazer referência à língua e ao povo que a fala. É o que acontece, por exemplo, com boa parte das línguas conhecidas. No português, essa realidade é muito facilmente encontrada em vários exemplos. Assim, o *alemão* é falado pelo povo *alemão*, o *italiano* pelo povo *italiano* e assim sucessivamente, como vemos ao contrastar os exemplos abaixo:

- a. O **francês** valoriza a pontualidade.
- b. Aprenda **francês** em 4 meses.

Com os povos indígenas, isso não é diferente: com poucas exceções, usamos o mesmo nome para nos referirmos aos povos e às línguas por eles faladas. Assim, o povo Tikuna fala a língua tikuna (ou, simplesmente, o tikuna, língua indígena isolada falada no Brasil, no Peru e na Colômbia), o povo Xerente fala a língua xerente (língua jê central, tronco macro-jê, falada no Centro-Oeste do Brasil) e assim por diante. Em alguns casos, entretanto, o nome da língua difere do nome da etnia, sobretudo nos casos de autodenominação. Um caso bastante conhecido e registrado em várias fontes é dos indígenas Fulni-ô (do município de Águas Belas, PE), que falam a língua Yathê (língua fulniô, tronco macro-jê). Algumas outras etnias também fazem essa distinção: os Karajá, cuja autodenominação é Iny “nós”, chamam a própria língua de *Inyrybe* “fala dos Iny” ou “nossa fala” (língua da família karajá, tronco macro-jê, falada principalmente no Tocantins); os Kaxinawa, que se autodenominam Huni Kuin, referem-se à sua língua como Hantxa Kuin “língua verdadeira” (língua da família pano, falada no Peru e no Acre). Os Pataxó lutam pela retomada da língua ancestral, a qual chamam de Patxohã “língua de guerreiros” (língua da família maxacali, tronco macro-jê, extinta, mas em processo de retomada).

Existem vários casos em que a denominação mais conhecida do grupo foi dada pelos outros (exodenominação). Nesse caso, entrou para o português a denominação de um grupo dado por um outro com o qual os falantes de português tinham mais contato. Sobre esse ponto, Frederico Edelweiss (1947) já dizia que os europeus, ao tomar

conhecimento de algum grupo indígena, costumavam registrar seu nome: "Este podia ser o que os Índios se davam a si mesmos como também alguns dos apelidos com que eram designados pelos indígenas vizinhos, ou pelos próprios Europeus". Isso aconteceu muito com grupos indígenas distintos da família tupi-guarani, como os Macro-Jê, os Karib, os Pano etc. Nos primeiros momentos da colonização, os portugueses estabeleceram contato maior com povos da família tupi-guarani, que eram maioria na costa brasileira, do Nordeste ao Sudeste. Por conta disso, muitos desses outros povos não tupi são conhecidos em português por uma denominação dada por povos tupi⁷ ou mais especificamente na língua geral. É o caso dos Kayapó, nome pejorativo dado por grupos tupi a um grupo falante da língua mebêngôkre (língua jê setentrional, tronco macro-jê, falada no Pará). Os Karajá (nome também de origem tupi) hoje preferem ser chamados pela autodenominação Iny.

Há vários casos de grupos étnicos que foram tratados pela mesma denominação. Os termos "coroados", "botocudos" e "bugres" são expressões frequentes e funcionam como hiperônimos. Tais termos são muito pouco preferíveis, ou por sua genericidade, ou por serem pejorativos, quando não se encontram em ambos os casos. Há diversas referências aos Krenák, por exemplo, como botocudos, termo hoje praticamente apenas encontrado em obras antigas. Essa designação se deriva de "botoque", adorno de madeira usado nos lábios e orelhas de alguns grupos étnicos. O termo "bugre" foi muito utilizado na região sul, indistintamente para grupos diferentes, e carrega uma carga pejorativa bastante alta, até nos dias atuais. Basicamente os Kaingang e Xokleng eram chamados por esse termo. Os "bugreiros" eram homens brancos especializados, nessa região, em exterminar indígenas, ou seja, os "bugres", para que suas terras fossem ocupadas. O termo "coroados" pode ser encontrado como referência aos Kaingang, mas também aos Kayapó e aos Puri, por exemplo,

7

Os Tupi chamavam, de maneira bem genérica, os outros povos (como os Jê) de *tapuia* "gente".

grupos de áreas, línguas e culturas totalmente diferentes, referência apenas motivada pela referência ao corte de cabelo ou ao uso de cocares. Dessa forma, hiperônimos são operadores de apagamentos étnicos por reduzir a diversidade dos povos a traços genéricos.

Mesmo termos não originários do português incorrem em problemas semelhantes. Designações como Kulina, Karipuna ou Katukina são usados, por exemplo, para nomear grupos sem qualquer relação étnica. Para evitar ambiguidades, usa-se, por vezes, algum tipo de aposição (como um determinante) para indicá-los com maior precisão: Karipuna do Amapá (falantes do *patois*, língua crioula) *versus* Karipuna de Rondônia (família Tupi-Guarani, tronco Tupi); Kulina (falantes do Madiha, língua da família Arawá) *versus* Kulina Pano (família Pano); Katukina do Rio Biá (falantes de língua da família Katukina) *versus* Katukina Pano (família Pano).

Boa parte delas oferece variações ortográficas, algumas motivadas pela transposição do sistema ortográfico da língua original para a língua envolvente. É o caso dos Madiha (pode-se ler como **madirrá**), que na escrita do grupo, pode receber um 'j' (Madija). A razão para isso é o fato de parte do povo estar localizada no Peru. Boa parte dos missionários (alguns do SIL – *Summer Institute of Linguistics*, quase sempre com atitudes proselitistas), responsáveis por parte da elaboração de ortografia para línguas americanas, tinham como parâmetro, por vezes, a proximidade de valores sonoros com a ortografia da língua envolvente. Assim, tendo o Peru o espanhol como língua oficial, a relação do som [x] (próximo do [h], aspiração) com o 'j' foi o parâmetro para adotar a grafia de "Madija"⁸. Há casos nos quais existem mais nuances ortográficas para a mesma designação. Por exemplo, ao lado de **Kaingang** (grafia consagrada em textos científicos, como nas áreas de linguística e de antropologia)

8

Lembremos que, tendo em conta a convenção da Associação Brasileira de Antropologia, de 1953, o som veiculado pela letra "j" em nomes indígenas deveria equivaler a uma fricativa como na palavra portuguesa "jato", o que não ocorre em "Madija" (pronunciado como **madirrá**).

e **Caingangue** (ortografia adotada em outras fontes do português, como no dicionário Houaiss), temos ainda **Kanhgág**, grafia para o povo e para a língua, na ortografia da língua dos Kaingang (língua kaingang, jê meridional, tronco macro-jê, falada nos estados da região sul e em São Paulo).

Curiosamente, alguns casos de denominação externa (exodenominação) podem ser percebidos a partir da configuração fonológica do termo, justamente por conter algum fonema ou padrão silábico que não ocorre na língua. Um caso emblemático é o nome dos Palikur. A denominação contém a lateral [l] (como na palavra *lado*), consoante não integrante da língua dos Palikur (existente apenas em empréstimos de outras línguas, como do português). Esse dado em si já indica que o termo não poderia se tratar de uma autodenominação. Outra possibilidade de interpretação é se constituir em uma corruptela no português, tendo um “r” (como em *arara*) no termo original: Paricura, Paricur etc.

Vários povos podem ser percebidos como relacionados por parentesco devido à presença de um formativo comum em suas denominações: é o caso do formativo *-yana* (ou *-iana*, que significa “gente”, indicador do grupo Karib), presente em várias denominações, como Hixkariana, Kaxuiana etc. Quase sempre os grupos que têm esse formativo são da família linguística Karib. Outro exemplo de formativo presente em denominações de algumas etnias é o *-nawa* (ou *-nawá* “povo”), o que pode ser visto como indicador de pertencimento à família linguística grupo Pano: Shanenawa, Puyanawa.

No caso dos povos Karib, o sufixo *-iana* serve para indicar grupos aparentados ou vizinhos a partir de referências geográficas, como posição no curso dos rios: Kaxuiana “povo do rio Cachorro”. Trata-se, portanto, de exodenominações internas aos falantes de Karib que se tornaram etnônimos no curso do contato com os não-indígenas. O hiperônimo de origem Karib para “povo” ou “gente” é *witoto*, que denomina o povo e a família linguística Witoto, vizinho dos Karib

na Colômbia. Quanto aos povos Pano, o sufixo *-nawa* se refere igualmente a nomeações internas aos grupos, a partir da organização social baseada em clãs (Falchi, 2019), que também passaram a funcionar como etnônimos no decorrer das tentativas de identificação dos povos indígenas por agentes da colonização. Como na Família Karib, a Família Pano possui hiperônimos para dar conta de um povo do ponto de vista da totalidade e não de subdivisões, como nos casos de Huni Kuin e Matses, apresentados no quadro mais abaixo.

Com alguns grupos, houve a perda da língua ancestral, mas a língua identitária é outra, diferente do português. Esse caso ocorre, por exemplo, com os Baré, que falam o *nheengatu* (língua tupi-guarani, tronco tupi, também conhecida como língua geral da Amazônia), a descendente moderna da língua geral, de base tupi. Dessa forma, não é possível falar de uma autodenominação para esse povo na língua ancestral. Os Baré formam um povo aparentado junto com os Warekana, que também possui falantes nativos além de falarem o *nheengatu*. Há ainda falantes do Baré na Colômbia.

No quadro abaixo, vemos alguns casos em que ocorrem as discrepâncias terminológicas, relacionáveis à origem. A lista é meramente exemplificativa e está muito longe de ser exaustiva, servindo apenas para ilustrar o que foi dito e tentar despertar o interesse pelo tema. No quadro a seguir, apesar de *Xokleng* ser termo na língua indígena, essa denominação não é interna. O termo *Bakairi* tem possivelmente origem no Bororo e significa “mandioca brava”, por provável associação ao fato de o grupo comer essa raiz.

Quadro 1 – Algumas divergências de denominações de grupos e línguas indígenas

Exodenominação	Significado/língua	Autodenominação	Significado na língua nativa
Bakairi (Karib)	mandioca brava (prov. Bororo)	Kurâ	nós, gente

Juruna (tronco Tupi; MT)	boca preta, (Língua geral)	Yudjá	donos do Rio Xingu
Kanamari (fam. Katukina; AM)	???	Tukuna	gente
Karajá (tronco Macro-Jê; GO, MT, PA, TO)	macaco grande (Tupi)	Iny [inã]	nós
Katukina Pano (fam. Pano; AC)	???	Shanenawa	povo pássaro azul
Kaxinawá (fam. Pano; AC)	semelhantes a morcegos (Pano)	Huni Kuin	homens verdadeiros
Kayapó (tronco Macro-Jê; PA)	semelhantes a macacos (Tupi)	Mebêngôkre	homens do buraco d'água
Kulina (fam. Arawá; AM)	???	Madiha	os que são gente
Mayoruna (fam. Pano; AM)	gente do rio (Quêchua)	Matses	gente
Pira-tapuia (fam. Tukano; AM)	povo peixe (Nheengatu)	Waikana	povo peixe
Tapirapé (tronco Tupi; MT, TO)	caminho da anta (Tupi)	Apyáwa	peessoa, gente
Tikuna (isolada; AM)	???	Magüta	peessoas pescadas com vara
Xokleng (tronco Macro-Jê; SC)	aranha, taipa (Laklanõ)	Laklanõ	gente ligeira

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Um traço de sentido bastante recorrente nas denominações (sobretudo nas internas) é a alusão a “pessoas”, “gente”, “povo”, “homens”. A essas designações pode ou não ser adicionados algum qualificador. De acordo com o antropólogo Eduardo Viveiros de

Castro (1996), tais nomeações nativas se encaixam melhor na categoria de pronomes do que de substantivos, visto que possuem menos a denotação de espécie humana biológica do que o escopo de marcadores enunciativos como o termo “nós”, tendo a ver, portanto, com a noção de pessoa social. Não se trata, portanto, de uma marca substantiva, ou seja, uma série de características que definem a identidade, mas contrastiva, por se construir a partir da relação com a alteridade representada por aqueles que não estão incluídos pela categoria pronominal. Mostra isso o fato de que muitos povos indígenas possuem o próprio pronome “nós” como autodenominação, como os Iny (Karajá), citados anteriormente, e os Bakairi (Família Karib), que se chamam Kurâ, que funciona tanto como primeira pessoa inclusiva como significa “gente”, em oposição aos Anguido, seres originários atualmente representados pelos animais. Caso similar ocorre entre os Karitiana (Tronco Tupi, Família Arikem), cuja autodenominação Yta também corresponde à primeira pessoa inclusiva⁹, que abrange formalmente “eu + outro como eu”, e não necessariamente o interlocutor “tu” como na descrição tradicional do pronome, levando-se em conta a cena enunciativa (Bonfim, 2015).

QUAL NOME USAR PARA DESIGNAR DETERMINADO GRUPO OU LÍNGUA?

Considerando as recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário, e seguindo o conceito de autodeterminação dos povos, não sobra dúvida de que os termos adotados internamente (autodenominação) devem ter prioridade absoluta nas referências a esses povos e suas respectivas

9

Muitas línguas indígenas têm dois tipos de primeira pessoa do plural (“nós”): uma “inclusiva” (que inclui o(s) interlocutor(es)) e outra “exclusiva” (que exclui a(s) pessoa(s) com quem se fala).

línguas. Outro ponto importante seria a recente guinada em favor de políticas decoloniais, no intuito de abandonarmos posturas de imposição de uma cultura sobre a outra. No entanto, a adoção deve ser sempre uma decisão do próprio grupo, não uma escolha individual do pesquisador, por exemplo.

Um adendo, entretanto, faz-se necessário. Há um conjunto enorme de referências a esses povos e a essas línguas acumuladas ao longo da história, nisso inclusas obras sobre características linguísticas, antropológicas, etnográficas. Por uma questão de unicidade para as referências ao grupo ou aos grupos envolvidos, é preciso garantir que essas referências sejam conectadas às novas produções. Como manter unicidade dentro do fazer científico, garantindo, inclusive, o acesso aos próprios povos? Seguem aqui algumas citações a esses povos retiradas de obras recentes e na internet (destacados os exemplos de citação conjunta de denominações). Os números entre parênteses no exemplo (1) representam a estimativa de falantes da língua.

(1)

Subgrupo Dení-Kulina

4 Dení (cerca de 1.000)

5 **Kulina (ou Madiha ou Madija)** (cerca de 2.500)

6 Arawá (extinta desde cerca de 1880)

(Dixon, 1999, p. 294, tradução nossa).

(2)

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), junto com sua Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), manifesta sua indignação com a operação policial realizada na manhã de 16 de setembro, na aldeia Santa Isabel do Morro, no Parque Indígena do Araguaia, município de Lagoa da Confusão (TO), que levou à morte do indígena **Iny-Karajá** Lourenço Rosemar Filho de Mello (ABA, 2021).

Ressaltamos que a citação conjunta da nomenclatura tradicional e a inovadora é de extrema relevância para garantir que as referências aos grupos e às línguas possam ser rastreadas em trabalhos anteriores. Como vemos nos exemplos acima, isso é válido não apenas no que se refere às pesquisas linguísticas, antropológicas e etnográficas, mas também aos registros censitários, cartoriais, jornalísticos etc., evitando uma drástica ruptura sobre a citação ao respectivo povo.

Neste texto trouxemos apenas parte da riqueza relacionada às denominações de povos e línguas encontradas no Brasil. A extensão do texto dificulta esgotar esse tema, mas mostra a nossa multiplicidade étnica e a grande complexidade nas origens de denominações dos povos e línguas ancestrais.

SAIBA MAIS

ABA. Associação Brasileira de Antropologia. **Nota em apoio ao povo Iny-Karajá de Santa Isabel do Morro.** Brasília, 17 set. 2021.

BONFIM, E. A Pessoa Inclusiva em Bakairi. Morfologia Pronominal e Ontologia em Línguas Karib. **Espaço Ameríndio**, v. 9, n. 1, p. 35-53, 2015.

CASTRO, E. V. de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-143, 1996.

DIXON, R. M. W. Arawá. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (ed.). **The Amazonian languages**, p. 294-306. New York: Cambridge University Press, 1999.

EDELWEISS, F. **Tupís e Guaranís: Estudos de Etnonímia e Linguística.** Salvador: Secretaria de Educação e Saúde (Publicações do Museu da Bahia, n. 7), 1947.

FALCHI, F. L. **Indígenas Isolados Pano e Funai: um Encontro Discursivo Possível.** 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ISA. Povos indígenas no Brasil. Página principal. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 11 nov. 2022 Página do site da ISA (Instituto Socioambiental) destinada a fornecer informações sobre os povos indígenas do Brasil.

RODRIGUES, A. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

ROSA, M. C. Revisitando a “Convenção” e “A grafia de nomes tribais brasileiros”. **Confluência**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 59, p. 25-46, jul.-dez. 2020.

Texto original publicado em 14/11/2022



4

Aniela Improta França

AS F@KE NEWS E O DESEJO DE MUDAR A LÍNGUA

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.4



RESUMO:

O texto discute o investimento em mudanças polêmicas no português – elucubra sobre a inclusão de um pretenso sistema de evidencialidade e analisa o corrente uso, ainda incipiente, de um sistema de gênero neutro – suas necessidades, conveniências e conseqüências. Fala também de relatividade linguística e de responsabilidade social.

Lê isso aqui no meu celular! Reajuste de 33%! Não aguento mais *fake news* na internet! E não se pode culpar só a irresponsabilidade de alguns governantes, jornalistas e cidadãos pela propagação da desinformação. Trata-se também de falha da própria língua portuguesa. Muitas línguas são bem mais éticas do que a nossa, forçando os falantes a informarem explicitamente a fonte dos dados transmitidos na fala. Em números exatos, um quarto de todas as línguas naturais têm, em suas gramáticas, sistemas de *evidenciais*¹⁰ que podem tornar muito mais difícil de os falantes propagarem *fake news*.

Por exemplo, em turco (língua altaica, idioma oficial da Turquia, e falada por minorias em outros países, como a Bulgária e a Grécia), a pessoa que viu o presidente assinar o aumento de salário dos professores universitários diria a sentença em (i):

(i)	Cumhurbaşkanı	üniversite	profesörlerinin	maaşlarını	artırdı
(glosa) ¹¹	o presidente	universitário	do professor	salário	aumentou_

evidencial-sensório

(tradução) *Testemunhei que o presidente aumentou o salário do professor universitário*

10 Evidenciais – Sub-sistema linguístico que codifica explicitamente a forma como se adquire conhecimento sobre o mundo: alguém pode ver diretamente um evento acontecer, ouvir sobre ele de outra pessoa ou fazer uma inferência com base nas evidências disponíveis. Nas línguas que têm sistemas de evidenciais geralmente o verbo vem acrescido de um morfema que indica como a informação foi veiculada.

11 Glosa – Em um estudo linguístico, a glosa é uma nota explicativa do autor, escrita na língua do estudo, sobre uma palavra ou sentença geralmente em língua estrangeira que está sendo estudada. A linha de glosa costuma ser colocada imediatamente abaixo da frase que se sendo estudada, indicando o sentido e marcas formais de cada lexema, morfema ou sintagma do texto imediatamente acima. Diferente da tradução, que geralmente é colocada na terceira linha, a glosa respeita a ordem dos termos da sentença da língua de origem.

Mas quem estiver apenas reportando o que ouviu dizer, até para criar uma *fake news* sobre o assunto, falaria necessariamente a sentença em (ii):

(ii)	Cumhurbaşkanı	üniversite	profesörlerinin	maaşlarını	artırmış
(glosa)	o presidente	universitário	do professor	salário	aumentou_

evidencial-inferencial

(tradução) Ouvi dizer que o presidente aumentou o salário do professor universitário

Ou seja, não se pode ficar em cima do muro em turco! Se a pessoa usar o verbo no passado, tem que optar por um desses dois morfemas verbais – *di* ou *mış* – para revelar se viu mesmo, de verdade, o ato em primeira mão, ou se é apenas rumor (Aksu-koç; Ögel-Balaban; Alp, 2009; Aydin; Ceci, 2013).

E o turco nem é tão rico assim em evidenciais. Tem língua que esbanja neste quesito, codificando quatro, cinco níveis de certeza a respeito da fonte da informação: evidência sensorial não visual; evidência inferencial; boato; conhecimento direto, visual ou auditivo (Ozturk; Papafragou, 2008).

Por isso, no topo da minha lista de desejos para este ano, coloco: *implementar uma mudança deliberada no português para introduzir um sistema de evidenciais do tipo mais completo, logo com cinco níveis, para garantir o fim da propagação de mentiras nos meios de comunicação oficiais e nas redes sociais.*



Ding: desejo não realizável! Todo o devaneio desenvolvido até aqui, com a paciência do leitor, esbarra em pelo menos dois fatos linguísticos: (1) não existem indícios de que características de um ou outro subsistema traga ganhos qualitativos para uma língua; e (2) nem todas as mudanças linguísticas podem ser implementadas deliberadamente.

Vamos examinar esses dois pontos com mais cuidado. Quanto ao primeiro, *as línguas naturais não perdem por não terem este ou aquele subsistema*, sabemos que as línguas não são um produto simples da competência linguística. Para externalizar a fala, as computações que mapeiam diretamente aspectos da realidade em sistemas linguísticos, como o da evidencialidade, têm que passar por interfaces de desempenho linguístico e por outras interfaces que não são linguísticas, mas que colaboram para o cômputo final da comunicação. Por exemplo, o sistema de tempo verbal interage diretamente com o sistema gramatical de evidencialidade, mas também com a Prosódia¹²,

12

A prosódia estuda as propriedades de sílabas e unidades maiores de fala, incluindo funções linguísticas como entonação, ênfase e ritmo, que são elementos conhecidos como suprasegmentais. A prosódia pode refletir características do falante como seu estado emocional; a forma de enunciação (declaração, pergunta ou comando); a presença de ironia ou sarcasmo; ênfase, contraste e foco. Pode existir prosódia codificada na fala (prosódia explícita) ou no som interno que geramos quando monitoramos nossa leitura silenciosa (prosódia implícita).

com a Teoria da Mente¹³ e muitos outros sistemas cognitivos. De forma que se uma língua não for “forte” em evidenciais, ela compensa com outro sistema e os falantes nativos, que conhecem as potencialidades e as restrições de sua língua, conseguem veicular o que querem usando recursos diferentes, mormente de forma inconsciente.

Para um exemplo imediato disto, veja na própria linha de tradução dos exemplos (i) e (ii) acima. Mesmo sem morfemas evidenciais, obtivemos versões equivalentes em português para as sentenças com evidenciais em turco, através do simples expediente de introduzirmos uma oração principal com o teor do envelopamento informacional (*testemunhei que* ou *ouvi dizer que*) e a informação propriamente dita que veio encaixada naquela sentença principal.

Cada língua natural é um organismo vivo, altamente dinâmico e plástico que reúne subsistemas ligeiramente diferentes implementados em um cérebro com características semelhantes na espécie.

Landau e Gleitman (1985) ampliaram essa ideia da plasticidade cognitiva compensatória para incluir indivíduos com deficiências perceptuais, em um livro imperdível sobre como os cegos concebem as cores e os verbos de iluminação. E eles concebem! (Cf. também um vídeo curtinho sobre esse tema em <https://youtu.be/ez7Swn-ooK4>).

Decorre da noção de sistema cognitivo uma ideia sobre a qual existe pouca disputa entre linguistas de diferentes correntes teóricas: **não existem línguas primitivas ou deficientes**. As línguas naturais variam em seus recursos léxico-estruturais e apresentam formas diferentes para codificar espaço, movimento, número e objetos (França; Ferrari; Maia, 2016). Elas escolhem ferramentas de um amplo repertório de computações e formas de interações com

13

Teoria da Mente (ToM) é um cálculo de cognição mental que capacita o indivíduo a antecipar os estados mentais dos outros, incluindo suas crenças, desejos, emoções, intenções e circunstâncias emocionais adicionais.

outros sistemas cognitivos. Sendo assim, conceitos como a Hipótese Sapir-Whorf, também conhecida como Relativismo Linguístico, de que as línguas formatam a percepção que temos do mundo, controlam os processos cognitivos, e assim ajudam a construir a realidade dos falantes, são muito debatidos até hoje, mas encontram poucos adeptos entre linguistas (cf. Boroditsky, 2011, para uma defesa relativista, vinda da Psicologia).

Então, não dá para desejar que o português invista em um sistema de evidenciais, porque já estamos muito bem, obrigada, com os nossos sistemas de encaixamento de relativas que nos indicam como obtivemos a informação. Não precisamos mudar a gramática para encaixar os evidenciais. O que precisamos é de políticos que falem a verdade, pelo menos quase sempre, e que não invistam o dinheiro da nação num *marketing* que nos polui com lixo informacional.

Agora que já sabemos que não precisamos cobiçar a gramática alheia, ainda falta examinarmos o segundo fato linguístico que, por sinal, é bastante polêmico: *a mudança deliberada*. É ponto pacífico que as línguas naturais sofrem variação espontânea o tempo todo e de vários tipos.

Contudo, segundo Labov, fundador da Sociolinguística Variacionista, há que se discriminar ajustes lexicais daqueles estruturais. Os lexicais acontecem a todo momento, espontaneamente e imperceptivelmente (de baixo para cima) com as novas gerações de falantes, e são absorvidos pelas outras faixas etárias também com grande facilidade. Já as mudanças estruturais, afetando morfemas funcionais, acontecem muito mais raramente e lentamente. O inventário de morfemas funcionais do português é praticamente o mesmo por toda a história da língua.

Há uma parte do comportamento da linguagem que está sujeita ao controle consciente, à escolha deliberada, ao comportamento intencional e reflexivo. Mas, pelo que posso ver, esta não seria a parte mais importante da faculdade da

linguagem, e teria relativamente pouca influência no desenvolvimento da estrutura da linguagem (Labov, 1994, p. 598).

Contudo, com uma boa razão social, é claro que um segmento da população pode sim investir em provocar uma mudança linguística deliberada (mudança de cima para baixo), mesmo que seja na parte funcional da língua, que é mais conservadora (Thomason, 2007).

Note-se o movimento pró-linguagem neutra que surgiu no bojo da revolução LGBTQIA+. Entre as suas recentes e bem-vindas conquistas, se destacam a aceitação, a partir de 2009, do nome social para transgêneros e travestis em órgãos públicos e instituições de ensino; o estabelecimento da união civil estável e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, legal desde 2013; e a promulgação dos processos de redesignação sexual com cobertura pelo SUS, do fenótipo masculino para o feminino, a partir de 2002, e do fenótipo feminino para o masculino a partir de 2010 (Fábio, 2017).

É claro que conquistas sociais de tamanho vulto propiciam muitos tipos de mudanças de comportamento social e o investimento em mudanças linguísticas deliberadas. Vejamos algumas em curso:

Em relação ao uso dos pronomes de terceira pessoa do singular - *ele* e *ela*, o processo antes se dava geralmente a partir de inspeção visual. A introdução do nome social propiciou uma mudança simples, mas fundamental: a base para a seleção gramatical do pronome está passando a acompanhar o nome social declarado e não as pistas visuais de gênero. Para resolver casos específicos (por exemplo, a Pablo Vittar), pergunte. Este novo pareamento traz uma mudança de atitude cognitiva que proporciona mais conforto a travestis e transgêneros (Possidônio, 2018).

Em curso também estão outras mudanças pontuais como o gênero do determinante de palavras sem desinência de gênero, por exemplo, no passado *o travesti*, hoje *a travesti*. Estes itens estão sendo ajustados um a um, com evidente adesão popular. Outra mudança

em curso é a designação de pronomes para os casos de pessoas não binárias. A solução aqui pode ser bastante orgânica, utilizando-se mesmo da geratividade natural linguística. Uma das grandes vantagens da nossa espécie por possuímos linguagem é exatamente porque a língua sempre se renova, mapeando novos conteúdos com eficiência. A explicitação da fluidez de gênero é um novo conteúdo que certamente será ou seria espontaneamente mapeado também. Mas acelerar o processo através de mudança deliberada pode ser conveniente para atender à população não binária já tão excluída. De fato, há algumas propostas competentes para a introdução deliberada de um sistema de gênero neutro para este segmento no português: *elu/elus/delu/delus etc.*

Em meio a essas variantes progressistas, estão sendo propostos ajustes um pouco menos inspirados, geralmente envolvidos no clima prescritivo do politicamente correto. Porque no plural dos nomes em português existe a generalização para o masculino, algumas pessoas fazem uma leitura do sistema de gênero vigente como heteronormativo, que privilegia o sexo masculino em detrimento ao feminino. Ajustar isso configura um caso diferente dos citados, porque têm caráter prescritivo e redundam em soluções pouco econômicas e pouco informadas cientificamente. São estes os casos de *todas e todos, professoras e professores*, e da inserção do novo neutro, desejável na língua para os não binários, mas não em substituição ao genérico, formando *todes, es cares amigues*, e também, finalmente, os impronunciáveis *amig@s* e *amigXs*, já praticamente abandonados pelo formato estranho. Notem também que no caso de professores e professoras, e também de *todos* os masculinos terminados em 'OR', a forma neutra produzida acabaria sendo igual ao masculino plural (*professor+es*). Ou seja, chegaríamos ao neutro aplicando a mesma regra que já usamos hoje no português.

Quem defende essas mudanças se pauta pela percepção *lato senso* de que quando escutamos *caros amigos*, fazemos uma leitura interna não genérica. Será? Ficam aqui duas considerações de uma

experimentalista: (1) antes da tentativa de mudança vultosa, de cima para baixo, há que se testar, cientificamente, a percepção da população em relação às formas com desinências “o” em situações genéricas; (2) digamos que a partir dos resultados de testes confiáveis chegemos à conclusão de que a mudança é desejável. OK, mesmo assim, como a atividade cognitiva da linguagem é reflexa por natureza, ou seja, não recruta a consciência, o uso em conjunto da língua por toda comunidade de fala faz com que o recurso fático, que pode até ter ajudado por algum curto tempo a estabelecer um nível de conscientização maior e um engajamento político mais forte entre o emissor e o receptor da mensagem, em pouquíssimo tempo se acomode e se esvazie por completo. Então, quem costumava privilegiar o sexo masculino vai continuar fazendo isso, só que agora vai usar *cares amigues*.

Com isso, não tem para onde correr, a solução é mesmo a participação efetiva de todOs no cerne da revolução LGBTQIA+, indo além do apenas politicamente correto, golpeando as f@ke newXs, mudando a atitude, e chegando logo à responsabilidade social: cuidado, inclusão e respeito efetivos a todas as pessoas.

SAIBA MAIS

AKSU-KOÇ, A.; ÖGEL-BALABAN, H.; ALP, E. I. Evidentials and source knowledge in Turkish. **New Directions for Child and Adolescent Development**, v. 125, p. 13-28, 2009.

AYDIN, Ç.; CECI, S. J. The role of culture and language in avoiding misinformation: Pilot findings. **Behavioral Sciences and Law**, v. 31, p. 559-573, 2013.

BORODITSKY L. How language shapes thought. **Scientific American**. v. 304, p. 62-5, 2011.

FÁBIO, A. C. A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro. **Nexo**. 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro>. Acesso em: 12/12/2021.

FRANÇA, A. I.; FERRARI, L.; MAIA, M. **Linguística no Século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. v. I. Oxford: Blackwell, 1994.

LANDAU, B.; GLEITMAN, L. R. **Language and experience**: evidence from the blind child. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

OZTURK, G.; PAPAFRAGOU, A. **The acquisition of evidentiality in Turkish**. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, 2008.

POSSIDONIO, C. T. L. S. Identidade de gênero e utilização do nome social: propósitos e desafios. **Direito Civil**. v. 19, p. 312, 2018.

THOMASON, S. G. Language contact and deliberate change. **Journal of Languages and Contact**. v. 1, p. 41-62, 2007.

Texto original publicado em 10/01/2022



5

*Gean Damulakis
Karen Sampaio Braga Alonso*

**“A FICHA AINDA NÃO CAIU”:
POR QUE NEM TODO MUNDO SABE MESMO
O QUE ESSA EXPRESSÃO SIGNIFICA?**

Figura 1 - Telefone público (orelhão) a ficha e fichas telefônicas



RESUMO:

A relação entre a forma e o significado das palavras e expressões nas línguas humanas é objeto de grande debate entre aqueles que se dedicam ao estudo das línguas. E você, já se perguntou se há alguma razão para caneta se chamar “caneta” ou para telefones públicos poderem também ser chamados de “orelhão”? Se ainda não, corre aqui e descubra que a resposta nem sempre é simples e que ela pode ser uma pra você e outra pra sua avó.

Quanto maior a idade da pessoa, mais chances de ela ter dito algo como “Na minha época...”, engatando com afirmações do tipo “... não existia TikTok”, “...não existia Facebook”, “...não existia internet”, “...não existia televisão, só rádio”. De fato, à medida que o tempo passa, vamos nos tornando uma super turma de testemunhas oculares da história. Dependendo do lugar onde mora, uma pessoa de uns 40 anos, por exemplo, poderia muito facilmente se lembrar que telefones públicos ficavam abrigados em uma cúpula num formato que lembrava uma orelha gigante e que eram popularmente conhecidos como “orelhão” (Figura 1). Mas capaz de você mostrar um “orelhão” pra uma criança de 8 e, com sorte, ela achar que é só arte urbana (há, ainda, alguns espécimes por aí nas ruas. Dá até pra fazer o teste).

Ao longo dos anos, a cúpula de orelha foi sendo substituída por outros formatos de cobertura mais moderninhos que, em muitas situações, deixaram mesmo de existir, ficando só o aparelho preso a um poste de sustentação ou à parede. Mas, àquela altura, o nome “orelhão” já estava bastante consagrado e não deixou de ser usado para que as pessoas se referissem a telefones públicos (com ou sem orelha gigante).

As palavras de uma língua são formadas, essencialmente, via associações de forma (por exemplo, a sequência de sons que formam a palavra “orelhão”) e significado (no caso, o conceito de “telefone público”), mas nem sempre conseguimos capturar um motivo claro para o modo como nomeamos as coisas. Na área da Linguística, a associação entre som (forma) e significado é comumente concebida como arbitrária (ou imotivada). Isso quer dizer que, diferentemente do caso de “orelhão” para aquela pessoa de 40 anos, não haveria nada no conjunto de sons de uma palavra como “caneta”, por exemplo, que justificasse o fato de o objeto ter esse nome. Pelo menos, não pra ninguém que esteja vivo hoje e que não tenha acesso a relatos de história das línguas. Caso contrário, essa pessoa poderia descobrir que “caneta” é denominada assim, porque tem o formato de um cano ou tubo pequeno.

Claro que não saber a motivação¹⁴ pra “caneta” (a coisa) se chamar “caneta” (o nome) não é exatamente um problema pra ninguém. Na verdade, a maioria de nós passa a vida sem saber disso. Nesse caso, se não reconhecemos a relação entre forma e significado, vamos tomá-la como arbitrária. Se você não faz a relação entre o nome “caneta” e o sentido de “cano pequeno”, então a relação da coisa com o nome é arbitrária pra você, ainda que não seja pra uma outra pessoa. Por outro lado, se você for interessado na história da língua, poderá procurar a etimologia da palavra em um dicionário como Michaelis, por exemplo, e descobrir que “caneta” é a combinação da palavra “cana” com “-eta”, que é um sufixo de diminutivo, parecido com “-inha”).

Muitos linguistas advogam, inclusive, que a maior parte das relações entre nomes e coisas é arbitrária. Um dos principais argumentos em defesa da arbitrariedade se baseia na variabilidade entre as diferentes línguas do mundo: temos, por exemplo, palavras diferentes em línguas distintas pra nomear uma mesma coisa ou tipo de coisa, como é o caso de “mesa” (em português), *table* (em inglês), *Tisch* (em alemão). Se houvesse motivação, argumentam, não teríamos formas tão diferentes (*mesa*; *table*; *Tisch*) para falar de “mesa”. Apesar de aparentemente eficiente, esse argumento deve ser visto com cautela. Ao compararmos “caneta” com *Kugelschreiber* (alemão), alguns poderiam considerar que a diferença entre ambas as formas serviria como evidência da arbitrariedade. Entretanto, o termo “caneta” foi motivado pelo formato do objeto (“um cano pequeno”) e *Kugelschreiber*, pela maneira como o objeto funciona (de *Kugel* “esfera” + *Schreiber* “escrevedor”, ou seja: aquilo que escreve com uma esfera – tendo a motivação semelhante a “esferográfica”, em português, ou a *bolígrafo*, em espanhol).

De fato, a própria arbitrariedade também pode ser, em alguns casos, relativizada, uma vez que existem palavras e expressões que

14

A motivação também é chamada de “iconicidade”.

podem ter certo grau de motivação (ou seja, uma relação tal que justifique o nome que damos a algo). Podemos reconhecer motivação nas formas linguísticas, tendo por base os sons em si (motivação fonética), como nos casos em que falamos para as crianças: “olha o au-au”; “olha o miau”, para chamar sua atenção para um cachorro e um gato, respectivamente, que estivessem passando por perto. Ainda, quando chamamos um espirro de “atchim!”. Podemos também percebê-la em processos de formação de palavras (motivação morfológica), como na palavra “pianista”, por exemplo, que nomeia o agente de uma atividade ou ocupação relacionada a “piano”. Ou quando usamos a palavra “apagador” pensando em algo que “serve para apagar”. Quando estendemos o sentido de uma área para outra (motivação semântica), como ocorre na locução “pé de mesa”, na qual sabemos que estamos nomeando a parte que sustenta o tampo da mesa por associação a uma parte do corpo humano (“pé”) que tem a mesma função de apoio.

Resumindo: é possível defender que a relação das palavras e expressões com seus respectivos sentidos é sempre, na origem, motivada. Com o passar do tempo, essa motivação se perde, e o falante não a recupera mais. Os professores Victória Wilson e Mário Martelotta afirmam que a “dinâmica da comunicação vai fazendo com que as palavras tenham sua estrutura e seu sentido modificados, e nesse processo os falantes vão perdendo consciência das origens dos vocábulos e das expressões” (2008, p. 81).

Pensar na motivação linguística como um fato histórico nos leva de volta a uma percepção que podemos experimentar com o exemplo de “orelhão”. Quando escolhemos o título deste texto, estávamos incentivados pela reflexão de que, neste exato momento, temos falantes do português do Brasil capazes de reconhecer a motivação para se cunhar a expressão “a ficha caiu” e outros que irão tomá-la como arbitrária. Isso depende, entre outros fatores, de questões geracionais. Ou seja: em um mesmo tempo histórico, algumas pessoas tomam certas formas linguísticas de maneira arbitrária

(aqueles que apenas fazem o mapeamento entre forma e sentido dessas formas linguísticas) e outras percebem as mesmas formas como motivadas (aqueles capazes de recuperar a relação entre a forma e o sentido dessas expressões). Se essas expressões sobreviverem, daqui a algum tempo não haverá mais falantes que consigam recuperar a motivação que as baseou e elas passam a ser arbitrárias pra todo mundo.

Provavelmente, se você é do time dos com mais de 40, tem grandes chances de recuperar a motivação para essa e outras expressões (abaixo). Afinal, você possivelmente não escapou de experimentar as tecnologias nas quais expressões desse tipo estão ancoradas. Por outro lado, jovens de 15 anos vivendo em áreas urbanas, por exemplo, talvez nem percebam tal motivação, por terem nascido num mundo com grande predominância de tecnologias não analógicas. Para aqueles que não reconhecem a motivação para "a ficha caiu", o sentido foi deslocado do uso de telefones de ficha, nos quais nós, os com mais de 40, depositávamos fichas e uma delas caía apenas quando a ligação se completava (a seguinte caía depois de decorrido um determinado tempo da ligação). Daí, os falantes acabaram por estender o sentido dessa situação concreta de "cair a ficha" para "(finalmente) entender alguma coisa".

Vivemos em um mundo no qual as inovações tecnológicas nos atropelam a cada suspiro nosso. Entre a televisão e o 5G, passaram-se apenas algumas décadas. O resultado dessa transformação acelerada das técnicas é um fator que pode levar à perda de reconhecimento da motivação das formas linguísticas. Vejamos: tecnologias em que se baseiam a expressão "caiu a ficha" foram sendo suplantadas por muitas outras nas últimas décadas, mas você já reparou que a expressão ainda persiste?

O raciocínio que vimos construindo a partir da expressão "a ficha caiu" pode ser encontrado também em uma expressão do alemão: *der Groschen ist gefallen* ("o centavo caiu"), que tem como

motivação o fato de essa moeda (o *Groschen*) ter sido usada de forma similar à nossa ficha, em máquinas automáticas. O *Groschen* era uma moeda de 10 centavos de marco alemão e, desde que o euro se tornou moeda única em vários países da União Europeia, não circula mais na Alemanha. Embora o *Groschen* não exista mais, a expressão permanece – talvez com algum grau de motivação por haver máquinas que dispensam produtos depois da inserção de moedas (de euro). No nosso caso, em um país com problemas de inflação, precisávamos de uma tecnologia que pudesse ser compensada com o decréscimo do valor da moeda (a ficha).

Claro que quedas de ficha não encerram a reflexão sobre tecnologias e motivação linguística. E podemos provar. Você mesmo poderia fazer o teste, vendo se consegue recuperar a motivação das expressões abaixo (o resultado costuma ser proporcional à sua idade), enquanto escuta a rádio no seu *Spotify*.

- a. Ainda não **caiu a ficha**.
- b. **Disque** 100.
- c. José **bateu o telefone na cara do amigo**.
- d. João **queimou meu filme** com o chefe.
- e. **Volta a fita!**
- f. O **toca-fita** do carro foi roubado.
- g. Ele parece um **disco arranhado!**
- h. **Vira esse disco!**
- i. Clique no ícone de “**salvar**”.

“Discar” um número era o que fazíamos quando os telefones traziam discos, como na figura 1. Para fazer a ligação, era necessário colocar o dedo no respectivo algarismo e rodar (“discar”) até a

base. Ou seja, os números eram discados, não digitados ou, como mais recentemente, teclados. Ainda na figura 1, podemos entender a expressão “bater o telefone na cara de alguém”: para interromper a ligação, era preciso colocar o fone no gancho, o que poderia ser feito com uma “batida”. Daí a interrupção abrupta da ligação ser, ainda hoje, indicada como uma “batida do telefone na cara” do interlocutor.

Quando dizemos, por exemplo, que “João queimou o meu filme com o chefe”, muitos entendem o sentido metafórico, mas não conseguem resgatar a situação concreta que o motivou. Até a década de 1990, era muito mais frequente pessoas usarem “filme” (uma película de base plástica, inserida na máquina fotográfica) para tirar foto, por exemplo. Quando o filme queimava (ou seja, era exposto à luz), isso significava que ele não podia ser mais usado para fotografia. O sentido foi estendido para “falar mal de alguém” ou “prejudicar a imagem de alguém”.

Figura 2 - Fita cassete



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fita_cassete, 2023.

A fita cassete foi muito utilizada para gravações e reproduções de áudios até os primeiros anos deste século. O artefato era composto de uma fita magnética, que girava de um lado para outro (Figura 2), responsável pelo registro do áudio. Era comum, ao quisermos ouvir novamente um trecho, “voltarmos a fita”. Daí, quando se pede para alguém contar novamente algo, pedir para “voltar a fita”.

Durante muito tempo, a fita cassete foi uma mídia de áudio muito utilizada e muitos carros tinham o toca-fitas, aparelho usado para reproduzir o áudio da fita. Mesmo depois da substituição das fitas por CDs, os aparelhos continuaram sendo chamados de “toca-fitas”, mesmo por falantes que não conheceram a fita.

Figura 3 - Disco de vinil e toca-discos



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Toca-discos>, 2023

Hoje em dia, discos de vinil (ou simplesmente “discos”) são mais vendidos para colecionadores ou profissionais, como os DJs. Muito comercializados até os fins dos anos 1990, os discos continham canções divididas em faixas. O equipamento utilizado para a reprodução do disco era a vitrola (ou toca-discos) e a leitura das faixas era feita por uma agulha. Caso o disco estivesse arranhado, a agulha poderia voltar ao mesmo trecho e repeti-lo várias vezes. Daí, se alguém “parece um disco arranhado”, ele está sendo repetitivo. Os discos eram compostos de duas faces, com músicas distintas. Por conta disso, era comum que o usuário tivesse de “virar o disco” para ouvir as demais faixas. Pedir que alguém “vire o disco” pode significar um pedido para que a pessoa mude de assunto.

Figura 4 - Disquete



Fonte: https://www.leroymerlin.com.br/mousepad---ima-decorativo-em-neopreme-deco-colorfun-disquete_1567444620, 2023.

O ícone de "gravar/salvar", do *Windows*, representa um disquete (Figura 4), uma espécie de mídia usada para armazenar dados, não mais usada. Os usuários mais novos podem não mais associar o símbolo ao artefato, guardando o significado do ícone sem resgatar a motivação. Embora esse exemplo não traga uma palavra, mas um ícone, ele nos mostra a possibilidade de a motivação da relação entre ícone e significado se perder com o tempo.

É muito provável que a motivação dessas expressões esteja disponível para aqueles que já "discaram" os números para fazer uma ligação telefônica. Se você já nasceu com a tecnologia do *touch screen* e acha que esse papo todo não é pra você, aguarde um pouco. Provavelmente quando você tiver um pouco mais de idade, algo similar vai acontecer com você. É que, assim como outros aspectos das ações humanas, a tecnologia deixa suas marcas na língua, e as inovações tecnológicas não param no tempo. Muito menos a língua, que sofre e acumula os efeitos das transformações históricas.

SAIBA MAIS

WILSON, V. & MARTELOTTA, M. Arbitrariedade e Iconicidade. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

Texto original publicado em 13/12/2021



6

*Ana Regina Vaz Calindro
Karen Sampaio Braga Alonso*

**CARNE A PESO DE OURO.
QUEM VAMOS?**

Foto: Folha de S. Paulo

R\$ 1799,99



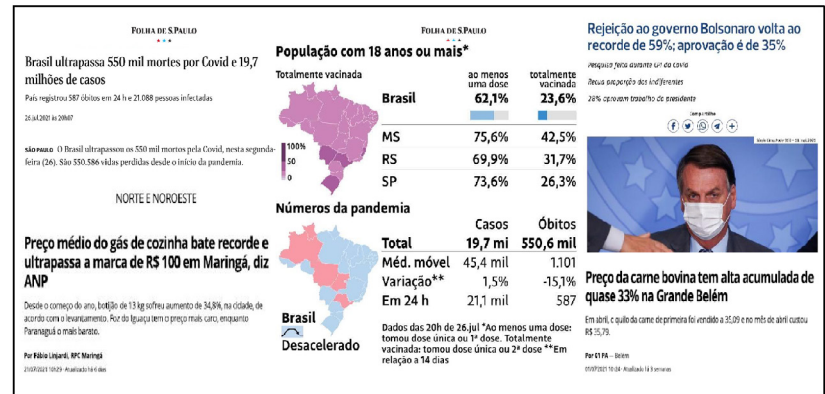
é o preço do quilo da picanha
oferecida em churrasco por
Bolsonaro

Conde & Carvalho

RESUMO:

Se você gosta de aprender sobre línguas, mas acha que as contas não são o seu forte, este texto vai te provar que gramática e matemática têm muito em comum, e, juramos, não é só a rima! Aqui, vamos falar sobre a classe dos numerais e de como a noção mais geral de quantidade pode ser expressa de várias maneiras nas diferentes línguas naturais.

Você já se deu conta de que interpretar números é uma tarefa sempre muito presente nas nossas vidas? Se você respondeu negativamente a essa pergunta ou ainda está com alguma dúvida, dá só uma olhada nas manchetes a seguir:



Para entender todas essas manchetes e acompanhar as notícias do nosso dia a dia, ninguém precisa ser um gênio da matemática, mas todo mundo precisa, em alguma medida, *entender de números*. Num tempo em que o número de brasileiros mortos por covid-19 chega a 550.000 e que, se não bastasse, 27 milhões de pessoas (12,8% da população brasileira) está vivendo abaixo da linha da pobreza (Couto, 2021), o melhor mesmo é ficar ligado no que os números têm a nos dizer!

Para falar desse assunto, podemos começar assumindo que *número* é uma abstração matemática, uma cardinalidade, e que serve, por exemplo, pra quando a gente quer falar da quantidade exata de uma coisa qualquer, como *três livros*, *quatro escolas*, *cinco maçãs* e assim vai.

Se alguém te pergunta *que horas são* e você responde: são duas e vinte, está aí uma prova de que você domina os números

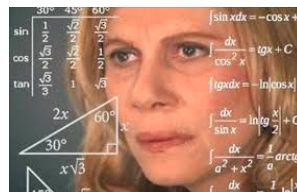
cardinais. Aliás, pra ver *as horas* no relógio, você ainda precisou reconhecer os algarismos arábicos (1, 2, 15 etc.). Da mesma maneira, se perguntam a sua idade, você responderá 25, 58, 34 ou qualquer outro número cardinal que corresponda à quantidade de anos vividos por você desde o seu nascimento.

Claro que a nossa vida com números cardinais nem sempre é moleza. É muito mais fácil informar as horas do que dar conta do preço do arroz, do gás de cozinha ou mesmo calcular o quanto se poderia gastar em leite condensado no período de um ano. Pra alguns, 15 milhões de reais podem soar bem normal; pra outros, um baita exagero. É tipo cálculo de picanha em churrasco. Podem ser 2, 3, 5, 10 quilos (!) ou pode ser só acém mesmo.

Da noção de *número*, temos o conceito de *numeral*. Numeral é a expressão linguística dos números e, portanto, é uma das categorias gramaticais das línguas do mundo. Enquanto o número é um conceito da matemática, o numeral é uma categoria de palavras. Os numerais podem ser subclassificados, por exemplo, em: numerais cardinais (um, dois, três etc.); ordinais (primeiro, segundo, terceiro etc.); multiplicativos (duplo, triplo, quádruplo etc.). Isso muita gente já viu, mas talvez poucos saibam que as várias línguas do mundo (como português e francês, por exemplo) podem apresentar diferentes sistemas de numerais.

Veja só! Quem já fez aula de francês sabe bem que, para dizer 80 (*quatre-vingt* ou, literalmente, quatro-vinte), tem que fazer uma continha ($4 \times 20 = 80$). Noventa? *lxi*, melhor pegar a calculadora, porque, além de multiplicar, tem que somar: *quatre-vingt dix* (ou, literalmente quatro-vinte dez – $4 \times 20 + 10 = 90$) e daí por diante. Já se quiséssemos aprender uma das línguas africanas que aqui aportaram, iríamos nos deparar com o iorubá (língua nígero-congolesa, falada principalmente na Nigéria) e seus numerais. E lá vem conta de novo!; porém, agora, de subtração. Dezesseis? *Èḗrìndílogún* (*èrin*: quatro, *díl*: de, *ógún*: vinte, ou, literalmente, vinte de quatro, $20 - 4 = 16$).

Figura 1 - Meme Nazaré Confusa



Fonte: dicionariopopular.com

Será que isso deixaria a Nazaré ainda mais confusa? Como ela é brasileira, talvez. Mas as crianças francesas e nigerianas não acham confuso não, pois essas operações matemáticas que estão por trás dos numerais dessas duas línguas são simplesmente parte do sistema linguístico delas.

Por falar em criança, aliás, você já notou que crianças pequenas costumam estar sempre muito dispostas, e até entusiasmadas, a dar cinco moedas de ouro em troca de quinze moedas de plástico, acreditando que estão fazendo um super negócio? Pois é, como você pode imaginar, a lógica por trás desse raciocínio é a de que a criança reconhece que o resultado final é um montante maior no caso das quinze moedas de plástico do que no das cinco moedas de ouro. Isso porque, para a criança, tanto faz o material da moeda; o importante é a quantidade!


Mas, afinal, pra você, é só a quantidade mesmo que importa nesse caso das crianças com as moedas? O que faltaria para a criança perceber que ela não está fazendo um negócio tão bom assim? Exato. Ela precisa entender o valor do material *ouro* comparativamente ao valor do *plástico* – ou seja, de que a uma dada quantidade de ouro é atribuído um valor de mercado (que é socialmente acordado) muito superior a uma quantidade de três vezes mais de plástico.

Essa percepção, bastante sofisticada, de fato, de que as coisas têm um dado valor atribuído socialmente a elas não está apenas nas moedas de ouro que a gente pode ver e pegar. Podemos atribuir

valores também às unidades que não alcançamos com as mãos, como, por exemplo, as unidades da língua que falamos.

Pensa só: qual a diferença entre as palavras *livro* e *livros*? Isso. A diferença é que a palavra *livro* se refere a uma única unidade de livro, enquanto a palavra *livros* se refere a mais de uma unidade de livro. Pois bem, mas o que indica formalmente essa diferença? Exato. A presença do *s* no final indica “mais de um”, enquanto a ausência indica “apenas um”. Em outras palavras, a presença de *s* indica plural e a sua ausência indica singular.

Oba! Então posso dizer que, em português, *s* indica *sempre* plural e ausência de *s* *sempre* indica singular? Olha, sempre SEMPRE não, né? Quase nada é SEMPRE na língua, na verdade. A palavra *lápiz*, por exemplo, termina com *s* e pode indicar um ou mais de um *lápiz*, não é verdade? A mesma coisa acontece com *ônibus*, já reparou? Dependendo da sua região, pode ser comum pedir *um chops* e *dois pastel*. Nesse caso, a gente vê que os numerais *um* e *dois* dizem mais sobre a quantidade de chope e de pastel do que todas as nossas convicções anteriores sobre o *s*.

Curiosamente, no inglês, que também expressa regularmente plural e singular por meio, dentre outras formas, da presença e ausência de *s* (*books* = *livros* X *book* = *livro*), tem palavras como *pants* (que podemos traduzir como *calça*) que só aparecem no plural, ou seja, não dá pra contrastar *pants* (plural) e *pant* (singular). É *pants* mesmo, ainda que se esteja falando de uma calça só. Uma hipótese bacana para explicar esse fato intrigante é a de que, como a calça, assim como algumas outras roupas que usamos na parte inferior do nosso corpo, tem uma estrutura bipartida (porque veste duas pernas: ) , os falantes do inglês associaram a aparência dessa vestimenta com a ideia de plural e usaram o mesmo padrão de adicionar *s* pra plural na hora de nomear o objeto calça. Assim, falamos *pants* (e não *pant*), em inglês.

Mas não pense que os plurais nas línguas são sempre parecidos assim não. Além dos conhecidos *singular* e *plural*, línguas

como o esloveno (língua eslava meridional falada na Eslovênia), o taitiano (língua malaio-polinésia falada na Polinésia) e o árabe possuem uma forma de expressar o que nós da linguística chamamos de *dual*, que indica um conjunto de dois. Por exemplo, em árabe, *hisaan*: cavalo (singular); *hisaanaani*: dois cavalos (dual); *hisaanuuna*: mais de dois cavalos (plural).

Dual pode parecer, assim à primeira vista, uma coisa meio esquisita e distante da gente, falantes do português. Mas não se engane, o dual não está tão longe de nós como podemos inicialmente supor. O latim, conhecido popularmente por ser a “mãe” do português, também possuía a flexão dual. No português moderno, o pronome indefinido *ambos/ambas* é um resquício do dual *ambo*, do latim. Também do dual *vingiti* (literalmente, duas dezenas), surgiu o numeral *vinte*, por exemplo.

Engrossando o caldo, uma maneira bem criativa de que lançamos mão para passar a ideia de *mais de um* é quando fazemos uso de um referente do mundo à nossa volta para expressar quantidades grandes e indefinidas. Repare só nesta frase aqui: *Um monte de gente recebeu uma enxurrada de fake news pelo zap ontem*. Lendo essa frase, você diria que poucas ou muitas pessoas receberam *fake news* pelo zap? E foi grande ou pequeno o número de *fake news* recebidas? Pois é, dependendo de como combinamos as palavras, *monte* (uma formação geológica) e *enxurrada* (um fenômeno natural) são usados para expressar uma grande quantidade de algo, mesmo que a gente não determine exatamente quanto.

Como você vê, dá para ficar uma eternidade falando de todas as expressões linguísticas que envolvem noções de quantidade. E – não! Pelamor! – não estamos falando de nada que demande cálculos mega complexos como seno, cosseno, tangente e integral, fique tranquilo. O francês e o iorubá já forçaram os nossos limites. Não contem pra ninguém, mas entendemos de tangente assim como certos alguéns entendem da forma da Terra.

SAIBA MAIS

Se você quer saber um pouco mais sobre esse assunto, mas está com preguiça ou tem tantas referências que não sabe nem por onde começar, dá só uma olhadinha nas dicas que selecionamos pra você.

No capítulo da professora Margarida Petter, você vai encontrar muita coisa interessante sobre a morfologia do português e de várias outras línguas, e, claro, sobre a classe dos numerais. Aproveite!

PETTER, M. Morfologia. *In*: FIORIN, J. (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.

Agora, se você quer saber de onde a gente tirou alguns dos exemplos que apareceram pra vocês neste texto, dá uma conferida na lista abaixo:

COUTO, Camille. População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros. **CNN**. Nacional. 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso em: 14 ago. 2021

OLIVEIRA, J. B. Análise comparativa da estrutura flexional do plural no inglês e no português. **Revista Philologus**, ano 5, n. 14, 1999.

OLIVEIRA, T. S. Particularidades flexionais de número nos substantivos em língua portuguesa: explicações em língua portuguesa. **Estação Científica** (UNIFAP), Macapá, v.7, n.1, p. 49-59, 2017.

VIGNADO, J. **A interface sintática e semântica na análise dos sistemas numerais do karitiana e do kamayurá**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

Texto original publicado em 02/08/2021



7

Marcelo Alexandre Lopes de Melo

**O TEU SOTAQUE
NÃO NEGA, AMADA,
PORQUE TENS
SOTAQUE, AMOR**



RESUMO:

“Não existe sotaque neutro”, disparou Juliette, a grande campeã do BBB21, quando pediram para que ela desse uma neutralizada no seu sotaque. Neste texto, apresentamos o conceito de sotaque para a ciência linguística e, a partir da polêmica em torno da declaração de Juliette, discutimos a relação entre língua e sociedade, mostrando como a língua serve de veículo para transmissão de valores sociais e preconceitos que, de fato, nada tem a ver com a própria língua.

Ao longo das últimas seis décadas, os estudos sociolinguísticos têm nos mostrado que as pessoas são avaliadas pelo jeito que falam, o que significa dizer que a língua veicula e reflete valores sociais em circulação em uma dada sociedade em um determinado momento. Em outras palavras, sempre que uma pessoa abre a boca para falar, ela será avaliada pelas outras pessoas à sua volta. Toda vez que ouvimos a pessoa que se comunica conosco, estamos não só decodificando o significado expresso nas formas linguísticas produzidas, mas também identificando características de quem nos fala: se é falante do mesmo dialeto ou não; se é estrangeiro(a) ou não; se as formas usadas estão em consonância com a situação de uso (é uma aula? uma conversa entre amigos na rua? etc.). Assim, a percepção do valor social das formas linguísticas depende de vários fatores: quem fala, o que fala, para quem fala, em que contexto de interação fala. Os estudos sociolinguísticos demonstram que a língua expressa a dinâmica das relações sociais entre os indivíduos de uma sociedade por meio da atribuição de valor social às formas linguísticas. Talvez por isso que alguma polêmica sobre os usos da língua sempre acabe ganhando as manchetes dos jornais ou, mais recentemente, termine em disputa nas redes sociais. Por trás dessas polêmicas, estão os valores sociais e as relações de poder em jogo, expressos nas formas linguísticas.

Todos os falantes são percebidos e avaliados pelas diferentes características presentes na sua fala, algumas delas relacionadas com o que se denominou de sotaque. E como ninguém está imune aos julgamentos de outros falantes, nem mesmo a campeã de votos de um famoso *reality show* brasileiro, a paraibana Juliette, escapou de ser julgada. Ao participar de um teste para dublagem de um filme, pediram para Juliette “dar uma neutralizada no seu sotaque”, em razão de seu “forte sotaque nordestino”. O pedido e a reação de Juliette, em “praça pública”, levou a outros debates sobre os usos da língua:

Figura 1 - postagem de Juliette, ex-BBB, sobre sotaque neutro no Twitter.



Fonte: <https://twitter.com/juliette/status/1535649920996319232>

Vamos voltar a essa polêmica mais à frente, mas, antes disso, precisamos visitar alguns conceitos importantes e que podem nos ajudar a pensar sobre essa questão. Afinal de contas, o que é sotaque? Existe sotaque neutro? Existe um sotaque melhor do que outro? E sotaque errado existe? O que a língua tem a ver com tudo isso? O preconceito é mesmo – ou tão somente – linguístico?

Gomes (2022) ensina que, sob o ponto de vista da ciência linguística, “sotaque diz respeito às características sonoras da fala de qualquer indivíduo falante de qualquer língua” (p. 47), ou seja, todo mundo tem sotaque. Assim, para a Linguística, sotaque é muito mais do que diferenças regionais que geralmente observamos em uma determinada língua, podendo se referir não só a características individuais (a voz de quem fala), como também a características coletivas (diferenças percebidas entre falantes de diferentes idades, sexo ou gênero, status socioeconômico, origem regional entre outras). A professora também chama atenção para o uso do conceito de sotaque para se referir a diferenças sonoras mais gerais entre línguas com uma mesma origem: dizemos que o sotaque brasileiro é aquele português falado no Brasil e que sotaque português é aquele português falado em Portugal; falamos em “sotaque americano” para nos referir ao inglês falado nos Estados Unidos e “sotaque britânico” para nos referir ao inglês falado no Reino Unido. É claro que, ao nos

referirmos a um inglês falado nos Estados Unidos ou Reino Unido, bem como a um português falado no Brasil ou em Portugal, estamos abstraindo uma diversidade linguística imensa, mas a comparação aqui se dá, como dito anteriormente, em relação a essas diferenças mais gerais entre línguas que compartilham a mesma origem. Ainda é possível empregar o conceito de sotaque para nos referir ao grau de proximidade com que uma pessoa fala uma língua estrangeira: quem nunca ouviu alguém dizer que o *chef* francês Claude Troisgos tem um sotaque muito forte quando fala português?¹⁵ ou, ao contrário, que o ator austríaco Christoph Waltz quase não tem sotaque quando fala inglês em seus filmes?¹⁶

Já que vamos tratar da polêmica em torno do “sotaque nordestino” de Juliette, podemos pensar, a título de exemplo, em um outro sotaque bastante famoso: o “sotaque carioca”. Ele é tão famoso – e, pelo visto, os cariocas têm muito orgulho dele – que é considerado, pela Lei Municipal n. 5982/2015, como patrimônio imaterial cultural da cidade do Rio de Janeiro. Geralmente, quando as pessoas pensam em características que permitam identificar um sotaque carioca, é muito comum fazer referências ao “S chiado” em final de sílaba. Comumente, aos falantes do Rio de Janeiro são atribuídas realizações de um som chiado – como aquele que fazemos quando pedimos silêncio, com o dedo na boca: “xiiiiiii” – para o <s> de “biscoito”, “escola”, “festas”. Uma dessas hipóteses para explicar a origem desse “chiado” remonta à vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, no início do século XIX. Gryner e Macedo (2000), por exemplo, ao analisarem a pronúncia desse “S” em uma cidade localizada na região centro-norte do estado do Rio de Janeiro, fizeram um resgate dos processos históricos que levaram à realização desse segmento na língua portuguesa e alegam que a realização

15 O sotaque de Claude Troisgos: <https://www.uol.com.br/carros/videos/assistir/?id=claudio-troisgos-faz-fonoaudiologia-para-melhorar-sotaque-0402CC9366C96326>. Acesso: em 07 out. 2022.

16 Christoph Waltz falando três línguas: <https://www.youtube.com/watch?v=xJmLagKjZEs>. Acesso em: 07 out. 2022.

palatalizada – o “chiado” – já estava concluída em Lisboa quando a família real se estabeleceu na cidade em 1808. À época, a cidade do Rio de Janeiro, que contava com uma população de cerca de 50 mil habitantes, assistiu à chegada de 25 mil lisboetas, dentre os quais 15 mil pertenciam à corte portuguesa e, portanto, eram identificados como falantes de uma variedade mais prestigiada. Segundo as autoras, isso foi suficiente para que os falantes da cidade assumissem o “chiado” típico da fala lisboeta. Porém, como as próprias autoras advertem, não há como comprovar essa hipótese.

Além do “S chiado”, quando falamos em características da fala carioca é muito comum também que se faça referência ao R em final de sílaba. Para além de discussões mais detalhadas sobre a realização exata desse segmento, é possível dizer, grosso modo, que os cariocas realizam uma consoante fricativa posterior, em oposição a outras variedades do português brasileiro (pense em um paulista falando “porta”). O R do carioca é algo parecido com o som que produzimos no início da palavra *honey* do inglês, como uma leve aspiração, ou de maneira mais forte, como um arranhar na garganta. Por isso, quando alguém de outra região do país deseja imitar um carioca, além do “S chiado”, provavelmente, vai dizer que carioca fala “cadeRno”, realizando esse R de maneira muito forte. A hipótese, também carente de comprovação histórica, estaria na influência e no prestígio de que o francês gozava na corte portuguesa, no final do século XVIII e início do século XIX. Como os franceses usariam um “R mais forte” – que, apesar de “mais forte”, não é o mesmo que os cariocas falam atualmente –, os nobres portugueses teriam imitado e “importado” essa pronúncia, considerada por eles como a de maior prestígio. E isso tudo teria vindo com o “S chiado” para o Rio de Janeiro em 1808, com a família real portuguesa. O certo é que, para além dos “esses” e “erres”, características muito marcantes do sotaque carioca, é importante dizer que ele não parece ser uma unanimidade nem mesmo entre os cariocas: há quem dele não goste, por considerar o “chiado” irritante; ou ainda há quem o associe à malandragem¹⁷.

No início da nossa conversa, falamos que todo mundo é avaliado pela forma como fala, pelo jeito de falar. Essa avaliação, por sua vez, vai depender da experiência com a língua de quem avalia, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista coletivo, além de características específicas como, por exemplo, grupo social a que pertence e idade. O certo parece ser que, para além de julgamentos individuais (*Fulano acha feio como Beltrano fala, mas Cícrano acha bonito; ou Maria tem um jeito de falar que me agrada; ou ainda Prefiro o sotaque britânico ao americano*), os julgamentos e avaliações dos usos linguísticos são condicionados por questões sociais e históricas. E como qualquer questão social e histórica, esses julgamentos também mudam. Em 1947, por exemplo, foi realizado o Congresso Nacional da Língua Cantada, que contou com a participação de diversos intelectuais e artistas notáveis da época. Nesse evento, ficou definida que a pronúncia carioca deveria ser assumida como forma padrão a ser utilizada no teatro e no canto erudito. Não custa lembrar que, em 1947, o Rio de Janeiro ainda era a capital do país e exercia uma grande influência na vida cultural, econômica e política sob os demais estados. De lá para cá, muita coisa mudou e o Rio de Janeiro passou a dividir o palco com outros grandes centros, em diferentes regiões do país, de maneira que não é mais possível dizer que o sotaque carioca exerça ainda algum tipo de hegemonia no imaginário de muita gente como a forma padrão do português brasileiro. E essa mudança não se deu na língua, mas sim socialmente, historicamente.

Voltemos à polêmica que nos trouxe até aqui: o “sotaque nordestino” de Juliette. Agora que situamos o conceito de sotaque para a ciência linguística e trouxemos – não à toa – o exemplo do sotaque carioca, podemos seguir com nossa questão inicial, isto é, o chamado sotaque neutro e a avaliação do falar de Juliette.

17

C. f. “Sotaque carioca: a cidade sinônimo de Brasil”: “O carioca da Zona Norte é informal, tem um jeito mais malandro de andar e falar, um gingado diferente”. Disponível em: <https://gente.globo.com/pesquisa-infografico-sotaque-carioca-a-cidade-sinonimo-de-brasil/>. Acessado em: 07 out. 2022.

Em um teste para dublagem de um filme, pediram a Juliette, paraibana, para ela “neutralizar o seu sotaque”. É importante lembrar ainda que os comentários sobre o sotaque de Juliette começaram ainda no *reality show*, quando alguns participantes criticaram e ridicularizaram o seu “forte sotaque paraibano”. Uma das participantes do *reality* chegou a dizer que “lá na terra dessa pessoa [Juliette] é normal falar assim”, referindo-se pejorativamente ao sotaque de Juliette. O mais curioso é que a avaliação do sotaque de Juliette vinha sempre acompanhada de avaliações de outra natureza: o sotaque revelaria a falta de educação de Juliette e estaria relacionado ao fato de ela fala “pegando” em outra pessoa. Em todos esses casos, o problema não estava em Juliette e tampouco no seu sotaque, mas sim na relação que se cria entre o sotaque e a avaliação social que se faz do lugar em que se fala com esse sotaque: um estado do Nordeste. Em todos esses casos envolvendo a forma como Juliette fala, a avaliação não está direta e exclusivamente ligada ao fato de Juliette usar vogais mais abertas ou o “t” e “d” que não chia. Ridicularizar o sotaque de Juliette ou pedir para que neutralize o seu sotaque significa pedir para que Juliette se pareça menos paraibana, já que as pessoas que nascem na Paraíba são identificadas – por falantes de outras regiões do país onde se concentra maior poder econômico – como irritantes, menos educadas ou indignas de ocupar um lugar de destaque como ela estava ocupando. Reparem que a forma de Juliette falar serviu apenas de veículo para que diversas associações fossem feitas: e todas essas associações têm uma origem social e regional muito bem definida.

E qual foi a resposta de Juliette quando lhe pediram para neutralizar o seu sotaque? “Não existe sotaque neutro”. Imediatamente, a treta se instaurou e apareceu um monte de gente de alguns lugares do país – como Brasília e Espírito Santo – para reivindicar o seu sotaque neutro. No caso de uma moça de Brasília com quem interagi em uma rede social, o seu sotaque era neutro porque o jeito de falar de quem nasce em Brasília é o resultado de uma mistura linguística

que se deu depois da construção da cidade, no início da década de 1960. Ocorre que os estudos sociolinguísticos mostram que não existe variedade linguística que não seja resultado do contato entre línguas ou outras variedades. Vamos lembrar do – aclamado e todo orgulhoso – sotaque carioca: o S chiado e o R aspirado não teriam sido importados dos portugueses, que, por sua vez, teriam copiado dos franceses? Então, quando o sotaque é socialmente prestigiado, a origem é nobre e a mistura lhe confere autenticidade? Stella Bortoni, professora da UnB, ensina que, embora Brasília esteja em sua adolescência, é possível assumir que não se percebe na fala dos brasilienses características reconhecidas como marcas de sotaques de outras regiões do país (Lima, 2010). Em outras palavras, um sotaque típico de Brasília seria aquele sem marcas típicas de outros sotaques: ausência de marca é uma marca. Da mesma forma, o sotaque do Espírito Santo não é neutro só porque o estado fica entre Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Tesch (2022), estuda o falar do Espírito Santo e observa, em suas pesquisas, que o capixaba percebe que tem sotaque. Parece que, assim como em Brasília, há variedades em que as características são menos marcantes, mas é certo também que nenhuma variedade linguística é neutra. É aquele ditado popular: neutro, meu bem, só detergente! (e vamos combinar que nem o detergente é tão neutro assim, né?).

É comum ouvir que em determinadas regiões se fala “um português mais correto”, isto é, que haveria um dialeto mais correto. Alguns dizem que é em Belém que se fala um português mais certinho por conta da marca de concordância formal de 2ª pessoa do singular que os falantes dessa cidade costumam realizar: *tu foste*, *tu falaste* ou *tu viste*. Tem gente que, por esse mesmo motivo, diz que são os gaúchos que falam de maneira mais correta. Além de tudo isso ser, em sua maioria, pertencente a um imaginário de quem não conhece muito bem o falar dessas regiões, não custa lembrar que não há dialeto mais correto do que outro. A variação é algo inerente a qualquer língua e, conseqüentemente, a qualquer dialeto. As noções

de erro e correção estão intimamente ligadas à noção de prestígio, a qual, por sua vez, está ligada a questões sociais, culturais e econômicas de cada época. Afinal de contas, quem decide qual a forma correta de se falar? Quem decide qual é o sotaque a ser adotado como padrão? Neutralizar o sotaque seria apagar as marcas ou características de falares menos prestigiados? Acho bem difícil alguém pedir para um paulista ou um carioca neutralizar o seu sotaque em um teste para a dublagem de um filme.

Pegando carona na polêmica linguística sobre o sotaque de Juliette, fica fácil de perceber que o problema está longe da língua. Na verdade, a língua funciona como um instrumento para veicular uma série de valores sociais, que muitas vezes expressam preconceitos sociais. Se os paulistas usassem vogais mais abertas – “p[ε]cado” – ou não “chiassem o t” – “ma[tj]ilha”, será que alguém pediria para eles neutralizarem o sotaque? Repare ainda como essas polêmicas sempre acontecem com variedades linguísticas do Nordeste, o que, por si só, já revela um outro problema: os nordestinos não falam de uma mesma maneira e o que vale para a Paraíba, por exemplo, pode não valer para o Ceará. Alguém seria capaz de pensar em “sotaque sudestino”?

Novamente, o que parece estar em jogo aqui não é simplesmente a forma como as pessoas falam, mas sim a associação que é feita entre essa forma de falar e quem fala: se um determinado grupo prestigiado socialmente é identificado por certas marcas linguísticas, muito provavelmente essas marcas serão reconhecidas como prestigiadas; ao contrário, as marcas linguísticas de grupos com menor prestígio social tendem a ser identificadas como irritantes, erradas, estropiadas, deficientes. Isso tudo não acontece apenas com a identificação de pessoas oriundas de diferentes locais, mas também com características socioeconômicas dos falantes (em muitos casos, tudo isso anda juntinho). Não é à toa que o professor Sebastião Votre (2010, p. 52) argumenta que “o modo de comunicação das pessoas desprovidas de prestígio econômico e social tende a ser

coletivamente avaliado como estigmatizado”, isto é, as formas estigmatizadas são associadas com um falar errado ou vício por parte dos falantes mais escolarizados.

Se por acaso restar alguma dúvida de que a língua apenas serve de correia de transmissão para que valores – positivos ou negativos – circulem entre nós, é só lembrar o que as pessoas da região nordeste costumam passar, de quatro em quatro anos, depois que saem os resultados das eleições para presidente:

Figura 2 - prints de postagem no Twitter



Fonte (1): <https://twitter.com/PRocmor/status/1576915756230488064>

Fonte (2): <https://twitter.com/AndreyPorAi/status/1576975018692464651>

Veja como as reações descritas por Paulo e Drey são bem parecidas com aqueles ataques a Juliette durante sua participação no *reality show*: o “sotaque nordestino” só *ajudou* a identificar geograficamente os três. O preconceito sempre esteve lá, ganhou contornos políticos claros e o sotaque só ajudou a colar o alvo na testa de quem é identificado como falante de uma região do país. Ao abrir a boca, Juliette, Paulo e Drey foram identificados e a relação entre língua e sociedade se materializou. Claro que há uma série de explicações sociais e históricas para entender o ódio dirigido aos nordestinos, mas isso não cabe nesse texto. O que cabe dizer aqui é que nossas percepções sobre a fala do outro não se dão de maneira aleatória, mas são produto das relações sociais e são construídas historicamente. Juliette tinha razão: o sotaque jamais será neutro.

SAIBA MAIS

GOMES, C. A. O que é sotaque? *In*: OTHERO, G. Á.; FLORES, V. N. (org.). **O que sabemos sobre linguagem**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022, v. 1, p. 47-52.

GRYNER, H.; MACEDO, A. V. T. A pronúncia do –S pós-vocálico na região deCordeiro – RJ. *In*: Mollica, M. C.; Martellota, M. E. (org.). **Análises lingüísticas: a contribuição de Alzira Macedo**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações - FL/UFRJ, 2000, p. 26-51.

LIMA, L. Brasília não tem sotaque e renega marcas de outros estados, diz estudiosa. **Agência Brasil**. Cidadania. 20 abr. 2010. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-04-20/brasilia-nao-tem-sotaque-e-renega-marcas-de-outros-estados-diz-estudiosa>. Acesso em: 13 out. 2023

TESCH, L. M. O sotaque capixaba: um estudo de percepção. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 16, n. 34, p. 225-242, 2022.

VOTRE, S. Relevância da variável escolaridade. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010.

PODCAST (NEXO JORNAL). Entrevistados: Sílvia Brandão e Marcelo Melo. Entrevistador: Camilo Rocha. **Podcast**. 03 mar. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/03/03/A-hist%C3%B3ria-e-as-nuances-do-sotaque-carioca>. Acesso em: 07 out. 2022.

Texto original publicado em 10/10/2022



8

Gean Damulakis

XIBOLETES NO (E DO) PORTUGUÊS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.8



RESUMO:

Este texto trata de características de pronúncia que podem estar associadas a (supostas) informações sobre os falantes que as usam. Como falantes de uma língua, sempre fazemos inferências e julgamentos, positivos ou negativos, não apenas sobre as formas linguísticas, mas também sobre os falantes que fazem uso delas. Por outro lado, certas marcas de pronúncia podem ser assumidas como traços de identidade pelos indivíduos de um grupo que fazem uso delas.

Como falantes de português, conseguimos fazer julgamentos não apenas sobre o que é viável ou não em termos da formação da frase, mas também conseguimos inferir informações sobre os falantes da língua a partir da forma como eles a falam. Esses indicadores podem se referir a vários aspectos, como lexicais, morfológicos, sintáticos ou fonológicos. Alternâncias lexicais são muito recorrentes e salientes, sendo muito comum nós conseguirmos enumerar como pessoas de determinadas regiões do nosso país se referem, dependendo do dialeto, a “abóbora” ou “jerimum”, ou mesmo a “aipim”, “macaxeira” ou “mandioca”. Associamos expressões como “uai”, “bah” e “oxente” a estados e regiões (Minas, Rio Grande do Sul e Nordeste). Em relação à morfologia, conseguimos identificar como caipira o falar que usa “nós cantemo” no lugar de “nós cantamo(s)”. Em relação à sintaxe, por exemplo, uma pessoa do Rio de Janeiro “pergunta algo **A** alguém”, ao passo que alguém de Manaus normalmente “pergunta algo **DE** alguém”. Em Recife, é comum “comprar algo **A** alguém”; no Rio de Janeiro, normalmente, “compra-se algo **DE** (ou **COM**) alguém”. Como falantes, não apenas reconhecemos esses indicadores, como também costumamos avaliá-los, positiva ou negativamente.

Em relação à fonologia, quando um som de uma língua é pronunciado de maneira diferente por um grupo específico e nos leva a deduzir informações sobre esses indivíduos, como a sua procedência¹⁸, alguns linguistas dizem que esse som típico de dada língua ou dialeto é um xibolete. A origem do termo está no hebraico (*shibōleth*), palavra que significa “espiga”. No livro de Juízes (12: 5, 6), narra-se o uso dessa palavra para identificar a diferença de pronúncia entre efraimitas e gileaditas (na Judeia Antiga). Conta-se que os gileaditas, tentando impedir a fuga de efraimitas, exigiam de quem quisesse cruzar o rio Jordão que pronunciasse a palavra “shiboleth”; os efraimitas, entretanto, pronunciavam “siboleth”. Essa pronúncia custava a vida, através da degola, dos efraimitas que tentavam escapar.

18

Formas linguísticas podem também nos levar a deduzir outras informações sobre seus usuários, como escolaridade, gênero, idade etc.

Dessa forma, segundo o Velho Testamento, “caíram de Efraim naquele tempo mais de quarenta e dois mil” (Juízes, 12: 6). Ainda sobre o pedido para falar determinada palavra, vejamos o meme que segue:

Figura 1 - Biscoito (meme)



Fonte: Facebook.com/ohbartsincero, 2022

O meme acima se utiliza do conceito de xibolete, apesar de, nem sempre, nos darmos conta disso ao lermos. Nele, alguém (que poderia ser de São Paulo (SP) ou de Vitória (ES), por exemplo) solicita de um falante pertencente a outro grupo que fale determinada palavra (“biscoito”) com dada característica, e a pronúncia esperada é aquela falada tipicamente pelos cariocas, indicada, através de uma grafia específica da palavra com <X> – e mostrando talvez um alongamento desse som com a sequência de três letras, <XXX>. Mais precisamente, a palavra “biscoito” apresenta um contexto fonológico conhecido como “s pós-vocálico”, ou seja, o “s” em final de sílaba.

A letra <x> nos remete à pronúncia desse som como a consoante que inicia a palavra “xadrez” (tente não pronunciar o “a” junto); podemos inferir que os demais falantes da sala falam, para a mesma palavra, o som que inicia a palavra “sábado”. Para facilitar as referências neste texto, vamos chamar o som que inicia “sábado” de sibilante, e aquele que inicia “xadrez”, de chiante. No Alfabeto Fonético Internacional (IPA, sigla em inglês), podemos usar os símbolos fonéticos [s] para a sibilante e [ʃ] para a chiante. A pronúncia desse som em final de sílaba costuma oscilar bastante entre os falantes de português.

Felizmente, o caso estampado no meme não envolve consequências fatais, diferentemente do ocorrido no exemplo bíblico. Apesar disso, a pronúncia do personagem é avaliada negativamente pelo grupo, o que leva o personagem a se envergonhar da maneira como fala. Também diferentemente do que ocorre no exemplo entre os grupos semitas, a posição dessa divergência de pronúncia no português do Brasil (PB) não acontece no início de sílaba, mas no final. Isso significa que nenhum carioca falaria “xábado” (para *sábado*) nem um paulistano falaria “sadrez” (para *xadrez*)¹⁹, em um caso de solicitação. Isso ocorre porque, na posição de início de sílaba, há contraste no PB, ou seja, a possibilidade de mudança de significado entre itens lexicais, apenas mudando os sons considerados: “[ʃ]á” *chá* e “[s]á” *Sá*; “a[s]a” *assa* e “a[ʃ]a” *acha*; “lan[s]a” *lança* e “lan[ʃ]a” *lancha* etc. Por outro lado, no final da sílaba, ocorre o que os linguistas chamam de neutralização, a perda da possibilidade de contrastar itens lexicais a partir da alternância desses sons: tanto “bi[s]coito” quanto “bi[ʃ]coito” (ou “pa[s]ta” e “pa[ʃ]ta”) significam exatamente a mesma coisa na língua. Se o Brasil fosse composto apenas pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, as duas maiores e mais influentes cidades do país, o meme acima indicaria um xibolete mais adequadamente. Também no Sudeste, essa característica isola o Rio de Janeiro das demais

19

Oscilações entre a sibilante e a chiante em início de sílaba podem ocorrer em alguns poucos itens lexicais, como em “[s]al[s]icha”, “[s]al[ʃ]icha” e “[ʃ]al[ʃ]icha”, entre as surdas (ver abaixo), e “re[z]istro” e “re[ʒ]istro”, entre as sonoras.

capitais. Acontece que o Brasil vai (muito) além do Sudeste e o quadro no país é um pouco mais diversificado.

Sobre a distribuição dessas pronúncias no português, o linguista brasileiro Joaquim Mattoso Camara Jr. (1970) afirma que ela se constitui em “um ‘shibboleth’ entre o português do Rio de Janeiro e quase o resto todo do Brasil, bem como Portugal, e o português de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul”. Segundo o linguista, no primeiro caso, “se tem a chiante (surda ou sonora segundo a posição acima comentada [de acordo com a consoante que a segue]²⁰”; no segundo há “a sibilante (também surda ou sonora nas mesmas condições)” (CAMARA Jr., 1970, p. 51). A pintura indicada por Mattoso está bastante simplificada, até por conta de poucas pesquisas disponíveis no momento em que ele escreveu seu livro. Pesquisas sociolinguísticas e dialetológicas desenvolvidas mais recentemente indicam um cenário mais multifacetado no Brasil.

Há elementos complicadores, como o fato de as opções para esse contexto não serem binárias. Além de [s] e [ʃ], ainda pode acontecer a aspiração, que é um tipo de som semelhante ao de <r> (e representado por [h] no IPA) em final de sílabas, como em “po[h]ta” para *porta*, no falar nordestino, ou apagamento completo do som, ou seja: o “s pós-vocálico” deixa de ser pronunciado. Exemplo com aspiração, no Rio de Janeiro, podemos ver em “me[h]mo” para *mesmo* ou “pe[h]çoço” para *pescoço*; ausência de pronúncia (ou apagamento, indicado pelo símbolo de vazio, Ø) vemos em “trê[Ø] reais” para *três reais*. A pronúncia do “s pós-vocálico” com aspiração (em “a[h] meninaØ” para *as meninas*, por exemplo), apesar de muito associada ao falar nordestino, é frequente na fala de indivíduos de menor escolaridade no Rio de Janeiro.

20

Para produzir sons sonoros (ou vozeados), as pregas vocais vibram, diferentemente do que ocorre com sons surdos (ou desvozeados). A contraparte sonora (ou vozeada) de [s] é [z], como em *Zé*; a contraparte de [ʃ] é [ʒ], como em *já*. As consoantes [z] e [ʒ] são fortemente determinadas pelo vozeamento da consoante seguinte (veja a palavra “asma”, pronunciada como *a[z]ma* ou *a[ʒ]ma*), por isso deixamos esses sons fora deste texto.

Além do mais, pode haver comportamentos distintos dependendo da consoante que vem depois do 's' (dentro da palavra ou o som que inicia a palavra que segue, em frases). Para alguns dialetos, se depois do "s" em final de sílaba vem uma consoante como [t], a aparição de [ʃ] é favorecida. Um exemplo de dialeto que se comporta desse jeito poderia ser o de Natal. Nesse dialeto, todas as consoantes alveolares (articuladas com a ponta da língua logo atrás dos dentes incisivos superiores) favorecem a ocorrência das chiantes [ʃ] – se a consoante seguinte é desvozeada (como [t], em *pasta*) – ou [ʒ] – se for vozeada (como [n], em *asno*). Em outras palavras, a chiante ocorre antes de [t], mas antes de [p] (como em *pa*) e de [k] (como o som que inicia *cá*), ocorre a sibilante: [kaspɑ] para *caspa*, [kaska] para *casca*, mas [paʃta] para *pasta*. Veja os quadros abaixo:

Quadro 1 – Distribuição do "s pós-vocálico" no dialeto sibilante

	desvozeado	vozeado
alveolar	pa[s]ta	a[ʒ]no
não-alveolar	ca[s]pa	a[ʒ]ma

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 2 – Distribuição do "s pós-vocálico" no dialeto chiante

	desvozeado	vozeado
alveolar	pa[ʃ]ta	a[ʒ]no
não-alveolar	ca[ʃ]pa	a[ʒ]ma

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quadro 3 – Distribuição do "s pós-vocálico" no dialeto misto

	desvozeado	vozeado
alveolar	pa[ʃ]ta	a[ʒ]no
não-alveolar	ca[s]pa	a[ʒ]ma

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Para um dialeto como o misto (de Natal, por exemplo), uma palavra como “resposta” apresenta os dois sons, um caso em que a sibilante ocorre antes de [p] e a chiante antes de [t]. Assim, considerando o comportamento do “s pós-vocálico” e ignorando o apagamento e a ocorrência da aspirada [h], podemos ter três tipos básicos de dialetos: um dialeto sibilante (como em São Paulo: “re[s]po[s]ta”), um dialeto chiante (como no Rio: “re[ʃ]po[ʃ]ta”) e um dialeto misto (como em Natal: “re[s]po[ʃ]ta”).

Considerando as capitais brasileiras, estudos mostram que a realização de [ʃ] nessa posição da sílaba é, de fato, muito maior no Rio de Janeiro (mais de 90% das ocorrências). Entretanto, essa tendência é acompanhada de perto por outras capitais fora do Sudeste, como Belém (mais de 80%), Florianópolis e Macapá (ambas com mais de 70%), por exemplo. Segundo Mota (2012), a partir de inquéritos do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), a realização de [ʃ] em final de sílaba é mais comum em oito capitais: além das quatro citadas anteriormente, temos Recife, Manaus, Cuiabá e Salvador, nessa ordem.

Xiboletes não são usados apenas para indicar a alteridade, ou seja, a fala do outro. Analogamente, xiboletes podem também servir a um grupo como traço de autoidentificação. Dessa forma, certos sons podem ser assumidos pelos próprios falantes como componentes da sua identidade e da vinculação a certo grupo. A revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, por exemplo, chama-se “Linguística”, com a adoção do símbolo fonético [ʃ] na logo do nome (veja a seguir), como tipicamente pronunciada pelos falantes do Rio de Janeiro, local onde está localizada a universidade.

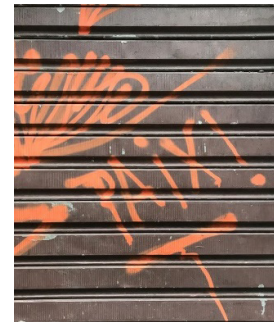
Figura 2 – Logo da Revista Linguística (PPG Linguística/UFRJ)



Fonte: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl>, 2022.

Na mesma linha, vejamos essa pichação, encontrada na Lapa, no centro do Rio de Janeiro, na qual a palavra “paz” é grafada na tentativa de reproduzir a pronúncia no dialeto carioca:

Figura 3 – Grafite na Lapa (Rio de Janeiro, RJ)



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Outro exemplo está estampado na caneca, cuja foto abre este texto e que retomamos a seguir, com a grafia de “é nós” (entre outras expressões consideradas tipicamente cariocas):

Figura 4 – Canecas de porcelana



Fonte: Loja B de Belha, Elo7.

Tanto em “paz” quanto em “nós”, além da ocorrência da chiante, os escreventes chamam a atenção, com <i> antes do <x>, para outra característica da fala do Rio de Janeiro nesse contexto: a ditongação, ou seja, a aparição de uma aproximante (uma semivogal) antes da chiante, mais comum ainda em sílabas tônicas na margem direita da palavra, como em “nós” e em “paz” (ou “cartaz”). Nessas grafias, diferentemente do que aconteceu no meme com “biscoito” acima, há uma tentativa de valorização da pronúncia típica do dialeto ao qual se refere, muito provavelmente pelos próprios falantes.

Note-se que a nossa ortografia tende a encobrir xiboletes. Uma das funções da ortografia é justamente esta: a de padronizar as grafias, omitindo possíveis diferenças interdialetais. Para contornar os encobrimentos de diferenças trazidos pela ortografia, os linguistas se utilizam da transcrição fonética. Nessa tarefa, eles costumam usar, como explicamos, os símbolos fonéticos, normalmente os do IPA – como no uso de [ʃ] na logo da revista Linguística. O mesmo efeito da transcrição fonética, entretanto, também pode ser atingido quando falantes/escreventes têm a intenção de indicar a diferença entre a sua fala e a de outra(s) pessoa(s), como acontece nas figuras acima. Nesse caso, os escreventes usam criativamente a escrita, rompendo com o padrão imposto pela ortografia oficial para tentar reproduzir mais fielmente essas diferenças: “bixcoito” (ou “bixxxcoito”) para *biscoito*, “paix” para *paz*, “noix” para *nós* etc.

Embora a origem do termo e os exemplos do português acima envolvam as fricativas [s] e [ʃ], xiboletes não se referem apenas a esses sons, nem mesmo apenas servem para identificar variedades (ou dialetos) da mesma língua. O famoso “r caipira” pode ser indicativo de falantes de determinadas regiões do Brasil e não se trata de uma fricativa (mas de um som retroflexo, para o qual a ponta da língua se volta um pouco para trás). Característico desse dialeto é não apenas a existência desse som em final de sílaba, como também a neutralização existente entre ele e o fonema /l/ no mesmo contexto, de forma que palavras que em outros dialetos soam diferentes

(digamos, “mal” e “mar” ou “filme” e “firme”) podem ter a mesma pronúncia nesse dialeto. Isso fica latente em algumas piadas e anedotas, como a seguinte:

Figura 5 – o “r” caipira (retroflexo) no humor



Fonte: Guianet. 2022.

Da mesma forma, há quem defenda que vogais nasais, por exemplo, são xiboletes do português em relação a outras línguas que possuem apenas vogais orais, como o espanhol, por exemplo. Ao aprenderem o português, alguns estrangeiros nem sempre conseguem pronunciar facilmente a nasalidade em palavras como “canto” ou “pão”. Dessa forma, estrangeiros falando português podem ser identificados como tal ao pronunciarem certas palavras sem a típica nasalidade nas vogais, diferentemente do falante nativo. Além disso, falantes de espanhol como língua nativa apresentam, ao tentarem falar português, dificuldade de produção de vogais médias-baixas (como as de “pé” e de “pó”). Palavras como essas, pronunciadas por essas pessoas, acabam soando para falantes de português como “pê” e “pô”, o que pode indicar, para o ouvido nativo, pronúncia de falante estrangeiro. O chinês é uma língua sem o som de <r> como em “coroa”, mas tem o “l”, que é muito parecido linguisticamente. Como o português dispõe dos dois sons, não é por outro motivo que piadas com chineses envolvem, frequentemente, a troca de “r” por “l”, como em “flango flito” para *frango frito*.

Dessa forma, podemos dizer que saber uma língua envolve a percepção de xiboletes. Dito de outra maneira: entre os conhecimentos que temos sobre a língua, está o reconhecimento das formas como falantes do nosso e de outros dialetos (mas também de outras classes sociais ou idades etc.), assim como estrangeiros falam a nossa língua.

SAIBA MAIS

NASCIMENTO, E. Não erre o xibolete! **Amazonas Atual**, Manaus, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/nao-erre-o-xibolete/>. Acesso em: 01 jan. 2022

CAMARA Jr., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Editora Vozes: Petrópolis, 1970.

MOTA, J. /S/ em coda silábica no corpus do projeto ALiB: aspectos sociolinguísticos e históricos. *In*: CUNHA, M. L.; ANDRADE, V. O.; RAUBER, A. L. (org.). II Congresso internacional de linguística histórica – Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho. **Anais**. São Paulo: USP, 2012.

PESSOA, M. A. O s pós-vocálico na fala de Natal. I Simpósio sobre a Diversidade Linguística no Brasil. **Atas**. Salvador: UFBA, 1986.

Texto original publicado em 06/06/2022



9

Evandro de Sousa Bonfim

**GLOSSOLALIA:
O "FALAR EM LÍNGUAS" E OS
ESTUDOS DA LINGUAGEM**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98621.9](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98621.9)



RESUMO:

Os “gemidos inefáveis”, “falar em línguas”, “as línguas estranhas” e as “línguas dos anjos”, mais conhecidos na literatura analítica como glossolalia, vêm deixando os contextos rituais e tomando parte da vida pública e das articulações políticas no âmbito do Estado brasileiro contemporâneo. Mas quais as principais características da glossolalia? O que o fenômeno tem de interessante do ponto de vista linguístico? Como sentidos são transmitidos a partir basicamente das propriedades acústicas dos sons da fala sem recorrer a relação entre significante e significado? Do Cristianismo primitivo no Velho Mundo às florestas amazônicas e melanésias contemporâneas, o valor da palavra incompreensível e das marcas de alteridade linguísticas mostram aspectos importantes sobre a constituição da linguagem.

Dentre as questões políticas marcantes das sociedades contemporâneas estão as disputas em torno do secular e do religioso, instâncias que, por princípio, deveriam se manter separadas em regimes democráticos aptos a promoverem a pluralidade. Contudo, personalidades, valores e mesmo rituais definidos como religiosos estão cada vez mais presentes nas esferas de poder em países como o Brasil, desafiando premissas fundadoras do Estado Moderno como a Laicidade. Mas não são apenas pessoas, objetos e atos religiosos que estão mais atuantes nas arenas públicas. A linguagem, ou melhor, *línguas religiosas* aparecem em substituição ou alternância aos vernáculos como o Português, em situações de articulações políticas, como no caso da indicação do evangélico André Mendonça para vaga no Supremo Tribunal Federal, comemorada pela então cúpula presidencial. A mais entusiasmada, a ex-primeira-dama Michele Bolsonaro, entre expressões como “aleluia” e “Deus é um Deus de promessas”, realiza, combinando entonações jubilosas e plangentes, a emissão de palavras reconhecidas como pertencente à “língua dos anjos”, fenômeno geralmente descrito pela literatura analítica como “glossolalia”.

A glossolalia é um fenômeno vocal de produção de sentidos que se baseia na reiteração dos aspectos sonoros e prosódicos da linguagem, em detrimento do princípio da semanticidade (Hockett, 1960) e contornando a relação entre significante e significado que institui o signo linguístico. Embora bastante associada ao Cristianismo, a glossolalia pode ser pensada de forma mais ampla como discurso mântico, ou seja, expressões verbais inspiradas por alteridades linguísticas, em geral não-humanas. Ao contrário da percepção mais comum, a glossolalia não se forma a partir de vocalizações aleatórias, mas apresenta estruturação fonológica e rítmica que a permite ser descrita e comparada. No que diz respeito aos processos de semiose, as glossas (as diversas “línguas” de glossolalia) se valem da iconicidade dos sons da fala para remeter a referências cosmológicas das comunidades de falantes, sobretudo no que diz respeito ao valor ritual da palavra incompreensível.

GLOSSOLALIA E ALTERIDADE LINGUÍSTICA NO CRISTIANISMO

As principais discussões sobre a glossolalia costumam ter como referência a questão da alteridade linguística dentro do processo de expansão inicial do Cristianismo. Depois de se concentrar nas comunidades judaicas falantes do grego comum (koiné), a missão cristã passa a ter como objetivo contatar pessoas de outras procedências sob o jugo do Império Romano. Em tal contexto surge o “dom de línguas”, ou glossolalia, a dádiva proveniente do Espírito Santo que permite ao fiel se expressar em línguas celestiais ou estrangeiras, mas geralmente desconhecidas do praticante. A glossolalia sob a forma de xenoglossia (a habilidade de falar línguas estrangeiras desconhecidas pelos falantes) é o primeiro dom concedido após o derramamento do Espírito Santo para os primeiros cristãos reunidos no cenáculo, o conhecido evento de Pentecostes registrado nos Atos dos Apóstolos. As epístolas paulinas, contudo, chamam atenção para formas da glossolalia em que se destaca a ininteligibilidade (os “gemidos inefáveis”) e a origem não-humana (a “língua dos anjos”).

Ao longo da história cristã, o dom de línguas tem sido reinterpretado de variadas maneiras. A capacitação sobrenatural para línguas serviu de base teológica para o empreendimento missionário da Companhia de Jesus nos lugares atingidos pela conquista, da catequização oral a produção de materiais para evangelização, como peças de teatro e mesmo gramáticas. Assim, a visão jesuítica diz respeito mais a xenoglossia e tradução, ênfase que retorna ao Catolicismo durante o Concílio Vaticano II, mediante a proposta de verter para os vernáculos toda liturgia e documentos eclesiásticos escritos em Latim. Atualmente, Cristianismos Não-Cessacionistas, isto é, que defendem o caráter hodierno da experiência com o Espírito Santo e dons acompanhantes, destacam o caráter inefável do fluxo linguístico

glossolálico. Situações de xenoglossia são encaradas como suspeitas, principalmente se ocorrem em idiomas considerados antigos como Aramaico ou Grego, o que seria sinal de manifestações demoníacas. Orações e cantos em línguas incompreensíveis de origem divina são momentos fundamentais de cultos pentecostais e das missas promovidas pela Renovação Carismática Católica. Os conteúdos das vocalizações serão compreendidos apenas se alguém com o dom da interpretação de línguas estiver presente. O que não ocorre na maioria das demonstrações de glossolalia, que assim se torna índice de preenchimento pelo Espírito Santo, acontecimento basilar para a constituição da pessoa cristã pneumática (da palavra grega para espírito, pneuma, que em termos religiosos provém do gnosticismo pré-cristão). A emissão glossolálica no contexto atual se caracteriza assim por carregar o traço [-humano].

O DEBATE SOBRE A GLOSSOLALIA: QUESTÕES LINGUÍSTICAS E ETNOGRÁFICAS

Do ponto de vista linguístico, a glossolalia se caracteriza pela vocalização de sons que se combinam segundo determinados padrões fonológicos com vistas a expressar o que o falante considera ser uma língua da qual não se pode recuperar os conteúdos lexicais. No entanto, seguindo-se a definição acima, pode-se considerar que em outros contextos culturais também exista a glossolalia, a partir da criação de um aparato linguístico de relativa extensão que não conte com correspondências entre significante-significado (o signo linguístico saussuriano). O que se busca salientar são os efeitos da circulação em rituais de expressões verbais desconhecidas pelo falante, ouvinte ou ambos, quando o que se sobressai são as propriedades sonoras dos segmentos e componentes prosódicos como geradoras de sentido. O valor ritual da palavra incompreensível (a materialização

da alteridade linguística) é reportado em várias situações etnográficas. Por exemplo, para os Achuar da Amazônia Equatoriana, a utilização de palavras estrangeiras provenientes do quéchuá ou do inglês nos cantos são demonstração da potência espiritual do xamã.

No que diz respeito aos aspectos formais da Glossolalia, pesquisadores de áreas diferentes têm se dedicado ao assunto, com destaque para William Samarin, na Linguística. A obra de Samarin sobre a glossolalia preocupa-se em avaliar o quanto o material glossolálico se assemelha ou se distingue das línguas naturais, seguindo a proposta encontrada em Hockett (1960). O linguista define glossolalia como “uma expressão humana fonologicamente estruturada, porém sem sentido, que o falante acredita se tratar de uma língua real, mas que não guarda nenhuma semelhança sistemática com qualquer idioma, falado ou extinto” (Samarin, 1968, p. 51).

Para o autor existem três componentes fundamentais para a compreensão analítica da glossolalia: (a) a estrutura fonológica, que envolve inventário fonológico reduzido e assimétrico; recorrência das vogais [i] e [a]; preferência pela estrutura de sílaba CV, modelo silábico elementar conforme Jakobson; repetitividade, (b) a falta de conteúdo lexical e (c) o valor de língua para o falante (denominado por ele de glossolalista, aquele que fala determinada glossa). Embora não haja pistas lexicais ou gramaticais para se estabelecer a segmentação morfológica das sequências de segmentos encontradas em conjuntos glossolálicos, é possível se identificar unidades maiores que a sílaba e menores que a palavra glossolálica através do exame de alternâncias e restrições fonotáticas em tais amostras.

O último ponto demonstra a atenção do autor para com as definições nativas, além de ser o fator que em conjunção com a estrutura fonológica permite se tomar a glossolalia como maneira de recuperar as fases elementares de estruturação das línguas, o que permite distinguir as verbalizações em glossa de outras formas de vocalização mais simples, como balbuciar ou falar de forma

ininteligível propositadamente. Assim, existem instigantes implicações da glossolalia para a teoria linguística, como a questão dos sistemas fonológicos possíveis, da economia de traços ou dos sistemas vocálicos mínimos nas línguas.

ICONICIDADE, COSMOLOGIA E LINGUAGEM

O primeiro passo a respeito é dado pelo próprio Samarin ao destacar as semelhanças entre os padrões fonológicos das glossas e de ideofones encontrados na língua Gbeya (falada na República Centro-Africana). “Ideofones são palavras encontradas em todas as línguas do mundo que usam recursos sinestésicos, sobretudo acústicos, para produzir significado. Onomatopeias são geralmente indicadas como exemplos de ideofones” (Tedlock, 2011, p. 113, tradução nossa). No entanto, existem ideofones que não se constituem como imitação de sons de seres do mundo natural ou ações físicas, condensando em sons da fala noções culturais complexas

Relações assim são encontradas nas glossas. Por exemplo, dentre os sons da fala presentes nas expressões de glossolalia da comunidade carismática católica brasileira Canção Nova, destaca-se o som [j]. Consoantes como [j] são chamadas de sibilantes por que são sons da fala similares ao assobiar, um mecanismo acústico que pode ser resultante tanto da ação humana quanto do vento soprando. O vento é uma manifestação do Espírito Santo, de acordo com a noção recorrente de que “o Espírito sopra onde ele quer” (João 3:8). Da mesma forma, a primeira expressão do Espírito Santo no Pentecostes é acústica, precisamente como o som do vento, que passa a ser considerado o próprio som da manifestação do dom.

Trata-se de um caso interessante de “iconicidade fonológica”, conceito proposto por Alfred Gell (1995) para descrever a língua

Umeda, composta em grande parte por “iconismos”, ou seja, as propriedades dos sons da fala correspondem as mesmas propriedades dos referentes, que são percebidos pelo povo melanésio primariamente como entes táteis e acústicos. No caso da Canção Nova, a sibilante atua como forma linguística icônica do vento, a instanciação acústica do Espírito Santo, estabelecendo o que pode ser chamado de “iconicidade cosmológica”.

Assim, a glossolalia reforça a importância da materialidade sonora e do valor ritual da palavra ininteligível, abrindo espaço para a comparação entre fenômenos sonoros e gêneros discursivos de diversos povos no mundo, incluindo a atualidade política brasileira.

SAIBA MAIS

BONFIM, E. **Canção Nova**: Circulação de dons, mensagens e pessoas espirituais em uma comunidade carismática. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

GELL, A. The language of the forest: landscape and phonological iconism in Umeda. *In*: HIRCH, E.; OHANLON, M. **The Anthropology of Landscape**: Perspectives on place and space. Oxford: Claredon Press, 1995.

HOCKETT, C. The Origin of Speech. **Scientific American**. v. 203, n. 3, p. 89-97, 1960.

SAMARIN, W. The Linguisticity of Glossolalia. **The Hartford Quartely**. v. 8, n. 4, p. 49-75, 1968.

TEDLOCK, D. Ideophone. *In*: Duranti, A. (ed.). **Key Terms in Language and Culture**. Oxford: Blackwell, 2001. p. 113-115.

Texto original publicado em 07/03/2022



10

*Brenda Barreto
Bruna Machado*

**A LINGUÍSTICA
EXPLICA OS ENCANTOS
DA FALA INFANTIL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.10



RESUMO:

Por que será que a fala das crianças é tão cativante? Quanto tempo uma criança demora para falar como um adulto? Já que elas parecem entender o que os adultos falam, por que não falam como eles? Se você já se fez essas e outras perguntas, este texto é para você. Aqui, trataremos brevemente do que a linguística fala sobre a aquisição da linguagem e sobre as estratégias que os pequenos utilizam quando não conseguem produzir alguma palavra ou frase. Além disso, a ciência consegue explicar como características anatômicas contribuem para que a fala dos pequenos seja tão cativante.

Você já ouviu falar da Alice, a bebê que gostava de falar palavras difíceis? Se nunca ouviu falar, você precisa procurar informações sobre ela. Se sim, você com certeza se encantou com o jeitinho dela. Inclusive, os vídeos de Alice, feitos por sua mãe, fazem tanto sucesso que a menina virou a protagonista de algumas propagandas de televisão. No entanto, mesmo que Alice ainda quebre recordes de audiência, foi em julho de 2021 que ela se destacou. Isso porque foi nesse ano que ela saiu dos vídeos caseiros de sua mãe e atingiu às televisões de milhões de brasileiros em uma propaganda para o Banco Itaú[®], na qual ela falava expressões que geralmente não fazem parte do vocabulário infantil, tais como “causas transformadoras”, “educação”, “cultura”, “mobilidade” e “sustentabilidade”.

Por que Alice viralizou nas redes sociais?

Por que, para os adultos, crianças aprendendo a falar soam tão engraçadinhas?

Crianças pequenas aprendem a falar muito rapidamente, contudo, inicialmente, a fala produzida por elas não é igual a de um adulto. Segundo o linguista norte-americano Noam Chomsky, uma língua pode ser adquirida em pouco tempo porque nosso cérebro conta com um dispositivo inato chamado de Gramática Universal que nos permite adquirir uma língua logo em nossos primeiros anos de vida. Apesar disso, quando a criança começa a falar, ela enfrenta alguns obstáculos na produção de determinadas palavras. Essa dificuldade é observada devido a maior complexidade articulatória que caracteriza a pronúncia de determinados sons (chamados de fonemas) ou a combinação de sons em determinados ambientes dentro de uma palavra. Assim, os pequenos apresentam mais facilidade em palavras como *mamãe* e *papai*, pois possuem sons adquiridos mais cedo (como [m] e [p]) e, ao mesmo tempo, apresentam mais dificuldade em palavras como *bola* (muitas vezes produzida como *boia* ou *bóa*), *carro* (frequentemente pronunciado como *cáo*) e *preto* (como *peto*), os quais possuem sons e estruturas adquiridas mais tardiamente, como os sons das consoantes “l” e “r”.

Devido à diferença entre a língua produzida pelas crianças e a língua produzida pelos adultos, muitas pessoas afirmam equivocadamente que as crianças mais novas falam errado. A esse respeito, o que os estudos linguísticos nos mostram é que as crianças utilizam diferentes estratégias para contornar as dificuldades encontradas com certos sons ou certas estruturas silábicas. Tais estratégias são chamadas em estudos da área de aquisição da linguagem de “estratégias de reparo”.

No que diz respeito aos aspectos fonológicos, o que podemos observar é que, nos primeiros anos de vida de uma criança, estratégias como apagamento de sons (como em *peto*, no lugar de *preto*) e lambdacismo, que é a troca do “r” pelo “l”, como nas falas do Cebolinha, são muito frequentes nas conversas infantis. Isso ocorre não porque as crianças falam errado, mas porque elas têm dificuldades articulatórias na produção de sons específicos, ou seja, ainda é difícil para elas mover os articuladores, tais como a língua e os lábios, de modo a produzir alguns sons.

Em termos linguísticos, quando uma criança evita a produção de um encontro consonantal, como o observado em *preto*, ela está evitando um padrão silábico difícil de ser executado por exigir uma sequência dupla de articulação: primeiramente, a articulação bilabial da consoante “p” (quando os dois lábios se tocam) e, em segundo lugar, a articulação vibrante da consoante “r”, caracterizada pela elevação da ponta da língua (o que faz com ela toque a parte frontal do céu da boca). Tal dificuldade é contornada pela simplificação da estrutura complexa CCV (duas consoantes mais uma vogal) e, conseqüentemente, pela produção de uma estrutura mais simples, a sílaba CV (uma consoante mais uma vogal), como em *peto*, em que a criança apaga a consoante “r” e produz somente a consoante “p”.

Apesar de as estratégias utilizadas não serem sempre as mesmas (isto é, há uma diversidade de estratégias), existe uma previsibilidade ao evitar determinadas estruturas.

Dessa forma, no processo de aquisição de uma língua, a criança, desde as suas primeiras palavras, está em uma constante construção e reconstrução de seu conhecimento fonológico, alcançando, na maior parte dos casos, por volta dos seis anos de idade, o padrão alvo — isto é, o padrão de fala encontrado em falantes mais velhos.

O biólogo e psicólogo suíço Jean Piaget defendia que o conhecimento linguístico das crianças reflete o desenvolvimento cognitivo característico de sua idade. Além disso, o estudioso acreditava que todas as crianças passam, com pouca variação, pelos mesmos estágios de desenvolvimento cognitivo, que se refletem na produção linguística. Com isso, pode-se assumir que, embora aparentemente caótica, a aquisição da linguagem pela criança é caracterizada por formas linguísticas que emergem de forma organizada e não aleatória.

Entendemos, portanto, que estando exposta à língua de sua comunidade de fala, a língua que a criança produz passará por vários estágios até alcançar as características da língua falada pelos adultos. Uma das evidências desse processo de desenvolvimento é o fenômeno chamado de “curva em U”. Esse termo é muito utilizado em referência principalmente à aquisição de formas irregulares da língua. A fim de exemplificação, utilizaremos a conjugação do verbo de segunda conjugação “fazer” do português. A forma *fiz* é, uma forma irregular que indica primeira pessoa do singular no pretérito perfeito → “eu fiz”. Formas verbais irregulares são aquelas que não seguem as regras mais sistemáticas, aplicadas à maior parte dos verbos da língua (os regulares), seguindo, assim, padrões específicos.

Num primeiro estágio, a criança provavelmente produzirá *fiz*, pois se trata exatamente da forma encontrada na fala do adulto. Nesse caso, os pequenos estariam apenas copiando o que ouvem. Ou seja, a criança não estaria interpretando, mas apenas replicando. Em estágio posterior, no entanto, a criança, já tendo adquirido as regras de conjugação para segunda pessoa do singular no pretérito perfeito, seguindo

o paradigma de outros verbos (tais como, beber → bebi; comer → comi; sofrer → sofri), aplica as regras a todos os verbos de segunda conjugação. Abandona, então, a forma *fiz* e passa a produzir *fazi*.

Com o passar do tempo e diante da exposição cada vez maior à língua, a criança compreende que há formas irregulares e volta a produzir *fiz* em detrimento de *fazi*, desta vez, então, finalmente adquirindo a forma irregular, e não apenas replicando a fala do adulto. A seguir, é possível observar uma ilustração do caso mencionado:

Figura 1 - Representação da Curva U na aquisição de verbos irregulares



Linha do tempo

Fonte: as autoras, 2023.

Referindo-se ao quão cativante pode ser a fala dos pequenos, acredita-se que a quebra de expectativa do adulto quando ouve uma criança falando é que faz com que a língua infantil soe tão encantadora. Todos os falantes de uma mesma língua compartilham o conhecimento de um mesmo sistema linguístico e dos sons dessa língua, é por isso que eles conseguem se comunicar. Contudo, quando uma criança que está adquirindo uma língua fala, ela muitas vezes nos surpreende com sons e padrões fonológicos inesperados. Essa surpresa, além do fato de as crianças serem cativantes por natureza, pode fazer com que os adultos, até mesmo os mais sérios, se derretam diante de uma conversa com os pequenos.

Outra particularidade da fala dos pequenos são as características acústicas dos sons que eles produzem. Estudiosos em fonética

acústica (parte da fonética que estuda as propriedades físicas dos sons) explicam que as crianças têm pregas vocais menores e mais leves do que as dos adultos, o que, conseqüentemente, permite que suas pregas vocais vibrem mais vezes por segundo, modificando a frequência fundamental, chamada de F_0 do sinal sonoro. Em outras palavras, o fato de a frequência de um som estar relacionada à quantidade de vezes que as pregas vocais vibram por um determinado período faz com que aumente a frequência. E quanto maior a frequência, mais aguda é a voz.

Lembram-se da pequena Alice, a menininha que tem encantado muitas pessoas nas redes sociais e sobre a qual falamos no início deste artigo? Na propaganda de 2021 produzida pelo Banco Itaú*, a pequenina é encorajada a repetir palavras ditas por sua mãe. A bebê de apenas dois anos está sempre disposta a aprender “palavras novas”, que ela pronuncia como *palavas novas*. Entre os termos difíceis que a menina produz, estão *causas transformadolas* (para *causas transformadoras*) e *cultula* (para *cultura*). Não satisfeita, Alice pergunta à mãe no final da propaganda: *tem ota?* (para *tem outra?*). Em apenas um vídeo, conseguimos encontrar diversos exemplos ilustrando as estratégias que as crianças utilizam para pronunciar as palavras, como a queda do “r” em encontros consonantais e lambdacismo, por exemplo.

Nesse ponto, é interessante chamarmos atenção para duas outras campanhas de final de ano protagonizadas por Alice, uma em 2021 e outra em 2022. No projeto desenvolvido pelo Banco Itaú*, em dezembro de 2021, um curto espaço temporal tinha sido percorrido desde a primeira propaganda. Por isso, ainda é possível percebermos traços de lambdacismo e apagamento na fala da pequena, como nas palavras “esperança” e “entre”, destacadas em negrito. Em menos de trinta segundos, Alice e a aclamada atriz Fernanda Montenegro protagonizam a seguinte conversa:

Alice: *Respeito.*

Fernanda: *Respeito.*

Alice: **Espelança.**

Fernanda: *Esperança.*

Alice: *Humanidade.*

Fernanda: *Humanidade.*

Alice: *Amor **ente** as pessoas.*

Fernanda: *Ah, isso muda o mundo! Quem te ensinou, minha filha? Quem?*

Alice: *A vida.*

Já em dezembro de 2022, foi a vez de uma propaganda caseira para as Lojas Renner® em que Alice e sua mãe aparecem juntas falando sobre o que o Natal remonta. A menina, que é bilíngue por morar em Londres desde que nasceu, quando solicitada por sua mãe a falar “o que lembra o Natal”, além de cantar músicas natalinas inglesas, responde: “músicas de Natal, árvore de Natal, **decolações**, luzes, bolinhas, bolinhas grandes, presentes, comidas, **praylists** de Natal [...], não tem escolinha”.

Nesse ponto, agora vemos uma menininha com pouco mais de três anos que já possui em seu inventário fonológico até mesmo estruturas silábicas mais complexas, como CCV. O fato de termos tamanha evolução — visto que, em um ano, o padrão CCV emergiu — permite-nos afirmar que a língua da criança naturalmente se formula até alcançar o padrão linguístico do adulto.

Não menos importante é mencionar que, com três anos, nem tudo está adquirido. Os grifos em negrito nos indicam que há aspectos na fonologia da criança que ainda precisam ser resolvidos. Referimo-nos à estabilização do padrão silábico mais complexo de duas consoantes lado a lado. Isso ocorre, pois o pequeno falante, após adquirir o padrão CCV tende a aplicar a consoante “r” na segunda posição da sílaba muito mais frequentemente do que a consoante “l”,

mesmo que a palavra peça o contrário. Estamos diante mais uma vez do fenômeno da curva U, o qual, fonologicamente, pode ser influenciado, dentre outros fatores, pelas características da primeira consoante. Assim, devemos esperar que a fala infantil complete o inventário fonológico e silábico apenas por volta dos seis anos.

Em suma, o que pudemos perceber em tão poucas páginas é que a linguística e as outras ciências nos ajudam a entender melhor as peculiaridades da fala dos pequenos sem ofuscar o brilho da natureza cativante e da experiência enriquecedora que é acompanhar o processo de aquisição da linguagem pela criança. Temos certeza de que, depois da leitura deste texto, você irá aproveitar ainda mais cada oportunidade de bater um papo com os pequenos.

SAIBA MAIS

ARAÚJO-ADRIANO, P. Â.; CORÔA, W. Noam Chomsky e o aprendizado da linguagem: menos é mais. **Blogs de Ciência UNICAMP**. Campinas, jan. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/linguistica/2020/01/10/noam-chomsky-e-o-funcionamento-da-linguagem-menos-e-mais/>. Acesso em: 10 set. 2021.

DEL RÉ, A. **Aquisição da Linguagem**: uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto, 2006.

SAMPAIO, T. O. M. Multilinguismo: sobre aquisição e aprendizagem de línguas. **Blogs de Ciência UNICAMP**. Campinas, jan. 2018. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/linguistica/2018/01/14/multilinguismo-sobre-aquisicao-e-aprendizagem-de-linguas/>. Acesso em: 10 set. 2021.

VASCONCELOS, A. N. Como os bebês argumentam. **Roseta**, [s. /], v. 3, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.roseta.org.br/2020/11/27/como-os-bebes-argumentam/>. Acesso em: 10 set. 2021.

SANTOS, R. A aquisição da linguagem. *In*: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística I**: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2015. p. 212-227.

Texto original publicado em 04/10/2021



11

Alessandro Boechat de Medeiros

**A SELVA
DOS TEMPOS VERBAIS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.11



RESUMO:

Este texto faz uma apresentação resumida das investigações sobre os tempos verbais em várias línguas, procurando detalhar as interpretações que os tempos verbais podem carregar fazendo uso de algumas propostas formais ancoradas no tempo da fala (momento em que a frase é dita). Por fim, o texto também trata brevemente da expressão morfológica dos tempos, mostrando que as partes das palavras que os expressam costumam estar mais próximas das raízes dos verbos do que as partes que codificam as concordâncias desses verbos com sujeitos e objetos na frase.

No português e em muitas línguas, verbos expressam tempo. Por exemplo, na frase (1) abaixo, sabemos pela terminação do verbo *comprar* que a ação que ele designa ocorreu no passado, ou seja, antes do momento em que a frase foi dita:

(1) Mário *comprou* uma vara de pesca.

A terminação *-ou*, que exprime esse passado, é adicionada à raiz verbal *compr-*, raiz de um verbo regular de primeira conjugação da língua. Sabemos das nossas aulas de português na escola que essa terminação não codifica somente o tempo passado, mas também outras coisas importantes, como a concordância com o sujeito (a terminação indica que o verbo está conjugado na terceira pessoa do singular, e do mesmo modo o nome próprio Mário, sujeito da frase, exprime uma terceira pessoa e está no singular), o aspecto e o modo²¹, pelo menos.

As línguas do mundo variam no que diz respeito ao que “colocam” no verbo. Por exemplo, além do tempo e do aspecto, os verbos podem carregar concordâncias de sujeito e objeto – como é o caso da língua georgiana, língua caucasiana meridional falada na Geórgia, uma nação que tem uma vasta fronteira com a Rússia e já esteve em guerra com este país. Podem expressar inúmeras coisas através de partículas ou morfemas acoplados: concordâncias, advérbios, objetos indiretos etc. – como é o caso da língua terena, língua aruák falada principalmente no Mato Grosso do Sul. Podem simplesmente

21 Para quem não lembra das aulas de português, o aspecto diz, mais ou menos, se o evento ou ação está em andamento em determinado momento ou já se concluiu. O imperfeito é o aspecto da ação ainda não concluída, e o pretérito imperfeito na frase *ele comia um peixe* é um exemplo (a ação de comer um peixe acontece no passado, mas ainda não está terminada); já o perfeito é aspecto da ação concluída, e o pretérito perfeito em *ele comeu um peixe* é um exemplo (aqui, a ação de comer um peixe está concluída no passado). Os modos no português, segundo as gramáticas, são três: *indicativo*, *subjuntivo* e *imperativo*. É difícil definir semanticamente os modos, mas as gramáticas normativas afirmam que o indicativo codifica algo que realmente aconteceu, está acontecendo ou vai acontecer (por exemplo, *ele comeu um peixe*); o subjuntivo indica algo que pode acontecer ou talvez aconteça, mas não há muita certeza a respeito (por exemplo, *talvez ele tenha comido um peixe*); o imperativo trata de ordens e pedidos (por exemplo, *come esse peixe agora!*).

não expressar tempo algum nem concordâncias com afixos²², recorrendo, para a veiculação do tempo dos acontecimentos descritos, a advérbios ou partículas, que podem estar em outras partes da frase – como acontece com o mandarim, língua sino-tibetana falada por mais ou menos 850 milhões de pessoas na China. Contudo, grande parte das línguas estudadas pelos linguistas e antropólogos expressa alguma dimensão temporal no verbo, e vou-me ater, neste texto, portanto, ao *tempo verbal* e ao *aspecto*, tratando um pouco de sua expressão morfológica e bastante do significado codificado nessa morfologia – que, em português, são as terminações como a que vimos acima, ou mudanças na própria raiz, como acontece com o verbo *ir*, por exemplo: *vai, foi, ia* etc. Privilegiarei aqui a língua portuguesa, que é aquela em que o texto está escrito e, portanto, creio, fornecerá exemplos mais fáceis de compreender, mas também falarei um pouco da expressão de tempo em outras línguas.

Retomemos o exemplo (1) acima. Sabemos que o evento descrito pelo predicado da frase, de “comprar uma vara de pesca”, ocorreu antes do momento em que a frase foi dita. Ao que parece, a expressão de tempo depende crucialmente de um marco temporal importante: o momento em que a frase que inclui o verbo é pronunciada (ou talvez lida). Tomando esse momento como marco, podemos ter, a princípio, três relações com ele: o passado, expresso em (1); o presente, expresso em (2); e o futuro, expresso (3).

- (2) Mário *compra* uma vara de pesca (neste momento).
- (3) Mário *comprará* uma vara de pesca.

Em (2), o evento de “comprar uma vara de pescar”, realizado pelo Mário, está em andamento no momento em que (2) é dita; já em (3) é o momento em que a frase é proferida que vem antes do evento.

22

Grosso modo, um afixo é um pedaço de uma palavra que pode contribuir com um significado específico. Exemplos de afixos são o sufixo *-ou* em (1), o prefixo *des-* em *desmarcar*, a forma *-iz-* em *fertilizado* etc.

Vamos chamar esse “momento em que a frase é dita” de *momento da fala*, ou, para simplificar, chamemo-lo de MF. Se dizemos que o tempo do evento ocorreu antes ou depois do MF, então esse evento também tem um tempo, e vamos chamá-lo de *momento do evento* ou ME. Assim, na frase (1) o ME é anterior ao MF; na frase (2) o ME é simultâneo ao MF; e na frase (3) o MF é anterior ao ME. Suponhamos que os sinais $<$ e $=$ expressem, respectivamente, as relações “antes de” e “ao mesmo tempo que”. Assim, aquilo que as terminações dos verbos nas frases acima codificam pode ser escrito da seguinte forma:

- (4) **a.** ME $<$ MF (para o exemplo (1) acima).
 b. ME = MF (para o exemplo (2) acima).
 c. MF $<$ ME (para o exemplo (3) acima).

Se as relações temporais expressas pela língua portuguesa se resumissem a isso, só teríamos três tempos verbais. Contudo, sabemos que as coisas não são assim. Existem o *pretérito imperfeito*, o *futuro do pretérito*, o *pretérito mais-que-perfeito*, diversas formas compostas, entre outras coisas. E sabemos também que um mesmo tempo verbal pode exprimir mais de uma relação temporal. Por exemplo, em (5) abaixo o tempo é o *presente do indicativo*, mas o evento é futuro.

- (5) Amanhã Mário *compra* uma vara de pesca.

O tempo presente, aliás, no português, quando o predicado veicula um evento, não um estado (como estar doente, amar ou odiar alguém, saber alguma coisa), dispara em quase todos os contextos uma interpretação habitual para esse evento, como vemos em (6) a seguir:

- (6) Mário *corre* no calçadão da praia de manhã cedo.

Em (6), a relação temporal é complexa, com diversos eventos de “correr no calçadão da praia de manhã cedo” ocorrendo com certa regularidade temporal, o que indica um hábito. Portanto, a fórmula (4b) acima não dá conta do que de fato o tempo verbal morfologicamente

marcado no verbo está veiculando em (5) ou em (6). Em (5), em vez de $ME = MF$, teríamos $MF < ME$, que é a fórmula do futuro; já a relação temporal de (6) não pode ser codificada adequadamente usando-se (somente) os símbolos e relações que propus acima.

Além disso, as diferenças entre os exemplos em (7) e (8) a seguir não poderiam ser distinguidas somente com os símbolos MF e ME e as relações $<$ ou $=$. Em ambas as frases, descreve-se um evento que ocorreu antes do momento em que a frase foi dita ($ME < MF$), mas há uma diferença importante entre as duas situações. Vejamos:

(7) Mário *comprou* uma vara de pesca.

(8) Mário *comprava* uma vara de pesca (naquele momento).

Em (7) o evento está totalmente encerrado no passado, concluído antes do MF, e há um resultado: no MF, a vara de pesca (já) está comprada e é posse de Mário. Em (8) o evento está em andamento em um ponto do passado, ainda não está concluído naquele momento, e pode ser que não tenha atingido seu estado resultante – não se pode afirmar, a partir dela somente, que de fato a vara de pesca foi comprada ou está comprada no MF. Isso pode ser visto nos exemplos a seguir. No primeiro caso, (9), a situação é contraditória (Mário comprou a vara, mas não comprou porque ficaria sem dinheiro?); no segundo, (10), não (ele estava comprando, mas, ao ver que ficaria sem dinheiro, desistiu da compra, o que é plausível).

(9) Mário *comprou* uma vara de pesca; mas, quando percebeu que ficaria sem dinheiro, não realizou a compra.

(10) Mário *comprava* uma vara de pesca; mas, quando percebeu que ficaria sem dinheiro, não realizou a compra.

As diferenças entre (9) e (10) residem em o evento (ou ação aqui) já se ter concluído no passado ou não: respectivamente, ou a frase afirma que a duração da ação de comprar a vara de pesca está toda no passado ou a frase afirma que uma parte da duração desta

ação está no passado, mas não necessariamente toda a sua duração, com, inclusive, a possibilidade de suspensão dessa ação antes de ela concluir-se. As gramáticas usam a palavra *aspecto* para designar essas diferenças. No exemplo (9) o verbo está no aspecto *perfeito*; no (10) está no aspecto *imperfeito*.

A língua portuguesa também expressa relações temporais mais complexas com formas verbais específicas. Por exemplo, na frase abaixo temos dois eventos no passado, e um deles é anterior ao outro:

- (11) Mário (já) *tinha comprado* (ou *comprara*) uma vara de pesca quando Pedro entrou na loja.

Mais uma vez, não conseguiríamos expressar o que ocorre no predicado *tinha comprado uma vara de pesca* somente com MF, ME e as relações < ou =. Aqui, o evento de “comprar a vara de pesca” é anterior ao evento da entrada de Pedro na loja, e este evento é anterior ao momento em que a frase é dita. Ou seja, trata-se de um passado do passado: a duração do evento de “comprar a vara de pesca” está toda contida num passado anterior ao passado que inclui todo o evento de entrada (de Pedro) na loja. Essa forma verbal é chamada de *pretérito mais-que-perfeito* na tradição gramatical; no exemplo, a forma *tinha comprado* é a composta (ou perifrástica) deste tempo verbal, e a forma *comprara* é a simples (ou sintética).

Às vezes, uma forma verbal vincula o tempo do evento não ao MF, mas a qualquer tempo que esteja sendo expresso pelo verbo principal da sentença. Por exemplo, nas frases a seguir, o tempo do evento de “dançar uma valsa” é simultâneo ao tempo do evento de “comprar a vara de pesca,” esteja este no passado, no presente ou no futuro:

- (12) Mário *comprou* a vara de pesca *dançando* uma valsa.
 (13) Mário *compra* (neste momento) a vara de pesca *dançando* uma valsa.

- (14) Mário *comprará* a vara de pesca *dançando* uma valsa.

A terminação *-ndo*, que serve para formar o *gerúndio* do verbo na nomenclatura tradicional, não serve para expressar, portanto, uma relação entre um ME e um MF, mas uma relação de simultaneidade entre o tempo do evento expresso pelo verbo e o de outro evento ou momento relevante. O gerúndio do verbo serve para expressar essa simultaneidade também nas formas progressivas, como nos exemplos a seguir. Haverá aqui uma simultaneidade do tempo do evento veiculado pelo verbo principal e o tempo veiculado pelo verbo *estar*. Quando falo de simultaneidade aqui, o que quero dizer é que o evento denotado pelo verbo no gerúndio ainda está se desenrolando no tempo de outro evento indicado na frase ou expresso pelo verbo *estar*. Ou seja, o gerúndio é uma expressão de tempo ou aspecto no verbo que não expressa diretamente uma relação entre os *dois* tempos que introduzimos acima.

- (15) Mário *está comprando* uma vara de pesca.

- (16) Mário *estava comprando* uma vara de pesca.

Como se vê, os verbos e os tempos dos verbos são assunto para lá de complexo – sobre o qual, por outro lado, todos nós, falantes, temos intuições muito bem consolidadas: sabemos exatamente como e quando usar os tempos verbais disponíveis e fazemos inferências corretas a partir deles.

Mas então como podemos entender esse emaranhado de relações entre tempos diversos que as formas morfológicas dos verbos exprimem? Como descrevê-las adequadamente? Como explicar com um sistema explícito o que nós, falantes, talvez, saibamos sobre essas formas quando as usamos (na sua compreensão ou na sua produção)?

Uma das mais famosas tentativas de sistematizar aquilo que os tempos verbais exprimem em diversas línguas foi apresentada num livro, cuja primeira publicação é de 1947, de um importante

filósofo do positivismo lógico no século XX, o alemão naturalizado estadunidense Hans Reichenbach. O livro, que se chama *Elements of Symbolic Logic* (Elemento de lógica simbólica), é também uma tentativa de formalizar a descrição de línguas naturais usando o aparato da lógica simbólica desenvolvido na época.

Reichenbach usa três pontos na linha do tempo (e não dois como na nossa primeira tentativa acima) e as duas relações que usamos anteriormente: “antes de” e “coincidente com” (vamos usar os símbolos que usamos anteriormente, e não os símbolos usados por Reichenbach, para facilitar nossa discussão aqui). Os três tempos que ele usa são os dois que já propusemos antes, o MF e o ME, mais o que ele chama de tempo da referência, que vamos chamar aqui de MR. O tempo de referência pode ser um outro tempo expresso na frase ou suposto no contexto. Por exemplo, na sentença a seguir, a oração “quando Pedro entrou na loja” estabelece um tempo de referência para a oração principal. Esse tempo de referência será simultâneo ao tempo da ação descrita na oração principal, e ambos estarão no passado (antes do MF).

(17) Mário *comprou* uma vara de pesca quando Pedro entrou na loja.

O tempo da ação (do evento) de “comprar a vara de pesca”, realizado por Mário, é simultâneo ao tempo do evento de “entrar na loja”, que Pedro realiza – o tempo de referência. Ambos são anteriores ao tempo da fala. Assim, o significado do pretérito perfeito no evento de “comprar uma vara de pesca” em (17) pode ser expresso por algo como (18) a seguir:

(18) $MR = ME < MF$.

O uso de um tempo de referência é bem interessante para expressar relações complexas como a que encontramos em tempos como o mais-que-perfeito. Retomemos a frase em (11) acima, repetida a seguir como (19). Nela, o tempo de referência será o tempo da entrada de Pedro na loja.

- (19) Mário (já) *tinha comprado* (ou *comprara*) a vara de pesca quando Pedro entrou na loja.

Aqui, o evento de comprar a vara de pesca é anterior ao evento de entrar na loja (realizado pelo Pedro), que é anterior ao tempo em que a frase é dita. Assim:

- (20) ME < MR < MF.

Interessantemente, o tempo de referência pode ser o momento da fala, mas o evento estar no passado (antes do MF). É o caso da frase a seguir, em que o advérbio *agora* define o tempo de referência, que coincide com o MF.

- (21) Mário *comprou* agora uma vara de pesca (ME < MR = MF).

O pretérito perfeito simples do português, portanto, expressa as relações que encontramos em (18) e (21). O inglês, por outro lado, possui uma forma para a expressão lógica que encontramos em (18) e outra para a que encontramos em (21): para a expressão de (18), os falantes de inglês usariam o *simple past* (o exemplo (22) a seguir); para a expressão das relações em (21), usariam o tempo composto *present perfect*, formado pelo auxiliar *have* no presente seguido do particípio passado do verbo principal (o exemplo (23) a seguir). As frases abaixo são traduções das frases em (17) e (21) para o inglês.

- (22) Mario *bought* a fishing rod when Pedro entered the store (simple past).

- (23) Mario *has now bought* a fishing rod (present perfect).

Ou seja, o sistema de Reichenbach tem o poder de descrever o significado de tempos complexos e simples, além de explicar diferenças sutis como a que vemos entre as expressões de tempo em (22) e (23), por um lado, e as que encontramos na expressão de tempo entre duas línguas, o português e o inglês, por outro²³.

Por conta de seu poder para descrever o significado dos tempos verbais em várias línguas, o sistema foi adotado por outros linguistas, inclusive por muitos que não fazem uso da lógica simbólica para descrever as línguas naturais. Apesar de ser uma excelente aproximação, ele não é perfeito. Por exemplo, vejamos mais uma vez o caso do pretérito imperfeito do português no seguinte diálogo:

(24) A. Você sabe se o Mário gosta de pescar?

B. Bom, na época em que o conheci, ele gostava bastante de pescar. Eu apostaria que sim.

Qual é o problema? Com somente pontos na linha do tempo, não conseguiríamos distinguir o imperfeito do perfeito, pois ambos veiculariam as relações que vemos em (18). Para dar conta da diferença, o sistema de Reichenbach teria que apelar para “tempos com duração” – ou seja, intervalos. De fato, o próprio Reichenbach propõe isso para distinguir o *imparfait* do francês (o equivalente ao pretérito imperfeito no português) de seu *passé défini* (um tempo verbal que exprime uma das leituras do nosso pretérito perfeito, $ME = MR < MF$, e que só é usado hoje em dia no francês escrito): no *imparfait* ME e MR seriam intervalos coincidentes, enquanto no *passé défini* ME e MR são dois momentos coincidentes antes do MF. É preciso, assim, introduzir uma mistura de pontos na linha do tempo com intervalos para dar conta das diferenças entre formas verbais e seus significados numa língua. Mas o sistema, com intervalos e pontos na linha do tempo, acaba ganhando o poder de gerar uma enorme quantidade de distinções que não serão atestadas em língua nenhuma. Vale notar que, pensando somente nos três momentos na linha do tempo, sem distinguir pontos de intervalos, o sistema já é capaz de gerar

23

A existência de um tempo de referência no futuro pode explicar a frase em (5), na qual o presente expressa futuro. Lá, o MR está depois do MF, e o ME é simultâneo ao MR. Entretanto, teríamos assim uma superposição, parcial pelo menos, de dois tempos distintos, com uma certa interpretação do presente e o futuro sendo idênticos do ponto de vista de sua expressão lógica dentro do sistema de Reichenbach.

tempos que parecem não ser atestados (são, de fato, 13 distinções possíveis). Além disso, mesmo com duração, o estado descrito em (24) teria que estar todo no passado em relação ao MF na proposta de Reichenbach, mas a verdade é que o falante B no diálogo em (24) não está afirmando que Mário não gosta mais de pescar. Ou seja, o intervalo do ME (a duração do estado de gostar de pescar) poderia estar se estendendo até o MF...

Existem outros sistemas capazes de uma contribuição tão importante como a que vimos acima, evitando (alguns de) seus problemas? Sim. Há adaptações do sistema de Reichenbach, que surgiram mais tarde, que restringiam a capacidade de gerar tempos verbais não atestados estabelecendo que o tempo do evento (ME) e o tempo da fala (MF) não podem se relacionar diretamente, somente através do tempo de referência (MR). Ou assumem intervalos somente, não pontos na linha do tempo. Nenhum deles é perfeito, mas resolvem alguns problemas do sistema de Reichenbach. O semanticista alemão Wolfgang Klein, por exemplo, em seu sistema que usa intervalos e impede a relação direta do tempo do evento com o tempo da fala expressaria a relação de tempos veiculada pela frase *ele gostava bastante de pescar* em (24) do seguinte modo:

(25) Pretérito imperfeito: $(MR \subseteq ME)$ e $(MR < MF)$.

Ou seja, o tempo de referência está dentro do tempo do evento (pois ambos são intervalos) e o tempo de referência vem antes do tempo da fala. Mas a relação entre o tempo do evento e o tempo da fala não está definida, porque, em (25), não se expressa diretamente continência ou precedência entre o ME e o MF. Assim, como (25) não garante que o ME está todo no passado, fica permitida a inferência de que a duração do estado descrito pelo predicado *gostava de pescar*, que é o ME do exemplo, pode ser tal que chegue ao presente, o MF, como acredita ser o caso o falante B em (24). Essa mesma inferência não é permitida pelos tempos perfeitos do português (com exceção do pretérito perfeito composto), que colocam as

durações dos eventos, ME, inteiramente no passado: ou dentro do MR ou antes do MR, com MR vindo antes do MF.

Existem ainda outras maneiras e sistemas para abordar formalmente o significado e a expressão dos tempos nos verbos. Algumas envolvem uma complexa combinação de arranjo sintático com funções matemáticas codificadas nos morfemas verbais envolvidos. Nessas propostas não temos somente três tempos que se relacionam. Mas descrevê-las em poucas páginas de maneira compreensível seria um exercício infrutífero. De todo modo, as propostas que encontramos na literatura têm contribuído enormemente para o avanço do nosso entendimento sobre o significado dos tempos verbais.

Para fechar este texto, vou falar muito brevemente da expressão *morfológica* dos tempos verbais nas línguas. Quando falo de expressão morfológica dos tempos trato da sua expressão ou como afixos (prefixos, sufixos ou infixos) ou como partículas aglutinadas ao verbo ou como mudanças sistemáticas na raiz do verbo.

Desconsiderando tempos verbais compostos, em que temos verbos auxiliares combinados com formas nominais dos verbos principais, como participípios, gerúndios ou infinitivos, é interessante notar um padrão que se repete na imensa maioria das línguas estudadas pelos linguistas e antropólogos: os afixos (sufixos ou prefixos) que exprimem tempo estão mais perto da raiz do verbo do que os afixos (sufixos ou prefixos) que expressam concordância, quando a língua tem concordância. Isso, claro, quando tempo e concordância não estão fundidos em um só afixo (como é o caso da terminação *-ou* do verbo *comprou* em (1) acima). Veja-se o caso do português a seguir. O pretérito imperfeito mostra isso com toda a clareza:

(26) Nós comprávamos uma vara de pesca.

Na forma do verbo em (26), temos o tema verbal (a raiz mais a sua vogal temática), *compra-*, o sufixo que indica o pretérito imperfeito (ou seja, o afixo que codifica o tempo verbal e o aspecto), *-va-*,

e o sufixo que codifica a concordância de primeira pessoa do plural, *-mos*: *compra-va-mos*. Podemos dizer com confiança que *-mos* expressa somente a concordância de primeira pessoa do plural porque este afixo aparece em outros tempos verbais, como em *canta-mos*, *cantá-ra-mos*, *canta-re-mos*, *cante-mos*, *canta-ria-mos*...

Esse ordenamento se repete em línguas aparentadas, como é o caso do italiano e do francês a seguir, (27) e (28), e em línguas distantes, como é o caso do darai em (29), língua indo-ariana falada por uma pequena população no Nepal, que tem concordância com objeto também, a mais externa de todas as marcas, e do khanty em (30), língua urálica falada na Sibéria, que também tem concordância com o objeto e com o sujeito.

- (27) *Compra-va-mo una canna da pesca* (italiano; *nós comprávamos uma vara de pesca*).
- (28) *Nous aim-i-ons ces filles* (francês para *nós gostávamos daquelas moças*).
- (29) *de-ta-m-is* (darai para eu dou isso para você; dados de Paudyal, 2008).
- (30) *xoj xo:llə-ptə-s-li* (khanty para *quem ele fez chorar?*; dados de Dalrymple; Nikolaeva, 2011).

Em (29) temos a raiz verbal, *de-*, o tempo verbal não-passado, *-ta-*, a marca de concordância de primeira pessoa do singular com o sujeito, *-m-*, e a marca de concordância de segunda pessoa do singular com o objeto "indireto", *-is*. Aqui, todas as concordâncias estão mais afastadas da raiz do que o tempo verbal (não-passado). Em (30) a raiz verbal é *xo:llə* (chorar), *-ptə-* é um morfema causativo, *-s-* é o morfema de tempo passado e *-li* é o morfema que codifica a concordância com o sujeito e com o objeto. Mais uma vez, temos o morfema de tempo mais próximo à raiz do que o(s) de concordância.

Alguns autores defendem que as flexões se dividem em inerentes e contextuais (Booij, 1993) – ainda que essa ideia esteja longe de ser consenso na literatura. No caso do tempo, que não é forçado pelo contexto sintático (não tem relação com quem são o sujeito e o objeto, por exemplo), ele seria uma flexão inerente ao verbo, e, por conta disso, tenderia a ser mais próxima de sua raiz; a concordância, que depende de outros elementos da sentença, fora do verbo, seria tipicamente mais externa, mais distante da raiz – quando expressa por um morfema que pode ser separado do morfema de tempo ou da raiz.

Há muitas outras coisas interessantes sobre propriedades universais e diferenças que encontramos na expressão dos tempos verbais nas línguas do mundo; mas seria impossível tratar de todas elas em um breve texto de divulgação. Portanto, fico por aqui, esperando que isso tenha aguçado a sua curiosidade sobre esse grande tema dos estudos linguísticos.

TRABALHOS CITADOS E APRESENTADOS NO TEXTO:

BOOIJ, G. Against Split Morphology. *In*: BOOIJ, G.; VAN MARLE, J. (org.) **Yearbook of Morphology**. Kluwer. Dordrecht: Academic Publishers, 1993. P. 27-51.

DALRYMPLE, M.; NIKOLAEVA, I. **Objects and Information Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

KLEIN, W. The Present Perfect Puzzle. **Language**, v. 68, n. 3, p. 525-552, 1992.

PAUDYAL, N. P. Agreement Patterns in Darai: typological Study. **Nepalese Linguistics**, Vol. 23, p. 186-207, 2008.

REINCHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logic**. London: Dover Publications, 1947.

Texto original publicado em 05/09/2022



12

Karen Sampaio Braga Alonso

VACHINA

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.12

VACHINA


RESUMO:

Este texto aborda o processo de formação de palavras denominado de cruzamento vocabular. Para ilustrar e debater muito brevemente esse fenômeno, o texto toma como exemplo o termo vaChina, que vem sendo usado para nomear a vacina contra a covid-19 que está sendo desenvolvida pela Sinovac, na China.

É só parar pra ver as notícias que a gente se depara diariamente com as últimas novidades das pesquisas em torno do desenvolvimento de uma possível vacina para a covid-19. Mas, embora praticamente toda a humanidade esteja esperando pelo momento em que poderemos ser imunizados em massa contra essa doença que nos tem cerceado a liberdade de ir e vir, parece que resolveram agora politizar até a vacina, ou melhor, a *vaChina*, que é a vacina do Doria, no caso. *No caso*, também, é a vacina que está usando tecnologia chinesa e será produzida no Brasil, mais especificamente em São Paulo, pelo Instituto Butantan, que, na real, é onde já se produz a maior parte das vacinas que tomamos e que damos aos nossos filhos regularmente.

A despeito do fato de que a China é o nosso maior parceiro comercial e de que a estratégia de apostar numa única vacina, no caso a de Oxford, não é lá a opção mais inteligente como política de combate à pandemia do novo coronavírus, simpatizantes do atual governo brasileiro passaram a demonizar a vacina, adotando o apelido de *vaChina*, numa referência de bastante mau gosto, que compete, nesse sentido, com outras novidades linguísticas da pandemia, como *vírus chinês*. Bem, esse pequeno texto é sobre a *vaChina*; não sobre a *vacina* em si, mas sobre o apelido que lhe foi dado.

De antemão, me parece bacana ponderar que muitos são os motivos que levam os falantes de uma dada língua a criar novas palavras, e alguns são bem tranquilos de imaginar, como, por exemplo, a necessidade de etiquetar inovações tecnológicas. Veja só: há poucas décadas, foi preciso nomear um novo dispositivo eletrônico de intercomunicação a distância, sem fio, que uma pessoa poderia levar aonde fosse e que iria mudar a forma de nos comunicarmos para sempre – o *telefone celular* ou só *celular*, versão mais enxuta e comunicativamente eficiente. Era uma novidade que, por não existir antes, precisava de um nome, uma palavrinha que pudéssemos convencionalizar como sendo a forma de chamar objetos daquele tipo.



Às vezes, uma coisa até já tem um nome, mas queremos dar mais expressividade a ele, adicionar um certo sabor, de modo a agregar uma especificidade que o nome *original* não é capaz de evocar. Pensando assim, parece ser esse o caso de *vaChina*, um termo pejorativo usado para denominar, ao mesmo tempo, uma das vacinas que vêm sendo testadas para a covid-19 e uma postura de desconfiança sobre o exemplar que está sendo desenvolvido na China, especificamente. Enquanto *vacina* (e mesmo *vacina da China*, *vacina chinesa*) não seria capaz de agregar esses sentidos, *vaChina* se presta bem a esse papel.

Mas, antes de avançarmos na reflexão acerca dos sentidos associados a *vaChina*, paremos para conversar um pouquinho sobre outros aspectos do processo de formação de palavras por trás desse novo termo. Pois bem, o processo linguístico que permitiu que falantes do português criassem uma nova formação a partir de uma sobreposição de duas ou mais palavras-fonte é o que os linguistas chamam de *cruzamento vocabular*. Em termos super ultra mega resumidos, temos um cruzamento vocabular quando mesclamos uma ou mais palavras para formar uma terceira, cujo resultado formal preserva parte das palavras-fonte. Muitas formações do português brasileiro resultam de cruzamento vocabular. Casos desse tipo são mais comuns do que a gente imagina: quem nunca arriscou um *portunhol* ou conviveu com um *aborrescente*? Ou ouviu falar daquele amigo ou amiga que tem um *namorido*? Ou, ainda, escutou um desafeto político chamar o outro de *bolsominion*?

Formamos *vaChina* pelo cruzamento entre as palavras *vacina* e *China* de forma não concatenativa, ou seja, de modo que a gente não identifica claramente quando acaba uma palavra (ex: *vacina*) e começa a outra (ex: *China*). Essa é uma propriedade que faz de *vaChina* um cruzamento vocabular. Adiciona-se, no caso de *vaChina*, o fato de que *vacina* e *China* compartilham traços em termos de suas respectivas sequências de sons. Quando ouvimos *vaChina*, logo percebemos esse fato, certo? Pois é, as duas últimas sílabas de *vacina*

(ci-na) soam quase idênticas à palavra dissílaba *China* (Chi-na), diferenciando-se apenas no [s] (som de “s!”), grafado por <c>, em *vacina*, e no [ʃ] (som de “x!”), grafado por <ch>, em *China*. Eu diria, só pra fazer graça mesmo, que é um *crazamento* vocabular feliz.

No campo semântico, a integração *linguisticamente feliz* de *vacina* e *China* vai muito além da alusão ao lugar onde originalmente a vacina foi criada e, aqui entre nós, o resultado me parece mais um desastre político combinado com um desserviço à ciência. Fato é que o termo *vaChina* nos leva a um domínio conceptual rico e cheio de camadas de sentido. A adoção de *vaChina* como forma de referência à vacina desenvolvida pela Sinovac reflete uma perspectivização da forma como encaramos a realidade à nossa volta, a partir de uma série de valores de diferentes naturezas, incluindo valores de cunho político-ideológico. Engajando-nos nesse exercício intelectual, poderíamos imaginar que um indivíduo, de tudo o que poderia associar a uma vacina, dá proeminência ao local onde ela está sendo desenvolvida, demonstrando comungar de uma avaliação claramente negativa, e mesmo depreciativa, em relação a esse dado.

Parece oportuno confessar que, logo na primeira vez que ouvi a forma *vaChina*, eu tive, de cara, um certo estranhamento em relação à fusão de *vacina* e *China* num mesmo vocábulo (palavra). Não apenas o estranhamento da palavra em si. É que, de tudo que eu poderia pensar sobre vacina no meio de uma pandemia, o menos importante era a sua *origem*. Queria que fosse segura, eficaz e viável, viesse de onde fosse. Aí pensei primeiro em para quem o recorte na procedência da vacina era importante e, principalmente, para quem essa procedência ser a China era *bem* importante. Obviamente, isso tudo já estava dado, uma vez que o *apelido* era proferido por pessoas que compartilhavam um discurso anticientífico e uma retórica anti-comunista e antiesquerdista que soa quase folclórica, com notas de *fake news*. Isso tudo embalado pelo contexto de disputas políticas envolvendo representantes nossos, em diferentes esferas (incluindo representantes dos três poderes e até das forças armadas).

Seria possível, ainda, fazer uma leitura de *vaChina* como *Vá China*, no sentido de mandar a *China* ir embora, provavelmente em prol de um *americanismo* a la Brasil. Não vou me alongar nesse ponto, mas jogo aqui só como provocação. No fundo, o que eu acho mesmo o mais incrível de uma combinação de palavras como essa – que muitas vezes incluem dois vocábulos que participam de domínios de sentido diferentes – é o quanto esse significado emergente agrega em termos de nuances semânticas: algumas mais disponíveis, outras menos disponíveis (mas que, sabe como é, ficam ali, meio que esperando timidamente para serem acessadas). Não só a teia de sentidos ativada por *vacina* ou aquela ativada por *China* entra em jogo para interpretar *vaChina*. O sentido emergente desse composto projeta uma rede conceptual ainda mais complexa que inclui, por exemplo, a posição política daquele que assume esse apelido para uma vacina desenvolvida na China.

Considerando a contribuição de cada vocábulo, podemos nos comprometer aqui com uma brevíssima e ingênua experiência de associação de palavras e pensar numa rede de conceitos que as palavras *vacina* e *China* ativam com maior ou menor força. Pra mim, assim, declaradamente sem filtro, *vacina* ativa imediatamente conceitos como *ciência*, *filhos*, *pesquisa*, *vírus*, *doença*, *imunidade*, *campanha de vacinação*, *comunidade*, *agulha*; já *China*, por sua vez, me leva a conceitos como *comunismo*, *privações*, *preço baixo*, *fábricas*, *tecnologia*, *potência mundial*, *obediência*, *cachorro*, *Estados Unidos*.

Com essas palavras no papel, fiquei pensando na formação *vaChina*, que evoca uma série de experiências minhas com vacina e outras tantas com China, mas nem todas e nem só. Pois é, nem só. A politização da imunização, o perfil daqueles que adotam o termo, assim como as notícias que temos lido diariamente a respeito do desmantelamento das Instituições de Pesquisa e os debates cotidianos sobre as ameaças à Democracia se apresentam tão claramente em *vaChina*, que isso só pode ser a maravilha da nossa habilidade *para* conhecer, conceber o mundo, por meio de relações que

envolvem nossas experiências prévias linguísticas e não-linguísticas, e *para* expressá-lo e, ainda, abrir portas para que uma outra pessoa também percorra esse mesmo caminho, a seu modo. E isso é lindo demais da conta.

VOCÊ SABIA?

Sobre o termo *vacina*, a etimologia médica nos ensina que

a palavra deriva do latim *vaccinus*, que significa 'derivado da vaca'. O nome está relacionado a uma descoberta do médico inglês Edward Jenner, inventor da vacina contra a varíola. Ele percebeu que muitas pessoas que orde-nhavam vacas não contraíam a doença, pois já haviam adquirido a varíola bovina. Jenner, então, extraiu material de uma ordenhadora contaminada e o inoculou em um menino, que manifestou a doença de forma leve e passa-geira (Etimologia [...], 2012).

INSPIRE-SE TAMBÉM!

Cruzamento vocabular é um fenômeno tão interessante que, se eu fosse você, correria pra ler mais sobre o assunto. Há uma variedade de leituras que podem te ajudar a se aprofundar nessa temática; textos que levam a outros textos, os quais, por sua vez, apresen-tam novos autores, oferecem novas visões sobre o assunto. Pra isso mesmo, deixo aqui indicações de referências que me serviram de inspiração e que, espero, inspirem você também. *Divirta-se!*

Indico, de início, o texto *Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro*, de Carlos Alexandre Gonçalves.

Em seguida, indico também o texto de Elis de Almeida Cardoso, chamado *Cruzamentos lexicais no discurso literário*.

Por fim, em 2019, a Parábola Editorial lançou o livro *Morfologia*, também de autoria de Carlos Alexandre Gonçalves, que corresponde ao primeiro volume da *Coleção Linguística para o Ensino Superior*, a qual, aliás, está toda muito bacana. Vale a pena conferir.

SAIBA MAIS

CARDOSO, E. D. A. Cruzamentos lexicais no discurso literário. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 10-11, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p43-52>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ETIMOLOGIA médica: vacina. **Revista Fleury**, São Paulo, Ed. 24, 26 jun. 2012. Disponível em: <https://www.fleury.com.br/noticias/etimologia-medica-vacina-revista-fleury-ed-24>. Acesso em: 03 nov. 2020.

GONÇALVES, C. A. **Morfologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

GONÇALVES, C. A. V. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. **Signum: Estudos da Linguagem**, [S. L.], v. 15, n. 1, p. 169–199, 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/10721>. Acesso em: 03 nov. 2020.

Texto original publicado em 16/11/2020



13

Alessandro Boechat de Medeiros

A BIBLIOTECA DE BABEL

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.13



Fotografia de Tim Halle, tirada na celebração do quinquagésimo aniversário do Departamento de Linguística e Filosofia do MIT. Na(s) fotografia(s), Morris Halle (à esquerda) e Noam Chomsky (à direita).

RESUMO:

Este texto apresenta brevemente a ideia de recursividade nas línguas naturais e discute como podemos, a partir dessa ideia, pensar a língua como um recurso que nos permite, pelo menos virtualmente, a expressão de infinitas mensagens.

A pandemia do Coronavírus em 2020 trouxe-nos muitos prejuízos: humanos, econômicos, morais... Mas permitiu, ainda que de modo algum com efeito compensatório, a possibilidade de recolhimento, reflexão e leitura, pelo menos para alguns de nós. Uma das minhas (re)leituras em meio ao isolamento social foi a do livro *Ficciones* (1997), do escritor argentino Jorge Luís Borges, e o conto *La Biblioteca de Babel* me fez pensar um pouco sobre as incríveis possibilidades expressivas que qualquer língua natural (como o português, o japonês, o árabe ou o karitiana²⁴) disponibiliza para seus falantes. E é sobre isso que eu gostaria de falar aqui.

No conto, o universo é uma biblioteca e o narrador um de seus bibliotecários. A biblioteca é composta de um número desconhecido de galerias hexagonais, com grandes poços de ventilação no meio, de onde se podem ver os andares superiores e inferiores, interminavelmente para cima e para baixo. Quatro das seis paredes de cada uma das galerias têm cinco prateleiras sustentando 30 livros de formato uniforme. Há escadas (em pequenos gabinetes ligados às galerias) que levam aos andares superiores e inferiores. Os homens desse universo, os bibliotecários, podem ir e vir, visitando outras galerias, conhecendo outros livros e bibliotecários. Quanto aos livros dessa biblioteca, trazem, todos, 410 páginas, cada página com 40 linhas de 80 letras. Na maioria das vezes, seu conteúdo parece absurdo. Para se ter uma ideia, conta o bibliotecário narrador que seu pai encontrou, em uma das galerias, um livro onde, da primeira linha à última, repetiam-se as letras MCV. Uma teoria formulada por outro bibliotecário, 300 anos antes deste relato, tenta explicar a existência de livros estranhos como esse: existem 25 símbolos ortográficos – 22 letras, o ponto, a vírgula e o espaço; os livros da biblioteca registram todas as combinações possíveis desses símbolos. Todas as combinações possíveis incluiriam, na visão do narrador, tanto o MCV se repetindo até a última página quanto o texto integral do romance

Guerra e Paz, de Tolstói, ou o próprio relato que conta essa história (ou este texto que você está lendo). O bibliotecário que formulou a teoria calcula o número total de combinações possíveis, mas o narrador não nos revela esse número nem como foi calculado.

Talvez porque não seja difícil encontrá-lo. Quem prestou atenção às aulas de análise combinatória no colégio pode fazer a conta: cada um dos pontos em que incluímos um símbolo ortográfico em uma página de um livro qualquer da biblioteca tem a sua disposição 25 símbolos alternativos, e o ponto seguinte a este terá as mesmas 25 possibilidades para cada uma das 25 possibilidades do ponto anterior – e assim por diante. Para você não perder tempo fazendo a conta, o resultado é o seguinte: considerando o número de caracteres por linha, de linhas por página e de páginas por volume, a (uniforme) Biblioteca de Babel teria $25^{1312000}$ livros diferentes (não repetidos). Para se ter uma ideia do tamanho desse número, o maior número “redondo” menor do que ele, que é $20^{1312000}$, seria representado por $2^{1312000}$ (um número já inimaginavelmente grande, tanto na quantidade que expressa quanto na sequência de algarismos que seriam usados para expressá-la) seguido de um milhão trezentos e doze mil zeros. Se eu quisesse escrever aqui **somente a enorme sequência de zeros**, precisaria de mais de trezentas páginas além desta. Mas será que esse conjunto tão gigantesco de combinações contém, como subconjunto seu, todas as estruturas (frases, por exemplo) que poderiam ser geradas pelo sistema de regras de uma língua natural como o português? Quero dizer, será que todos os livros, ensaios, artigos, contos, poemas ou simplesmente frases que nossa língua nos permite criar estariam contidos nesse número (que é, lembrando, o número de livros não repetidos da biblioteca de Babel)? A resposta é *não*, e vamos entender o porquê a seguir.

Uma das propriedades de qualquer língua natural é que ela tem regras recursivas. Uma regra recursiva tem como característica o fato de que gera resultados sobre os quais podemos aplicá-la novamente. Por exemplo, a regra aritmética *some 1 (+1)* quando aplicada

a números naturais é recursiva: se x é um número natural (suponhamos $x = 1$), o número $y = x+1$ também será um número natural ($2 = 1+1$), e permitirá a reaplicação da regra sobre ele, com o resultado $z = y+1$ ($3 = 2+1$), que também é um número natural. Note-se que essa regra gera todos os números naturais, que são infinitos. Mas é claro que nem toda regra é recursiva.

Como disse acima, todas as línguas têm regras recursivas. Por exemplo, em português, alguns tipos de prefixos podem ser reanexados a um verbo. Imagine a seguinte situação. Paulo havia marcado um encontro com uns amigos para comemorar seu aniversário. No entanto, percebeu que, na data combinada (o dia de seu aniversário), teria um compromisso de trabalho e *remarcou* o encontro com seus camaradas para outra data. Já estava conformado com o contratempo quando o compromisso profissional que tinha foi cancelado, então ele pode *rerremarcar* a comemoração para o dia do seu aniversário. Veja-se que, aqui, o verbo *marcar* permite a anexação do prefixo *re-*, gerando o verbo *remarcar*. O verbo *remarcar* é o resultado da aplicação da regra de anexação do prefixo ao verbo, e, além disso, é um verbo que também permite a anexação do mesmo prefixo, como vemos em *rerremarcar*. Logo, a regra que anexa o prefixo *re-* a um verbo é uma regra recursiva, e pode ser escrita, de forma simplificada, como (1) abaixo:

$$1. \quad V \rightarrow re + V$$

Note-se que o que está à direita da seta é também um verbo, que pode receber o prefixo *re-* de novo, pois *re-* se combina com verbo. Nem toda prefixação é recursiva. Por exemplo, a regra que anexa o prefixo *a-* a um nome e gera um verbo, como é o caso de *acarpetar*, resulta em algo que não oferece contexto para uma nova anexação do prefixo *a-*, que se anexa à nome, não a verbo. Logo, essa regra não é recursiva.

As línguas também apresentam outro tipo de recursividade. Por exemplo, podemos encaixar orações subordinadas que são objetos diretos de verbos dentro de orações subordinadas que também são objetos diretos de verbos, como no caso de *Pedro disse [que João acha [que Maria foi à festa]]* (cada par de colchetes separa uma oração). Mas aqui a colocação de uma subordinada como complemento de um verbo não cria contexto imediato para a colocação de outra subordinada. A segunda subordinada deve ser encaixada como complemento do verbo da primeira oração subordinada, como mostram as regras a seguir, onde S significa sentença ou oração, Suj significa sujeito, VP denota o predicado verbal e V significa verbo:

2. a. $S \rightarrow \text{Suj VP}$
- b. $\text{VP} \rightarrow \text{V S}$

Note-se que em (2) a saída da regra (2a) não cria contexto imediato para a inserção de uma subordinada, e a subordinada (o segundo S) só aparece na regra (2b). Isso é o que chamamos também de encaixe.

Mas o que tudo isso tem a ver com a Biblioteca de Babel? Tomemos a frase *o avô do João é o Pedro*. Suponha agora que eu comece a encaixar o sintagma preposicional *do avô* após a palavra *avô*, produzindo sequências como *o avô do avô*, *o avô do avô do avô*, *o avô do avô do avô do avô*, e assim por diante. Aplicando a regra incessantemente, teríamos: *o avô do João é o Pedro* \rightarrow *o avô do avô do João é o Pedro* \rightarrow *o avô do avô do avô do João é o Pedro* \rightarrow ... É evidente que ninguém consegue entender uma frase desse tipo que seja muito comprida. Isso tem a ver com limitação de memória, que atrapalha o processamento da frase e sua compreensão. Mas nada me impediria de levar toda a minha vida escrevendo páginas e páginas (ou volumes e mais volumes de 410 páginas) com *...do avô do avô do avô do avô...* tornando Pedro um ancestral cada vez mais remoto de João. Uma biblioteca-universo que contivesse em

seu acervo todas as *possibilidades linguísticas* com os símbolos ortográficos teria que ser infinita (tendo, portanto, livros repetidos), no mínimo para conter a sequência de volumes que faz de Pedro um avô infinitamente ancestral de João.

SAIBA MAIS

BORGES, J. L. **Ficciones**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

GUIMARÃES, M. **Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky**. Petrópolis: Vozes, 2017.

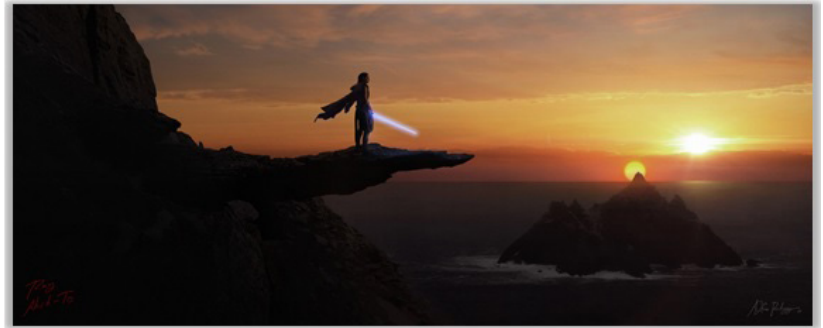
Texto original publicado em 09/11/2020



14

Thiago Nascimento de Melo

**O QUE SE SABE
QUANDO SE SABE
UMA LÍNGUA?**



Na saga Star Wars, Luke Skywalker se esconde em uma ilha no mundo de Ahch-To. Ele sabia que seria difícil alguém encontrá-lo e tirá-lo desse local. Como veremos, algo semelhante pode acontecer na linguística.

*Fonte da imagem: Rey Returns to Ahch-To, por Alfredo Rodriguez Martinez.
Disponível em: <https://art.alphacoders.com/arts/view/129928>*

RESUMO:

Você sabe muito mais sobre português do que pensa! Neste texto, discuto os conhecimentos que uma pessoa tem de sua língua, mostrando como dominamos um sistema de regras sintáticas complexo e bem estruturado (ou um sistema de princípios e parâmetros, como veremos). A partir disso, aproveito para falar um pouco sobre preconceito linguístico.

“Sou péssimo em português” e “Não sei nada de gramática” são frases comuns de se ouvir no dia a dia, em ambientes escolares e fora deles. Essa sensação é mais do que natural: as regras que professores insistem em nos ensinar na escola e na mídia não têm como entrar em nossas cabeças. São muitos detalhes e exceções! Quando muito, temos a percepção de que conseguimos nos virar e nos comunicar bem, e de que é isso que importa. Neste texto, quero desafiar essa noção e mostrar que sabemos muito sobre a língua que falamos. Para isso, vejamos alguns dados:

1. **a.** A construção de casas começou ontem.
- b.** A de casas construção começou ontem.

Não é difícil perceber que a frase em (1b) não é possível em português. No sistema de nossa língua, o complemento (nesse caso, “de casas”) deve seguir o elemento a que ele se relaciona (o substantivo “construção”), como acontece em (1a). Todo e qualquer falante nativo de português com plenas capacidades cognitivas segue essa regra. O nosso trabalho, como linguistas e curiosos da linguagem, é perguntar por quê. Precisamos levantar hipóteses sobre isso.

Uma resposta natural a esse questionamento é “não podemos falar *de casas construção* porque isso não faz sentido”. De fato, não faz. Mas, perceba: embora essa resposta veicule uma verdade (pelo menos no contexto da língua portuguesa), ela não explica o fenômeno. Seguindo o método científico, precisamos seguir para a próxima pergunta: por que frases assim não fazem sentido? Deve haver um motivo. Quer dizer, a falta de sentido não é a origem do problema, mas sim a consequência de alguma propriedade do sistema de regras gramaticais que temos em nossa mente.

Para refletir sobre isso, olhemos para a clássica frase do linguista Noam Chomsky, formulada na década de 1950: “Ideias verdes sem cor dormem furiosamente” (Chomsky, 1957, p. 15). Todos concordamos que essa frase tem um sentido muito estranho. Mas você

reconhece que, apesar disso, essa frase é uma frase possível de ser dita em nossa língua? E que, apesar de ter um significado estranhíssimo, que desafia nosso conhecimento de mundo, nós damos um jeito de interpretá-la? Nosso cérebro consegue processar isso. Temos a capacidade de compreender as condições para que essa frase seja verdadeira: ideias, que são abstratas, precisariam poder ter uma cor verde; ao mesmo tempo, algo com cor deveria poder ser sem cor; e, por último, ideias que fossem verdes, mas sem cor, precisariam estar dormindo de uma maneira furiosa (ainda que esse modo de dormir seja difícil de se imaginar).

Por outro lado, o significado pretendido por “A de casas construção começou ontem” pode ser considerado muito mais simples. Ainda assim, não reconhecemos essa como uma sentença possível. E os linguistas oferecem uma explicação: isso acontece porque o português é uma língua de núcleo inicial. Isso quer dizer que o substantivo “construção”, que é o núcleo do bloco formado em conjunto com “de casas”, deve vir antes. Ou seja, com a ordem invertida, o falante não identificaria que “de casas” é complemento de “construção”, o que impediria a integração sintática e semântica desses elementos, fazendo com que a frase ficasse, de fato, sem sentido.

É interessante observar que essa análise, embora aparentemente simples, possui diversas implicações no sistema da língua. Por exemplo, imagine se você tivesse instalado em seu ouvido um microdispositivo capaz de traduzir, palavra por palavra, qualquer frase para o português, mas preservando a ordem da língua original. Em uma visita ao Japão, você poderia muito bem ouvir uma frase como a seguinte:

2. João Maria Pedro encontrar vai se perguntado tinha.

Quase indecifrável, certo? Isso ocorre porque, ao contrário do português, o japonês é uma língua de núcleo final. Se colocássemos a mesma sentença na ordem da língua portuguesa, teríamos: “João tinha perguntado se Maria vai encontrar Pedro.” Perceba como uma

regra simples, sobre a qual você tem um conhecimento inconsciente, altera as frases possíveis da língua.

Aprofundando a discussão, consideremos os exemplos a seguir:

3. **a.** O Mário disse que a Joana encontrou quem?
 b. Quem o Mário disse que a Joana encontrou?

Partindo da frase em (3a), é possível pegar o pronome interrogativo “quem”, que está lá no final da sentença, e colocá-lo no início. Mas será que isso é possível sempre? Vejamos:

4. **a.** O Mário saiu quando a Joana encontrou quem?
 b. Quem o Mário saiu quando a Joana encontrou?

Os procedimentos foram os mesmos realizados no caso anterior, porém, agora, geramos uma sentença muito estranha – poderíamos até dizer inaceitável. Qual é a causa disso?

Em (3), “quem” está presente em uma oração (isto é, de modo simplificado, um conjunto de palavras que se organiza em torno de um verbo) que é complemento do verbo “dizer”. Quer dizer, o verbo “dizer” pede um complemento (*alguém diz algo*), e esse complemento é a oração “que a Joana encontrou quem”. Assim sendo, como a palavra “quem” está contida em uma oração que é complemento, ela pode ser deslocada para o início da frase.

Por outro lado, em (4), a oração que contém o pronome “quem” é um adjunto, um modificador que acrescenta uma informação, mas que não é pedido pelo verbo “sair”. Ou seja, a sentença em que “quem” está contido não é um complemento de “sair” (o funcionamento desse verbo determina apenas que *alguém sai*). Por isso, o deslocamento de “quem” não é possível. Os adjuntos, portanto, são *ilhas sintáticas*. Como porções de terra que estão no meio do mar, são pedaços de sentenças de onde não é possível retirar elementos.

Essa propriedade foi descoberta por linguistas apenas na metade do século XX. Nós temos esse conhecimento inconsciente sobre o funcionamento da linguagem sem que ninguém nos tenha ensinado — ou você acha que seus pais, avós, tios e amigos te orientavam, dizendo “Nunca desloque um pronome interrogativo para o início de frases quando eles estiverem dentro de adjuntos”? Na realidade, talvez uma das questões mais interessantes que envolvem esse complexo fenômeno é que crianças não cometem esse erro no processo de aquisição de uma língua. Isso acontece porque as ilhas sintáticas não são uma restrição imposta pelo português, mas sim uma restrição universal, ou seja, uma restrição que existe em todas as línguas.

É uma possibilidade lógica imaginar uma língua que não respeite as ilhas sintáticas, mas essa não seria uma língua humana. Nos termos da linguística gerativa, uma das principais correntes de pesquisa cujo principal expoente é o já mencionado Chomsky, as restrições que se aplicam universalmente são chamadas de *princípios*. É claro, porém, que as línguas apresentam variações. Não são formadas apenas por princípios; afinal, não são todas iguais, evidentemente. Só que as variações não são livres. Nem tudo é possível. Há uma lista finita de restrições variáveis, nomeadas como *parâmetros*. Um exemplo já analisado é o Parâmetro da Ordem, que diferencia o ordenamento de palavras no português e no japonês.

A constatação de que as línguas variam dentro de um limite nos permite voltar para o que foi discutido no início do texto. Você pode me perguntar: “E aquelas regras da escola que não consigo entender?”. Bem, elas representam apenas um dos conjuntos de regras possíveis no português, e não todos. Analisemos mais um conjunto de dados:

5.
 - a. As meninas jogaram futebol.
 - b. As menina jogou futebol.

O que há de intrinsecamente errado na sentença em (5b)? A resposta é um simples e ressonante *nada!* O par de frases acima apenas exemplifica duas possibilidades quanto à marcação de plural na língua portuguesa: ou é marcado plural em todos os elementos do sujeito “as meninas” e também no verbo (o que é conhecido como *plural redundante*); ou se marca o plural apenas no primeiro determinante do sujeito (nesse caso, o artigo “as”), assim como o que ocorre no francês. As duas formas são possíveis, produzidas e compreendidas pelos falantes da língua.

Diante da sentença (5b), não há dúvidas de que falamos de um número de pelo menos duas meninas. Vale ressaltar, ainda, que essas formas são aquelas possíveis, disponíveis aos falantes. Não tem como fugir disso! A língua é coercitiva na aplicação de suas regras. Isto é, aqueles que falam dessa forma seguem rigorosamente o sistema gramatical interno às suas mentes. “A menina jogaram futebol” e “A meninas jogou futebol”, essas sim são formas de realização do plural não previstas pelo sistema linguístico do português falado do Brasil. Essas duas formas são logicamente possíveis e ocorrem em outras línguas. Por exemplo, no inglês, a marcação do plural ocorre, como na segunda destas sentenças, apenas no núcleo do sujeito: “*The girls played soccer*”.

Portanto, não faz sentido considerar a sentença “As menina joga futebol” como desregrada. Ela tampouco é um empobrecimento da língua, como se fosse algo que a torna menos funcional ou que prejudica o raciocínio. A língua se adapta diante das mudanças. Assim ocorreu no francês, em que o plural redundante deu lugar à marcação de plural equivalente a “As menina joga futebol”. E assim ocorreu no português, diante de todas as mudanças que ocorreram na língua do latim até hoje. O que tem de especial no português presente nos manuais de gramática que o torna correto em comparação com suas outras variedades? Quem tem o poder de decidir em qual momento as mudanças da língua devem parar no tempo?

Se a língua empobrece com o tempo, não deveríamos resgatar o português arcaico do século XIII? Ou então retornar para o latim? Não, nós devemos, na língua e nos demais campos, valorizar a diversidade, e não a condenar!

Então, se não há nada de errado com a frase “As menina jogou futebol”, por que muitos a consideram errada? A classe média urbana e as elites socioeconômicas, que dominam as estruturas de poder do Estado nacional e dos meios de comunicação tradicionais, impuseram a noção de que somente a forma como falam é correta, numa estratégia que confere vantagens práticas e simbólicas em diversas áreas da vida (desde a escola até o mercado de trabalho). É preciso entender, contudo, que a escolha do que é certo ou errado é totalmente arbitrária, sem nenhuma motivação científica. Na verdade, não é que não se gosta da sentença “As menina jogou futebol”; não se gosta das pessoas que falam assim.

Os fenômenos linguísticos discutidos mostram que temos conhecimentos inconscientes aprofundados sobre o sistema linguístico. A língua é, em essência, um sistema de regras (ou melhor, um sistema de princípios e parâmetros) interno à mente do falante. Não aquelas regras impostas pelos gramáticos diante de suas preferências, e sim aquelas firmadas naturalmente em nossa mente, a partir das restrições de nosso aparato biológico em conjunto com os dados linguísticos que estão à nossa volta durante a infância. O fato de você aceitar ou não as frases que analisamos mostra que você, sem saber, sabe muito sobre a língua. Assim, fica claro que não falamos de maneira aleatória, acidental, errática..., muito menos que não sabemos nada sobre a língua portuguesa. Nós seguimos um conjunto de regras bem estruturado, respeitando os limites por ele imposto. E isso é gramática!

SAIBA MAIS

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1957.

KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERINI, M. A. Nossa sabedoria gramatical oculta. *In*: PERINI, M. A. **Sofrendo a Gramática**. Ensaios Sobre a Linguagem. São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, H. Racismo e linguagem: o caso do ministro da educação que simulou a fala dos chineses. **Roseta**. Disponível em: <https://www.roseta.org.br/2020/07/10/racismo-e-linguagem-o-caso-do-ministro-da-educacao-que-simulou-a-fala-dos-chineses/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Texto original publicado em 12/12/2022



15

Adriana Leitão Martins

DOENÇA DA LINGUAGEM:

O QUE É ISSO E QUEM TEM ISSO?

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98621.15](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98621.15)



RESUMO:

Este texto trata de patologias da linguagem, como a afasia, doença neurológica que compromete o conhecimento inconsciente que temos de nossa língua e que acometeu o ator norte-americano Bruce Willis e o cartunista brasileiro Angeli, levando à interrupção de suas carreiras nos primeiros meses de 2022. Nele, apresentam-se exemplos de problemas linguísticos – como aqueles com o significado das palavras, os sons da língua e a formação das frases – que pacientes afásicos podem apresentar. Ainda, busca-se esclarecer que há distúrbios que prejudicam a comunicação das pessoas e que não podem ser considerados patologias da linguagem, como a disartria. Por fim, apresentam-se exemplos de outras doenças que afetam o conhecimento inconsciente da língua, como o Transtorno de Desenvolvimento Linguístico e a Doença de Alzheimer.

No mês de abril deste ano, recebemos a triste notícia de que o cartunista brasileiro Angeli estava interrompendo sua carreira após receber o diagnóstico de afasia (Porto, 2022). Um mês antes, já tínhamos sido surpreendidos com a notícia de que o ator norte-americano Bruce Willis estava se aposentando por ter sido diagnosticado com essa mesma doença (Ribeiro, 2022). No início de 2001, os fãs de Paralamas do Sucesso também ficavam assustados pelo estado do vocalista do grupo após um grave acidente de ultraleve em fevereiro daquele ano: Herbert Vianna estava afásico (Irmão [...], 2001). Mas o que é afasia, essa *patologia da linguagem* que acometeu Angeli, Bruce Willis e Herbert Vianna?

Vamos começar por partes: afasia é uma dentre outras doenças que podem prejudicar a expressão linguística – nossa comunicação por meio da fala, escuta²⁵, escrita e leitura –, mas nem tudo que prejudica a expressão linguística é uma patologia da linguagem. A afasia especificamente é uma doença que pode acontecer “de repente” ou pode ser progressiva. Ela ocorre de repente quando uma lesão surge no cérebro decorrente, por exemplo, de um traumatismo craniano, um acidente vascular cerebral (AVC) ou um tumor, e ela é progressiva quando uma alteração vai se dando aos poucos no sistema nervoso do cérebro (neste caso, chamamos de *afasia progressiva primária*). Em decorrência dessa doença neurológica (progressiva ou não), o paciente afásico passa a ter um problema linguístico, seja semântico (como uma dificuldade com o significado das palavras), fonológico (como um problema com os sons das palavras) ou sintático (como um prejuízo na organização das frases). Esclareço desde já que, felizmente, nem todos esses problemas linguísticos, que passo a exemplificar nos próximos parágrafos, manifestam-se necessariamente juntos em todos os afásicos.

25

É legal chamar atenção para o fato de que aqui também se incluem as línguas de sinais. Afinal, a comunicação humana pode se dar por meio da fala oralizada ou sinalizada, como acontece na Libras, por exemplo. Neste caso, a *escuta* deve ser entendida como a *visão*.

Em função de seu problema semântico, um paciente afásico pode apresentar *anomia*, que ocorre quando a recuperação do nome conferido a algo é prejudicada. Por exemplo, o paciente pode querer pedir para colocarem mais café na sua xícara, mas, na tentativa de tentar recuperar a palavra “xícara”, dizer “café... café...”, sem efetivamente produzir a palavra “xícara”. Nesse mesmo contexto, ele pode dizer “café no copo, na jarra, na garrafa”, usando outras palavras do mesmo campo semântico (conjunto de palavras do mesmo “universo” do significado, como o conjunto daquelas que nomeiam “recipientes para líquidos”), igualmente sem conseguir recuperar a palavra “xícara”. Neste segundo caso, temos o que chamamos de *parafasia semântica*.

Já por conta de seu problema fonológico, um paciente afásico pode apresentar uma *parafasia fonêmica*. Isso acontece, por exemplo, quando um som de uma palavra é substituído por outro. Dando mais um exemplo, o paciente pode querer falar “bola” e dizer “pola”. Por vezes, essa alteração, como neste exemplo, acontece entre sons linguísticos – aos quais chamamos, neste caso, de *fonemas* – com alguma semelhança entre si, como a maneira como os órgãos do aparelho fonador se posicionam para produzi-los. Os sons representados pelas letras “b” e “p” são assemelhados neste sentido: para produzir ambos, aproximamos os lábios superior e inferior, reprimimos muito brevemente o ar que vem dos pulmões e depois liberamos o ar. Por outro lado, os sons representados por essas letras são diferentes neste aspecto: para produzir o “b”, aproximamos as pregas vocais, fazendo com que elas vibrem na passagem do ar, e, para produzir o “p”, afastamos as pregas vocais, impossibilitando assim a sua vibração. Dizemos, assim, que os sons representados por “b” e “p” são ambos *oclusivos*, apesar de o primeiro ser *sonoro* e o segundo ser *surdo*. Assim, é comum observarmos parafasias fonêmicas entre os pacientes afásicos havendo a troca de fonemas sonoros por surdos ou vice-versa, como se observa em “toce” (no lugar de “doce”) ou “cula” (no lugar de “gula”)²⁶.

Retomando os problemas linguísticos dos afásicos, falemos agora um pouco de seu distúrbio sintático. Cabe dizer, antes, que problema sintático neste caso nada tem a ver com uma dificuldade com as tradicionais análises que fazíamos no Ensino Fundamental e Ensino Médio, como aquelas que envolviam nomenclaturas como “predicado verbal”, “verbo transitivo direto” e “oração subordinada”. Um problema sintático no sentido que emprego aqui seria um comprometimento com um tipo de conhecimento que temos inconscientemente e que nos permite formar frases sem qualquer dificuldade. Por exemplo, se você quisesse criar a frase “os jornais estão dizendo que o Bruce Willis está afásico”, jamais produziria algo como “jornais dizendo Bruce Willis afásico”. Pacientes afásicos que possuem um distúrbio sintático – também chamados de *afásicos agramáticos* – poderiam, por sua vez, produzir uma sentença como esta. O *agramatismo* identificado nesses pacientes, diferentemente do que o prefixo “a” nessa palavra pode dar a entender, produz não uma total ausência de gramática e sim uma reestruturação da gramática, sendo “gramática” aqui empregado não no sentido de “livro em que se registram as regras de uma língua”, mas sim no sentido de “conhecimento inconsciente dos falantes sobre a estruturação das sentenças”. Em outras palavras, alguns conhecimentos gramaticais que pacientes afásicos possuem passam a estar alterados em função de seu comprometimento sintático, mas não todos os seus conhecimentos. E que tantos conhecimentos gramaticais são esses que temos e que podem estar afetados no caso de sermos acometidos por uma afasia? Vou dedicar os próximos três parágrafos para apresentar alguns exemplos.

26

É interessante observar que algumas parafasias fonêmicas podem eventualmente gerar algum problema na comunicação desses pacientes. Por exemplo, se alguém diz “isso é um *pote*”, no lugar de “isso é um *bote*”, ou “isso é um *bote*”, no lugar de “isso é um *bode*”, com certeza não será corretamente compreendido. Em outras palavras, por essas trocas ocorrerem entre fonemas, a alteração de um único fonema em uma palavra pode produzir uma outra com significado completamente diferente (na teoria linguística, chamamos esses “pares de palavras”, como *pote/bote* e *bote/bode*, de *par mínimo*).

O primeiro tipo de conhecimento sintático que pode estar prejudicado em pacientes afásicos é aquele que temos acerca das *categorias funcionais*, que se opõem às *categorias lexicais*. Enquanto as lexicais estão mais diretamente ligadas ao conteúdo semântico das frases, aquele extraído de verbos, nomes, adjetivos e preposições, as categorias funcionais estão mais intimamente relacionadas às partes da gramática que permitem a estruturação das sentenças, como os artigos, as conjunções e as flexões verbais (como as desinências modo-temporal e número-pessoal acopladas ao final dos verbos do português). Repare que, na frase hipotética produzida por um paciente afásico apresentada no parágrafo anterior, “jornais dizendo Bruce Willis afásico”, temos a manutenção de itens que remetem ao significado referencial dessa frase (itens que remetem a entidades ou eventos) e a omissão de itens que correspondem a categorias funcionais (itens que possibilitam o encadeamento das palavras na frase).

O segundo tipo de conhecimento sintático que pode estar alterado nesses pacientes afásicos (o que parece ser derivado do problema apontado no parágrafo anterior com categorias funcionais) é aquele comumente representado nas línguas – como é o caso do português – na flexão verbal. A flexão verbal no português contém informações como as de tempo e concordância. Em um verbo como “falavam”, por exemplo, identificamos a informação de tempo (passado) na desinência *-va* e de concordância (3ª pessoa do plural) na desinência *-m*. Assim, por conta do problema sintático de um paciente afásico, ele poderia produzir a frase “jornais *fala* Herbert Vianna *ficado* afásico” no lugar de “os jornais *falavam* que o Herbert Vianna *tinha* *ficado* afásico”. Observe que tanto o uso de “fala” no lugar de “falavam” como a supressão de “tinha” em “tinha ficado” poderiam indicar uma dificuldade desse paciente com o conhecimento linguístico de tempo (passado) e concordância (3ª pessoa do plural e do singular) e essas informações são realizadas nas flexões verbais, as quais eu tinha anteriormente dito serem parte das categorias funcionais.

O terceiro tipo de conhecimento sintático que pode estar comprometido em pacientes afásicos que destaco aqui também parece estar relacionado com o problema desses pacientes com as categorias funcionais: um problema com frases que envolvem *movimento de constituintes*²⁷. Mas o que é isso? Palavras se movem dentro das frases? Não é bem assim, mas tem alguma relação com isso. Esse tipo de conhecimento sintático é aquele que nos possibilita interpretar uma frase como “Bruce Willis foi diagnosticado como afásico”. Nessa frase, “Bruce Willis”, que aparece como sujeito (repare que há concordância de número entre “Bruce Willis” e “foi”, de modo que eu usaria “foram” se o sujeito fosse “Angeli e Bruce Willis”), é interpretado não como quem confere o diagnóstico (o agente), mas sim como quem o recebe (o paciente). E o que isso tem a ver com *movimento de constituintes*? Por hipótese, alguns linguistas assumem que *interpretamos* “Bruce Willis” após “diagnosticado”, mas *produzimos* esse constituinte no início da frase, como sujeito. Em outras palavras, podemos dizer que esse constituinte foi *movido* de uma posição para outra da sentença. Voltando para os problemas do paciente afásico com distúrbio sintático, por conta de seu comprometimento com o conhecimento relacionado ao *movimento de constituintes*, no lugar da frase apresentada neste parágrafo, seria mais provável que um paciente com esse distúrbio falasse algo como “Diagnosticou Bruce Willis afásico”.

Embora os exemplos apresentados neste texto sejam de pacientes afásicos produzindo frases, como as falando ou escrevendo, é importante ainda esclarecer que as dificuldades desses pacientes seriam igualmente esperadas se eles estivessem compreendendo frases, por exemplo as ouvindo ou lendo. Isso porque o

27

Um constituinte de uma frase é uma parte dela com uma ou mais palavras. Quando um constituinte é formado por várias palavras, elas se organizam em torno de um núcleo. Um “teste de constituinte” pode ser feito através de formulação de perguntas. Por exemplo, em “Aquele famoso ator norte-americano está afásico”, podemos fazer a pergunta “Quem está afásico?” e concluir que a resposta é “aquele famoso ator norte-americano” e não apenas “aquele famoso” ou “aquele famoso ator”, de modo que o constituinte que corresponde ao sujeito é “aquele famoso ator norte-americano”.

problema dos afásicos não é simplesmente em partes motoras que possibilitam que a gente fale e ouça; não seria uma dificuldade com a coordenação do movimento dos órgãos do aparelho fonador, como lábios e língua, ou com a nossa capacidade de audição. O comprometimento dos afásicos é no conhecimento inconsciente que eles têm da língua que sempre falaram e ouviram; um conhecimento construído na infância e que persiste a vida toda quando não somos acometidos por *patologias da linguagem* como essa.

Lá no início do texto, eu disse que nem tudo que pode comprometer a nossa expressão linguística é uma *patologia da linguagem*. Retomo esse ponto aqui para esclarecê-lo agora porque ele dialoga com o que falei no parágrafo anterior: enquanto a *afasia* é um problema no *conhecimento* da língua, a *disartria*, por exemplo, é um problema puramente *motor* que compromete a articulação da fala. É claro que um problema como este também atrapalha a comunicação das pessoas, mas repare que, neste caso, a expectativa é de que os pacientes tenham mais dificuldade para produzir do que para compreender a sua língua. E é justamente porque a disartria não compromete o conhecimento da língua que esse sintoma, desassociado de outros, não vai ser suficiente para se diagnosticar um paciente como alguém que seja portador de uma patologia da linguagem.

Neste texto, eu falei bastante de “doença da linguagem” explicando afasia e retomando os casos de Angeli, Bruce Willis e Herbert Vianna. Mas afasia, infelizmente, não é a única patologia da linguagem que pode acometer a população. Há um distúrbio conhecido como Transtorno do Desenvolvimento Linguístico (TDL) ou Déficit Especificamente Linguístico (DEL) que compromete exatamente e unicamente o conhecimento que as pessoas têm da língua, mas essa doença, como o próprio nome sugere, vai se manifestar desde a infância, quando as crianças começam a desenvolver o conhecimento de sua língua. Além disso, há ainda doenças que não comprometem apenas a linguagem, mas também afetam a comunicação dos pacientes. Esse é o caso, por exemplo, da Doença de Alzheimer.

Encerro dizendo que estudos sobre essas doenças e seus sintomas nos ajudam a entender bem mais do que é isso que estão noticiando que Angeli, Bruce Willis e Herbert Vianna têm ou tiveram. Estudos assim trazem contribuições importantes para os avanços de diferentes áreas da ciência. Eles têm impacto, por exemplo, no campo clínico, como no diagnóstico e tratamento adequado dessas patologias, e no campo teórico da linguística, como na própria concepção de coisas que tratei neste texto, como *categorias funcionais* e *movimento de constituintes*. Espero que eu tenha esclarecido um pouco o que seja uma *doença da linguagem* e espero, sobretudo, que a gente não seja jamais acometido por alguma delas, para seguir conversando sobre essas e quaisquer coisas que nos interessem. ;)

SAIBA MAIS

CALINDRO, A. R.; MARTINS, A. L.; RODRIGUES, F. C. *Sintaxe*. In: FRANÇA, A. I. (org). **Linguística para Fonoaudiologia**: interdisciplinaridade aplicada. São Paulo: Contexto, 2022.

IRMÃO de Herbert tem más notícias sobre ele. **Estadão**. 30 abr. 2001. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,irmao-de-herbert-tem-mas-noticias-sobre-ele,20010430p8350>. Acesso em: 30 abr. 2022.

NOVAES, C. **Viver sem linguagem**: linguagem, mente e cérebro. Curitiba: Appris, 2019.

PORTO, W. Angeli se aposenta das charges após afasia e encerra uma era dos quadrinhos. **Folha de S.Paulo**. Livros. 20 abr. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/04/angeli-se-despede-da-carreira-de-cartunista-e-encerra-uma-era-dos-quadrinhos-no-brasil.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 30 abr. 2022.

RIBEIRO, P. H. Bruce Willis se afasta da carreira de ator após ser diagnosticado com doença. **Omelete**. 30 mar. 2022. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/bruce-willis-afasia>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Texto original publicado em 09/05/2022



16

Marcus Maia

**FOCALIZANDO
E TOPICALIZANDO
NA LÍNGUA KARAJÁ:
BRINCANDO EPILINGUISTICAMENTE**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.16



Atividades de pesquisa linguística participativa com professores Karajá, na aldeia Hawalò, Araguaia

RESUMO:

Neste pequeno artigo, propomos uma atividade de reflexão epilinguística microestrutural como ponto de partida para considerações metalinguísticas macroestruturais, utilizando dados sobre construções declarativas, de foco e de tópico na língua Karajá. Os dados são inicialmente apresentados de modo mais convencional, com linhas de glosas interlineares e de tradução não literal e, em um segundo momento, na forma de mapas de fixação em que se apreciam leituras dessas construções por professores Karajá. Essas atividades foram desenvolvidas e aplicadas com a participação ativa dos professores Karajá, durante uma viagem a campo, e agora podem também ser compartilhadas como um exercício ativo de desenvolvimento do que a professora Yonne Leite costumava chamar de “cabeça de linguista”.

Em Maia (2010) e Maia et al. (2019), entre várias outras construções, analisam-se comparativamente frases de foco e de tópico na língua indígena Karajá. Esta língua é classificada como pertencente ao Tronco Macro-Jê, sendo falada por cerca de 4 mil pessoas na região da Ilha do Bananal (TO) e adjacências. Em fevereiro de 2019, visitei por três semanas a aldeia Karajá de Hawalò, localizada no Rio Araguaia, nas proximidades do município de São Félix do Araguaia (MT), tendo levado comigo o rastreador ocular portátil *Tobii Pro 120*²⁸. Nesta viagem de pesquisa de campo, conferi dados anteriormente obtidos, com vistas à preparação do livro *Línguas Indígenas e Gramática Universal*, que seria lançado alguns meses depois, neste mesmo ano. Tendo estado envolvido há muitos anos não só com a pesquisa linguística, mas também com a formação de professores indígenas, participei também da revisão da Gramática Pedagógica Karajá, durante a estada em campo, quando tive a oportunidade de interagir diariamente com professores Karajá da escola da aldeia. Não cheguei a aplicar experimentos psicolinguísticos de leitura plenamente desenvolvidos, durante este período, mas coletei exploratoriamente dados de leitura de frases, utilizando o rastreador ocular e os apresentei para discussão a alguns professores indígenas.

Neste pequeno artigo, compartilho alguns desses dados, propondo aos leitores um exercício de “pensar linguisticamente”, em uma atividade dita **epilinguística**, como a que realizei na aldeia com os professores Karajá, isto é, uma atividade que se realiza inicialmente com aderência plena aos dados, brincando com eles e não apenas os analisando com base em categorias metalinguísticas mais abrangentes, o que seria feito em um segundo momento, na aldeia. O linguista Carlos Franchi, em artigo de 2002 e, principalmente, em seu livro de 2006, *Mas o que é mesmo Gramática* propõe que essas atividades epilinguísticas mereceriam ser mais exploradas na educação linguística, em que costumam predominar as atividades metalinguísticas.

28

O rastreador ocular – *eye tracker* – é um equipamento que monitora o olhar em tarefas de inspeção visual de imagens ou de leitura (cf. Duchowski, 2007).

Antes de brincarmos com os dados microscópicos de rastreamento ocular, vejamos alguns exemplos de frases – declarativa, de foco e de tópico, em Karajá. Mas o que é tópico e foco? Se eu fizer aqui uma digressão para procurar caracterizar tais construções, deixaríamos a dimensão epilingüística e entraríamos logo na metalingüística... Então, passemos diretamente aos dados, pode ser?

1. Isè kua ijadoma-my robira hawa-ki.
mãe dela aquela moça-ACUS viu aldeia-em
"A mãe dela viu aquela moça na aldeia".
2. Kua ijadoma-my, isè tuu robira hawa-ki.
aquela moça-ACUS, mãe dela clítico-3 viu aldeia-em
"Aquele moça, a mãe dela a viu na aldeia".
3. Kua ijadoma-my dori isè robira hawa-ki.
Aquela moça-ACUS FOC mãe dela viu aldeia-em
"Foi aquela moça que a mãe dela viu na aldeia."

O nosso primeiro exercício epilingüístico consiste em observar e comparar essas três frases, procurando aprender o máximo possível sobre elas. Sugiro algumas perguntas metalingüísticas que, muito provavelmente, após você se aplicar epilingüisticamente, poderiam ser, ao menos preliminarmente, respondidas: como se diz "aquela", "moça", "mãe dela", "viu", "aldeia", na língua Karajá? O verbo é inicial, medial ou final nesta língua? Há preposições ou posposições? Tem caso na língua? Qual é a frase declarativa, a de tópico e a de foco, em Karajá? Que hipóteses e generalizações poderiam ser entretidas a partir desses dados sobre a topicalização e a focalização nesta língua?

Para tornar a brincadeira ainda mais interessante, vamos acrescentar mais um dado:

4. * Kua ijadoma-my, isè robira hawa-ki.
Aquele menina-ACUS sua mãe viu aldeia-em
"Aquele menina, sua mãe viu na aldeia."

Certamente, você conhece a metalinguagem do asterisco (*), na teoria gramatical, não é? Então, você sabe que o asterisco no dado (4) indica que essa frase não é bem formada na língua. Por que será? Continue sua brincadeira epilinguística e tente conjecturar porque ela seria malformada.

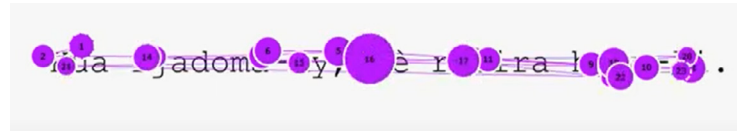
Finalmente, podemos apreciar como alguns professores da etnia Karajá leram essas frases, enquanto seu olhar era capturado pelo rastreador ocular. Os dados de rastreamento ocular são muito intuitivos e, ao meu ver, você não precisaria nem ter feito cursos de Psicolinguística ou de Sintaxe Experimental, como os que oferecemos no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ, para, ao menos, formar hipóteses iniciais sobre o que está se passando nas frases seguintes. Minha proposta epilinguística é que você dê *play* e *replay* nesses dados microscópicos e chegue a hipóteses e conclusões relevantes que dialoguem com as hipóteses preliminares entretidas da observação cuidadosa dos dados de (1) a (4). Observe comparativamente as leituras, com especial atenção para as fixações e refixações em certas áreas críticas das frases²⁹.

ua ijadoma-my, isè robira hawa-ki.

5. Tópico A

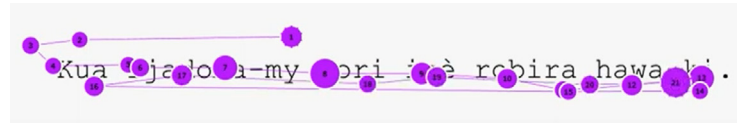
29

Os mapas de fixação dinâmicos e decalor das frases lidas nos dados 5, 6, 7 e 8 podem ser visualizados em: https://drive.google.com/drive/folders/1LKmX1p_qWobbCm_ELWs8mgBKRYyHnkUD?usp=sharing



6.

Tópico B



7.

Foco A



8.

Foco B

Eu não vou te “dar as respostas”, mas estou à disposição se você quiser me escrever para conversar. Naturalmente, você pode também desgrudar do *epi* e buscar o *meta*, seja nas referências abaixo, seja na literatura mais ampla. Aliás, acrescentei nas referências um texto que vai aparecer em breve na Revista Diacrítica, de Portugal, onde discorro sobre a utilização de dados qualitativos de rastreamento ocular em oficinas de leitura no ensino fundamental e em cursos de Sintaxe Gerativa e de Processamento de Frases na graduação e pós-graduação. Ambos os empreendimentos tomam o nível sentencial como o objeto apropriado a ser explorado metacognitivamente³⁰ no ensino de língua e de linguística, a fim de desenvolver a capacidade inata de formação científica e o conhecimento da linguagem. Nesses cursos, tenho utilizado metodologias ativas baseadas em resolução de problemas, com o objetivo de estimular a participação dos alunos. Nesse processo de educação pela inteligência,

30

Metacognição costuma ser definida como “pensar sobre o pensar”. Em Maia, Garcia e Fonseca (2019) discutimos o conceito em relação à educação.

certamente você estará desenvolvendo o que a Yonne Leite³¹, que foi minha orientadora, costumava chamar de “cabeça de linguista”:

Divirta-se!

SAIBA MAIS

DUCHOWSKI, A. T. **Eye Tracking Methodology Theory and Practice**. London: Springer, 2007.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. **Revista do GEL**, número especial, p. 37-74, 2002.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. *In*: FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo ‘gramática’?** São Paulo: Parábola, 2006.

MAIA, M. The structure of CP in Karaja. *In*: CAMACHO, J.; GUTIÉRREZ-BRAVO, R.; SÁNCHEZ, L. (org.). **Information Structure in Indigenous Languages of the Americas: Syntactic Approaches**. New York: Mouton De Gruyter, 2010. p. 185-208.

MAIA, M.; FRANCHETTO, B.; LEMLE, M.; VIEIRA, M.D. **Línguas Indígenas e Gramática Universal**. São Paulo: Contexto, 2019.

MAIA, M. A. R.; GARCIA, D. C. de ; FONSECA, M. Metacognição e Educação Linguística. *In*: MAIA, M. (org.). **Psicolinguística e Metacognição na Escola**. 1 ed. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2019, v. 1, p. 19-42.

MAIA, M. A. R. Eye Tracking Sentences in Language Education. **Diacrítica**, v. 36, p. 6-36, 2022.

Texto original publicado em 01/08/2022

31

C.f. https://pt.wikipedia.org/wiki/Yonne_de_Freitas_Leite



17

Clara Sousa da Silva

**ESSE BEM PODIA SER
UM TEXTO LEGAL
SOBRE LINGUÍSTICA**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98621.17](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98621.17)



RESUMO:

Durante a Iniciação Científica, fizemos um estudo sobre o item “bem” em um uso específico, pouco estudado e muito interessante. Neste texto, vamos refletir um pouco sobre ele, tentando também compreender melhor o português, a língua e a Linguística.

– Poxa, o Diogo podia bem levar os copos pra ajudar a gente – disse eu para Brendha, minha parceira de pesquisa, enquanto a gente subia as escadas da Faculdade de Letras, carregando caixas lotadas de coisas que levávamos para a festinha do nosso grupo de pesquisa.

Veja bem, Diogo, nosso orientador, é uma pessoa maravilhosa. Reclamar do Diogo? Longe de mim, longe de mim. Mas simplesmente eu e Brendha achávamos improvável que um professor universitário tão ocupado – a ponto de nunca conseguir sequer tempo pra responder nossas mensagens no *WhatsApp* logo depois de visualizar elas – fosse ter tempo de ajudar a gente a arrumar nossa festinha. Então ficamos nós, as duas sedentárias, sozinhas, lutando contra aquelas caixas pesadas e as infindas escadas da FL.

Mas você veio aqui pra saber das pesquisas (e não das festas) que nós, linguistas, fazemos, certo? Pois bem. Uma das pesquisas que nós, cientistas da linguagem (especificamente, eu, Brendha e Diogo) desenvolvemos é a respeito de uma construção que você viu na minha fala lá em cima. Percebe alguma coisa idiossincrática, quer dizer, peculiar, diferente, nessa frase?

Vou deixar o mistério de lado: nosso objeto de pesquisa é, sem muitas especificidades técnicas, esse “bem” que você viu. Te parece sem graça, trivial, até mesmo broxante? Bom, direito seu, mas pra gente não é. Isso porque a Linguística parte do princípio de que tudo o que falamos é manifestação de alguma regra, de algum sistema que a gente tem na nossa mente. Portanto, a principal função do linguista é, quando se deparar com algo “idiossincrático, peculiar, diferente”, falar “EPA, EPA!”, e tentar achar alguma razão pra aquilo acontecer daquele jeito, alguma regra pra aquele fenômeno, alguma sistematização pra aquele uso de uma determinada língua.

Mas, afinal, o que tem de tão “idiossincrático, peculiar, diferente” (Diogo diz que repetir as coisas faz a gente ser mais didático) nesse “bem”? Acho que, antes de mais nada, podemos lembrar dos

valores menos diferentes e mais reconhecidos que essa palavra tem, em outros contextos, como os de modo e de intensidade. Se eu digo “Eu dormi bem”, quero dizer que dormi de uma maneira boa, agradável, prazerosa. Se digo que “Esse jogo é bem legal”, quero dizer que ele é muito legal, intensamente legal. Outro valor bastante comum a essa palavra é o de precisão: “Meu carro está bem ali” significa que seu carro está exatamente naquele lugar apontado.

Mas será mesmo que algum desses valores se aplica a frases como “O Diogo podia bem levar os copos”? Será que o sentido veiculado aqui é o de modo, e que eu quis dizer que o Diogo poderia levar os copos de uma maneira agradável, saltitando pelos corredores da universidade? Será que o valor é de intensidade e eu quis dizer que ele poderia levar os copos intensamente para a festa, correndo para a nossa sala como se sua vida dependesse disso? Muito forçado, não é? Mais absurdo ainda seria pensar nesse item como veiculando valor de precisão – tão absurdo que sequer consigo pensar em um exemplo criativo pra te ajudar a visualizar o que quero dizer.

Pois bem. É aí que entra o mistério que move (e que dá emprego a) os linguistas: nenhum desses valores se aplica ao “bem” dessa frase, nem ao de frases como “Meu nariz bem sangrou hoje”, “Eu bem vendi o colar que a Natália gostou”, “Eu bem queria dormir no ônibus”, “Ela bem viu seu ex ontem na rua”..

(Nesse momento, você provavelmente está testando se cada uma dessas frases comportaria os sentidos de modo, intensidade ou precisão. Se você fez isso, PARABÉNS! Você acaba de fazer uma análise linguística!!!)

Ainda assim, falantes de português – pelo menos do português falado aqui no Rio de Janeiro – usam essa construção o tempo inteiro. Logo, (EPA, EPA!) deve haver algum outro sentido veiculado por ela que seja aquilo que a gente quer passar quando a usa. Mais do que isso, deve haver um único sentido, uma semântica central

(e não vários valores diferentes), já que se trata de uma mesma palavra, com uma mesma prosódia/entonação bem característica, usada geralmente nos mesmos lugares na frase (antes ou depois de um verbo). Então, qual é esse sentido? Algum palpite?

Nesse ponto, é importante ressaltar que a ciência não é algo por meio do qual temos acesso à verdade. Ela é apenas um método através de que criamos uma hipótese e podemos testar sua adequação ao mundo. Sendo assim, depois de muitas observações de dados e de inúmeros *insights*, a hipótese que eu, Brenda e Diogo levantamos é a de que essa palavra, nesse caso, veicula um valor de (rufem os tambores) contraexpectativa.

Vamos com calma. Podemos, nesse ponto, fazer alguns exercícios que os linguistas costumam fazer quando estão analisando um fenômeno: comparemos duas frases exatamente iguais, a não ser pela presença desse “bem”: por exemplo, “Eu vi um episódio de *Game of Thrones*” e “Eu bem vi um episódio de *Game of Thrones*”. Teoricamente, se você perceber alguma diferença semântica entre as duas frases, podemos atribuir essa diferença ao “bem”, já que ele é a única coisa diferente entre elas – assim, chegaríamos, teoricamente, ao valor que ele veicula aqui. Naturalmente, como não estamos trabalhando exatamente com uma ciência exata, deve haver algumas diferenças de interpretação de pessoa para pessoa. Mas veja se você concorda comigo: a frase com “bem” não parece ser mais bem-sucedida se estivermos em um contexto em que a pessoa não via a série antes e agora está contando uma novidade para seu amigo? Do mesmo modo, pegue a seguinte frase: “Meu nariz bem sangrou hoje”. Você não acha que ela soaria muito estranha se fosse dita por uma pessoa que você conhece e que você sabe que tem uma condição médica extraordinária que a faz sangrar o nariz todos os dias, naturalmente? Ainda, uma frase como “Eu bem respiro”, em que atestamos uma coisa extremamente óbvia, não parece absolutamente péssima?

Ou seja, de maneira geral, esse item parece sempre ser usado para designar uma situação improvável, surpreendente, nova, diferente – em outras palavras, situações que vão contra alguma expectativa que construímos a respeito de como o mundo vai se apresentar pra gente. Portanto, lembra da historinha que eu contei no início desse texto? Eu disse que eu julgava improvável que algo que eu apreciaria bastante (a ajuda do Diogo) fosse acontecer – já que ele sempre estava muito ocupado. Assim, faz todo sentido que eu tenha usado esse “bem” pra veicular essa improbabilidade, essa falta de expectativa de que meu orientador fosse, de fato, poder levar os copos para a festa.

Como estou chegando no final do meu texto e como minha função aqui é fazer divulgação científica da área da linguística, quero justificar o porquê de nós estudarmos com tanto afinco e durante tanto tempo um fenômeno como esse (eu, por exemplo, estou encarando “bens” todos os dias da minha vida há quase três anos). Ocorre que aqui eu apresentei apenas as flores do nosso trabalho – na realidade, os obstáculos são inúmeros. Nem sempre os dados confirmam nossa hipótese: veja por exemplo a frase dita pelo meu noivo “Você bem podia fazer um carinho em mim”. Ela não vai contra tudo o que dissemos? Afinal, existe coisa mais óbvia de ser atestada do que a possibilidade que eu tenho de fazer um carinho em outro ser humano? Como eu posso dizer que ela veicula uma noção de quebra de expectativa?

São muitos outros os obstáculos e, como eu disse, essa é a nossa tarefa: quando a língua nos parece sem regra, sem sistematização, aleatória, maluca; a gente engole a vontade de jogar tudo pro alto e lembra que um século de pesquisas na área já mostrou que isso não é verdade. Não existe nada no sistema linguístico humano que possa ser considerado errado, um desvio, incorreto, porque isso é um paradoxo: a linguagem é, por excelência, um sistema de regras. Imagina se, quando alguém dissesse algo como “Ei, eu bem vi seu ex-namorado no shopping!”, essa pessoa estivesse

“falando errado português” porque esse “bem” não veicula ideia de modo, intensidade ou precisão (ou por qualquer outro motivo)? Uma loucura, né? Mas esse tipo de avaliação negativa é feita por diversas pessoas a respeito de diversas outras formas linguísticas todos os dias – e, sim, é tão louco quanto.

Então, fica o convite para o leitor perceber que não tem nada mais divertido, misterioso e emocionante do que mergulhar (olha que metáfora maravilhosa!) na capacidade linguística humana e descobrir um mundo de sistemáticas idiossincrasias. Caso ele queira dar esse tchibum (olha ela de novo!), deixo alguns conteúdos abaixo que contemplam a linguagem como um objeto científico, como um sistema, como uma manifestação das mais fascinantes profundezas da nossa mente.

A gente bem queria que todo mundo pudesse enxergar a língua desse jeito. Pra hoje, improvável. Mas quem sabe logo logo.

SAIBA MAIS

PINHEIRO, D. Nossa churrasqueira se chama Rose – e o que você tem a ver com isso. **Língua Franca**. Relativismo linguístico. 17 jul. 2018. Disponível em: <https://linguafranca.blog/2018/07/17/minha-churrasqueira-se-chama-rose-e-o-que-isso-tem-a-ver-com-linguagem/>. Acesso em: 20 dez. 2020

SOUZA, A. “Isso é um assalto”: as metáforas da vida cotidiana. **Cognado**. 5 maio 2011. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/cognando2/2011/05/05/isso-e-um-assalto-as-metaforas-da-vida-cotidiana/>. Acesso em: 20 dez. 2020

Texto original publicado em 21/12/2020



18

Diogo Pinheiro

**LINGUAGEM NÃO É (SÓ)
SOBRE COMUNICAÇÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98621.18



GALHARDO, Caco. Chico Bacon Pizzaiolo. Blog do Galhardo.

Há algumas semanas, eu resolvi passear pelos blogs da Superinteressante. O objetivo era aprender a falar sobre ciência de um jeito simples e claro, sem os vícios da linguagem acadêmica. Saiu melhor do que encomenda: não apenas tive uma aula de jornalismo científico como me deparei com um texto que serviu de inspiração para este post.

O texto em questão se chama *Sobre estrangeirismos inúteis*, e foi publicado no Blog do Alexandre Versignassi em fevereiro de 2017. Antes que você reclame, eu sei que o post é velho. Se serve de consolo, o tema é muito mais: queixas contra “estrangeirismos inúteis” circulam entre nós desde 1923, quando um cardeal português publicou um glossário de termos franceses que estariam se instalando feito posseiros no coração da língua portuguesa. Para ele, muitas dessas palavras eram “estrangeirismos inúteis”. E, como tais, poderiam macular a “formosura da nossa linguagem” (o que quer que isso signifique).

Se no início do século XX a preocupação era com as palavras francesas, os puristas do século XXI apontam sua artilharia para os empréstimos do inglês. E o Alexandre Versignassi não é exceção: no seu post contra “estrangeirismos inúteis”, ele reclama da maneira como muita gente, por influência do inglês, estaria abusando da palavra “sobre”.

O que motivou o desabafo dele foi o modo como a imprensa traduziu o discurso da Emma Watson na cerimônia do Oscar (sim, de 2017).

A atriz disse "*Feminism is about freedom*", e o povo traduziu como "Feminismo é sobre liberdade". Para muita gente, passou batido. Para o Versignassi, incomodou.

Se você está entre os que não estranharam, aqui vai a explicação. Acontece que o "sobre" do português e o "about" do inglês não são (ou não eram?) exatamente sinônimos. Olhando de perto, dá para notar que o nosso "sobre" tem uma mania: ele só aceita ser associado a coisas que tenham um assunto, como livros, filmes e blogs. Por isso, dá para dizer que "este blog / livro / filme é sobre linguagem". Com isso, estamos dizendo que o *assunto* do blog – ou do livro, ou do filme – é a linguagem.

Já o "about" é uma preposição mais saidinha. Além de se dar bem com coisas que tenham um assunto (como livros, filmes e blogs), ela ainda dá *match* (ops) com palavras como "life" ("vida"), "success" ("sucesso") e "feminism" ("feminismo"), cujo significado não tem nada a ver com a ideia de assunto. Confere só: "*Life is about being happy*" (algo como "O sentido da vida é a felicidade"), "*Success is not about never failing*" ("Ter sucesso não é acertar sempre", em tradução mega livre) e "*Feminism is about freedom*" ("A questão central do feminismo é a liberdade").

Resumo da ópera: o "about" vai bem com um amplo leque de parceiros, enquanto o "sobre" só se relaciona com palavras que remetem à ideia de *assunto*. Por isso, quando alguém manda um "Feminismo é sobre liberdade", pode acabar machucando ouvidos mais sensíveis.

Mas como é que uma coisa assim – uma palavra de duas sílabas sendo usada de um jeito diferente – machuca tanto? Por que, exatamente, isso incomoda? Segundo o Versignassi, incomoda porque é inútil. O português, diz ele, já tem a expressão "dizer respeito a", que traduziria perfeitamente o "about" nos contextos em que o "sobre" não funciona. Por isso, em vez de escrever "Feminismo é

sobre liberdade”, os colegas jornalistas deveriam ter escrito “Feminismo diz respeito a liberdade”.

Há dois problemas com esse argumento. O primeiro é que... pô, sério? “Feminismo diz respeito a liberdade”?! Sobre isso, o que eu posso dizer é o seguinte: para mim – e para todos os não-linguistas que eu consultei – essa frase definitivamente não soa natural. Simplesmente não é uma maneira convencional em português de dizer que “a principal questão suscitada pelo movimento feminista é a liberdade”. Se eu estiver certo, então o português realmente não tem (ou não tinha) uma forma concisa de expressar essa ideia. E, desse ponto de vista, importar do inglês esse uso do “about”, e incorporá-lo às possibilidades do “sobre”, não é tão inútil assim.

Um equívoco semelhante é cometido quando o Versignassi comenta o caso de “eventualmente”. Para ele, quem diz “Eventualmente, eu terminei meu TCC” está macaqueando desnecessariamente um uso do inglês (*“Eventually, I finished my dissertation”*), quando o correto seria dizer “Finalmente, eu terminei meu TCC”. A lógica dele parece ser a seguinte: nós não precisamos importar do inglês um novo sentido para a palavra “eventualmente” porque, afinal de contas, já temos o bom e velho “finalmente”.

Faz todo sentido – só que não. Do mesmo jeito que “dizer respeito a” não equivale a “about”, “finalmente” não equivale a “eventually”. E onde está a diferença? Bem aqui: o “finalmente”, mas não o “eventually”, dá a entender que a ação sobre a qual se fala já *deveria ter acontecido* antes. Em português claro: se você diz “Eu finalmente limpei meu all-star branco”, está sugerindo que o tênis estava imundo há tempos, e que só depois de muita enrolação você tomou vergonha na cara e decidiu limpá-lo.

Já o “eventually” não tem nada disso. Tanto que dá para usar essa palavra em frases no futuro, como em “*He will understand eventually*”. Nesse caso, é impossível traduzir como “Ele vai entender

finalmente” – uma tradução bem mais apropriada seria algo como “Ele vai acabar entendendo”. Moral da história: “finalmente” não equivale a “eventually”, do mesmo jeito que “dizer respeito a” não equivale a “about”.

Mas esse nem é o ponto principal. Muitas vezes, a palavra importada (ou o uso importado) realmente expressa a mesma ideia já veiculada por algum termo da língua importadora. Estes seriam os “estrangeirismos inúteis”, contra os quais o Versignassi se rebela. E o português está, sim, repleto deles. Um exemplo: quando surgiu a palavra “táxi”, já existia a expressão “carro de praça”. Outro: quando os portugueses começaram, por influência do francês, a usar o verbo “atacar” em expressões como “atacar os inimigos”, não foi porque faltasse a eles a opção de dizer “combater os inimigos”.

Por que, então, os brasileiros do século passado importaram esses “estrangeirismos inúteis”? A resposta tem a ver com uma aula que muita gente teve no Ensino Fundamental: a aula sobre denotação e conotação. Se você estava dormindo nessa hora, segue um resumo ilustrativo: as palavras “fezes” e “merda” têm a mesma denotação (referem-se aos mesmos, por assim dizer, objetos), mas conotações bem diferentes (uma é técnica, a outra é chula). Se a linguagem fosse só sobre comunicação, a conotação nem deveria existir – afinal, palavras com conotações distintas podem comunicar a mesma coisa. Mas não é assim que funciona: a linguagem também serve para conotar.

Mas o Alexandre Versignassi sabe disso. Tanto que ele arrisca, no post, uma explicação alternativa para o uso do “sobre” importado. Para ele, quem fala assim só quer “exibir a própria anglofilia”. Faz sentido: embora o comentário tenha um quê de petulância elitista (“gostar dos Estados Unidos é meio ridículo, e ficar ostentando isso só faz você pagar mico”), a lição que ele transmite é fundamentalmente verdadeira: nós escolhemos, estrategicamente, o modo como vamos falar tendo em vista a maneira como queremos ser vistos.

Mas peralá. Se o “sobre” importado serve para construir uma imagem de pessoa *cool* (ou brega, dependendo do seu ponto de vista), então não dá para dizer que ele não tem utilidade. Você pode até não concordar com os objetivos de quem fala assim (“que cafona ficar querendo parecer americano”), mas não dá para negar que esse jeito de falar serve a um fim bem específico.

É provavelmente por isso que o Versignassi oferece uma segunda justificativa para a sua resistência. Se esse “sobre” não é inútil, ele parece dizer, então no mínimo é um obstáculo à comunicação eficiente (e, por uma razão ou por outra, deveria ser banido para todo o sempre do sistema solar). Bom, não existe jeito fácil de dizer isso, então vou ser direto: não estou ciente de nenhum grão de evidência em favor da hipótese de que o “sobre anglófilo” dificulta a comunicação.

Este é um ponto importante. O Versignassi garante que enunciados com o “sobre” importado “mal fazem sentido na nossa língua”. Ao mesmo tempo, ele dá a entender que a versão com “diz respeito a” é perfeitamente compreensível. Do ponto de vista científico, o que ele está propondo é uma coisa ótima: uma hipótese clara, direta, sem qualquer ambiguidade e facilmente testável. A hipótese – segundo a qual brasileiros entenderão mais facilmente “Feminismo diz respeito a liberdade” do que “Feminismo é sobre liberdade” – é ousada e interessante, mas, enquanto não for testada (e mesmo depois disso!), deve ser tratada como o que ela é: uma hipótese, e não uma certeza. Afinal, ciência é sobre colocar nossas certezas à prova o tempo todo – e o Versignassi, que gostou de *Sapiens* tanto quanto eu, sabe bem disso.

Como eu não resisto à curiosidade científica, decidi fazer um experimento informal. Perguntei a três brasileiros que não sabem inglês qual era, na opinião deles, o significado da frase “Feminismo é sobre liberdade”. Depois, analisei as respostas dadas para verificar se eram uma descrição correta do significado de “*Feminism is about freedom*”. Resultado: todas as três respostas revelavam uma compreensão adequada da frase em português. Moral da história:

mesmo lendo uma frase isolada, pessoas que não falam inglês não tiveram dificuldade em entender o significado do “sobre anglófilo”.

Se a gente pensar bem, não tem como ser diferente. A história de todas as línguas está repleta de casos – sem qualquer relação com estrangeirismos – em que uma palavra velha ganha um sentido novo. No português, por exemplo, o “logo” existiu por muito tempo com o sentido de “em breve” (“Venha logo”) para, só no século XVII, ganhar o sentido de “portanto” (“Penso, logo existo”). E o que dizer do “mal”, que um dia significou apenas “de modo ruim” (“Eu canto mal”) e depois ganhou o sentido de “assim que” (“Mal eu começo a cantar, todo mundo sai correndo”)? Nesses dois casos, aconteceu no passado o que estamos vendo agora acontecer com o “sobre”: o desenvolvimento de usos novos para palavras velhas. E não consta que em qualquer uma dessas situações as pessoas tenham ficado particularmente confusas – ou esses usos novos não teriam se estabelecido na língua.

Mesmo no universo dos estrangeirismos modernos, o caso de “sobre” não é o único em que uma expressão do português vem sendo adaptada para novos fins por influência do inglês. Um exemplo ainda mais legal é a expressão “Não é como se X”. Considere o “X” aqui como uma variável, que pode ser substituída por praticamente qualquer frase. Por exemplo: “Não é como se nós fôssemos melhores amigos”, ou “Não é como se eu não pudesse pagar nem um cafezinho”.

Se você apurar os ouvidos, vai ver que, em alguns círculos sociais, essa expressão tem sido usada assim, com o sentido de “A avaliação corrente sobre uma determinada situação é exagerada”. Evidentemente, essa exata sequência de palavras (Não + é + como + se) já existia antes no português, mas esse modo específico de empregá-la é uma cortesia da língua inglesa para você (por exemplo, “*It’s not like we are best friends*”).

Uma cortesia, aliás, que a equipe da Superinteressante tem aceitado de bom grado. Se você fizer uma busca por “Não é como se” no site da revista, vai encontrar um punhado de frases com o “Não é como se” anglófilo. São coisas como “Não é como se um experimento de laboratório fosse resolver os desafios da paternidade” e “Não é como se os pequenos humanos já deixassem o berço sabendo fazer tabuada”. E não é como se os leitores da Super tivessem qualquer dificuldade para interpretar.

No fim das contas, o post do Alexandre Versignassi se resume a dois argumentos que não se sustentam: não, não é verdade que o “sobre” importado seja inútil e não, não é verdade que ele dificulte a comunicação. A rigor, portanto, os estrangeirismos não fazem mal a ninguém – por isso, é tão difícil entender por que tanta gente boa, e não só o Alexandre Versignassi, parece ter aversão a eles.

A resposta, muito provavelmente, é que se trata de uma repulsa instintiva – e não de uma rejeição racional. Até certo ponto, isso é profundamente humano: faz parte de um modo de raciocínio rápido, reflexo e inconsciente que nos leva a julgar as coisas, pessoas e palavras sem a necessidade – e a lentidão – do escrutínio racional.

Mas também é profundamente humano colocar esse sistema sob suspeita. Afinal, esse tipo de rejeição – que julga primeiro e inventa argumentos *a posteriori*, só para justificar uma condenação prévia – frequentemente leva a conclusões erradas. Por isso, nós deveríamos refletir com calma e autocrítica sobre nossas aversões instintivas – e, se for o caso, admitir que elas não têm qualquer fundamento racional. Se fizermos isso com os estrangeirismos, vamos concluir que não há razão nenhuma para ter medo deles.

SAIBA MAIS

DAMULAKIS, G. N. Como escrevemos e pronunciamos palavras emprestadas no português brasileiro? **Roseta**. v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <http://www.roseta.org.br/2020/12/02/como-escrevemos-e-pronunciamos-palavras-emprestadas-no-portugues-brasileiro/>. Acesso em: 11/09/2023

FARACO, C. A. **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

VERSIGNASSI, A. Sobre estrangeirismos inúteis. **Superinteressante**. 6 mar. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/alexandre-versignassi/sobre-estrangeirismos-inuteis>. Acesso em: 11/09/2023

Texto original publicado em 14/12/2020



19

Diogo Pinheiro

**DELEGACIAS DE MULHERES
SÃO ACOLHEDORAS PARA
MULHERES. SÓ QUE NÃO.**



Talvez você conheça a história: em 30 de dezembro de 1976, o empresário paulista Doca Street assassinou sua mulher Ângela Diniz com três tiros no rosto e um na nuca. No primeiro julgamento, Doca, assassino confesso, foi condenado a apenas dois anos de prisão. A pena ridícula foi assegurada por um argumento medieval: o de que o crime teria sido cometido em “legítima defesa da honra”. Depois de uma forte mobilização popular, Doca foi levado a um segundo julgamento – quando então acabou condenado a 15 anos de prisão.

O que menos gente sabe é que a indignação causada por esse caso continuou dando frutos por muito tempo. E uma das suas consequências mais visíveis foi a criação das Delegacias de Mulheres (DMs).

Por trás dessa iniciativa, estava uma premissa simples: policiais quase sempre são homens, e homens tendem a tomar partido de outros homens. Na prática, o que isso significa é o seguinte: quando mulheres denunciam situações de violência doméstica, policiais homens costumam ter facilidade para “entender o lado”

dos agressores – ao mesmo tempo em que tendem a minimizar o sofrimento das vítimas. Foi daí que veio a ideia: e se nós criássemos delegacias exclusivamente femininas? Nesse lugar, mulheres vítimas de violências doméstica seriam de fato escutadas e acolhidas, e as chances de punição aos agressores seriam maiores.

Legal. Mas onde quer que alguém tenha uma ideia aparentemente brilhante, haverá um cientista para se perguntar: essa ideia faz sentido *mesmo*? Por mais que o *insight* pareça razoável, será que ele funciona no mundo real? E assim nasce a pesquisa científica.

A PESQUISA

Muito bem: em um estudo publicado em 2008, a linguista brasileira Ana Cristina Ostermann, da Unisinos, se propôs a descobrir se, no caso das DMs, a teoria anda de mãos dadas com a prática³². Para isso, ela visitou duas instituições onde mulheres vítimas de violência doméstica podem denunciar seus companheiros: uma Delegacia da Mulher e um centro feminista de intervenção na violência contra a mulher, conhecido como CIV. Nos dois locais, quem recebe as vítimas e registra os relatos são mulheres. Suas formações, no entanto, são diferentes: enquanto, nas DMs, essas mulheres são sempre policiais, nos CIVs elas vêm de áreas diversas – como, por exemplo, psicologia e antropologia.

(Antes de prosseguimos, uma ressalva: aqui, sempre que eu falar sobre “mulheres” – e também sobre “homens”, como vai

32 Uma nota triste: apesar da qualidade e da relevância de estudos como o que vou apresentar neste texto, a Unisinos fechou, em 2021, o seu Programa de Pós-Graduação em Linguística (além de muitos outros Programas de Pós-Graduação), na prática encerrando de maneira abrupta dezenas de pesquisas em andamento. Este texto foi escrito antes da divulgação dessa notícia, mas torço para que funcione como uma maneira de reforçar o absurdo dessa decisão.

acontecer mais adiante – estarei me referindo a um gênero social, não a uma categoria biológica. Ou seja: *é mulher* quem se identifica como mulher e/ou é visto socialmente como mulher, e *é homem* quem se identifica como homem e/ou é visto socialmente como homem. Atributos biológicos existem, é claro, mas não são eles que definem o pertencimento de uma pessoa ao grupo das mulheres ou dos homens. Pronto, podemos seguir.)

Na prática, o trabalho da Ana Cristina Ostermann consistiu em analisar as transcrições de 26 relatos de violência doméstica feitos nessas instituições – 13 na DM e 13 no CIV. Ao fazer essa análise, o que ela estava buscando eram *padrões conversacionais* – isto é, formas de conduzir a conversa que fossem típicas de cada local. No fundo, o que ela queria era responder a seguinte pergunta: será que as profissionais do CIV dialogam com as vítimas da mesma maneira que as delegadas da DM? Ou será que o tipo de interação que uma mulher encontra num CIV é fundamentalmente diferente daquele encontrado numa DM?

Para descobrir a resposta, a Ana Cristina Ostermann analisou a maneira como as profissionais de cada instituição reagem diante da fala das vítimas. Lendo os 26 depoimentos, ela identificou quatro reações possíveis: o *emprego de continuadores*, o *silêncio*, as *respostas relacionadas à fala da vítima* e as *respostas com mudança de assunto*. Vamos entender melhor cada uma delas:

> **Continuadores:** são partículas como *mmm*, *uh* ou *ahã*, usadas quando a vítima dá a entender que já encerrou sua fala e, apesar disso, a profissional não quer tomar a palavra – nessa situação, as partículas funcionam como um modo de dizer “estou acompanhando, prossiga”.

> **Silêncio (ou ausência de resposta):** corresponde aos casos em que a vítima dá a entender que já encerrou sua fala e, mesmo assim, a profissional não toma a palavra – o que leva a vítima a retomar o fôlego e continuar falando.

> **Respostas relacionadas à fala da vítima:** correspondem aos casos em que as profissionais tomam a palavra e fazem alguma observação diretamente relacionada ao assunto sobre o qual a vítima estava falando.

> **Respostas com mudança de assunto:** correspondem aos casos em que as profissionais tomam a palavra e fazem alguma observação sobre um assunto que diverge fortemente daquele sobre o qual a vítima estava falando.

Note que esses quatro tipos de reações podem ser agrupados em duas categorias: os dois primeiros são reações possíveis quando a profissional *se recusa* a tomar a palavra; os dois últimos são reações que acontecem quando a profissional *toma* a palavra. Comparando-os dois a dois, você pode notar que há sempre uma reação mais empática e uma, por assim dizer, mais antipática. No primeiro par, soltar uma interjeição do tipo “ahã” parece bem mais simpático do que ficar encarando a vítima, que já não tem mais nada a dizer, em absoluto silêncio. No segundo par, fazer uma observação sobre o tema que estava em pauta é, certamente, mais agradável do que mudar abruptamente de assunto. Assim:

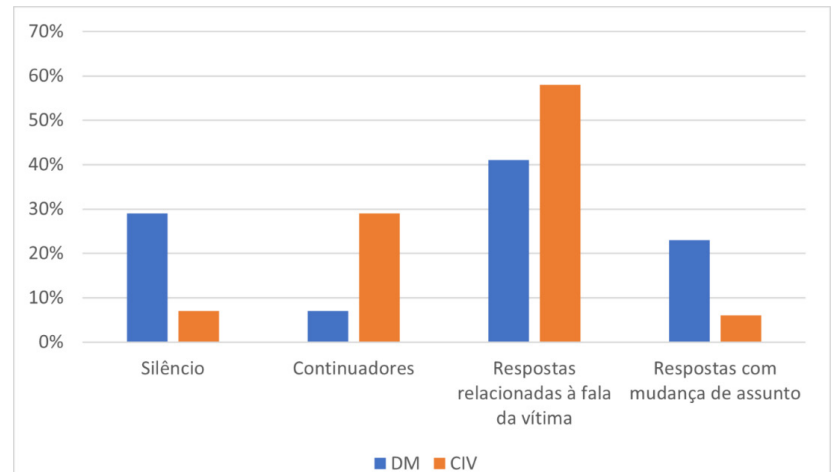
Quadro 1 – Classificação dos tipos de comportamento diante da fala das vítimas

	COMPORTEAMENTO EMPÁTICO	COMPORTEAMENTO HOSTIL
Quando a profissional não toma a palavra	Continuadores	Silêncio
Quando a profissional toma a palavra	Respostas relacionadas à fala da vítima	Respostas com mudança de assunto

Fonte: elaboração do autor, 2022

E o que a Ana Cristina Ostermann encontrou? Isto aqui:

Gráfico 1 – Frequência dos tipos de comportamento por instituição



Fonte: adaptação do autor, 2022, a partir de Ostermann (2008)

Como você pode ver, nossos dois pares de reações estão, em alguma medida, espelhados. No grupo das reações em que a profissional *se recusa a tomar a palavra*, há mais silêncios na DM do que no CIV – e, inversamente, mais continuadores no CIV do que na DM. No grupo das reações em que a profissional *toma a palavra para si*, há mais respostas relacionadas à fala da vítima no CIV do que na DM – e, inversamente, mais respostas com mudança de assunto na DM do que no CIV.

A conclusão, você já deve ter adivinhado: para as vítimas, denunciar um caso de violência é mais fácil no CIV do que na DM. Nas palavras da própria Ana Cristina Ostermann, os diálogos do CIV “parecem tender para um maior grau de solidariedade” (p. 253). Na DM, por outro lado, os encontros são “menos cooperativos” (p. 253), e o comportamento das policiais revela “falta de interesse nas contribuições feitas pela vítima” (p. 253).

Mas pera: o grande argumento para a criação das DMs não era a ideia de que as vítimas seriam mais bem atendidas se as policiais

fossem mulheres? Pois é. Tudo indica que, em algum momento, o plano descarrilhou: o fato de serem atendidas por mulheres não livra as vítimas de violência doméstica de silêncios constrangedores e descaso com seus relatos. Tudo isso num momento em que elas estão particularmente fragilizadas.

Mas por que isso? Afinal, as profissionais que atuam nas DMs, justamente por serem mulheres, não deveriam ser capazes de se colocar no lugar daquelas vítimas? Não deveriam sentir empatia?

É aí que mora o problema: se é verdade que essas policiais são mulheres, também é verdade que essas mulheres são policiais. Ser policial também é, em outras palavras, parte da sua identidade – e uma parte que aflora, não surpreendentemente, quando elas estão no seu horário e local de trabalho. Naquele momento, portanto, elas se comportam como boas policiais – o que significa, na prática, controlar a narrativa das vítimas e zelar por uma atitude fria e distanciada, bem pouco empática.

Pois é. Olhando por esse lado, a explicação parece óbvia. Tão óbvia que dá até para pensar: onde nós estávamos com a cabeça quando imaginamos que, só por serem mulheres, essas profissionais demonstrariam *automaticamente* empatia e solidariedade? Resposta: estávamos com a cabeça na nossa concepção tradicional de gênero, segundo a qual uma pessoa é homem ou é mulher. Esse estudo demonstra claramente que isso não é verdade. O “comportamento feminino” é um recurso que as pessoas (homens e mulheres) podem sacar da cartola *em situações específicas*, quando lhes convém. Ou seja: faz mais sentido dizer que as pessoas *agem de acordo com estereótipos de masculinidade ou de feminilidade*, em contextos particulares, do que supor que *ser homem* ou *ser mulher* defina irrevogavelmente o modo como elas se comportam.

E, no fundo, tudo é assim. Nós estamos acostumados a pensar que homens são de Marte, mulheres são de Vênus, jovens são

descolados e cariocas não gostam de sinal fechado. Mas fica mais fácil entender o mundo se imaginarmos que esses comportamentos são recursos que as pessoas adotam para se apresentar socialmente – roupas identitárias que elas vestem e das quais podem se desfazer, a depender da ocasião. Sem dúvida, as policiais das DMs são capazes de demonstrar solidariedade e empatia. Mas tendem a evitar esse comportamento quando estão vestidas – literal e metaforicamente – de policiais.

Tudo isso significa que as DMs não servem para nada? Não. De jeito nenhum. Em hipótese alguma. Até porque, para começo de conversa, o estudo da Ana Cristina Ostermann não comparou DMs a delegacias comuns, lideradas por delegados. Então, por mais que a atitude das policiais não tenha sido propriamente acolhedora, é possível que o comportamento dos homens seja ainda pior. Além disso, o estudo focalizou apenas uma DM e um CIV; então, por mais que isso soe improvável, não dá para descartar a hipótese de que ele reflita a realidade de uma delegacia particularmente ruim (porque hostil às vítimas) e um CIV particularmente bom (porque empático com as vítimas).

Seja como for, essa análise no mínimo coloca uma pulga atrás da nossa orelha. Ela mostra que não existe uma relação natural entre ser mulher e demonstrar empatia: as profissionais das DMs precisam *aprender* a agir de forma acolhedora. E, claro, isso não vale apenas para policiais: você provavelmente já se deparou com um médico hostil, um chefe passivo-agressivo, um professor tóxico. A boa notícia é que, quando os padrões conversacionais dessas pessoas são escrutinados de forma objetiva, eles ficam visíveis a olho nu – e esse é o primeiro passo para modificá-los.

SAIBA MAIS

1. **O artigo original da Ana Cristina Ostermann** – É a indicação óbvia, já que serviu de base para este post. Pode ser encontrado, de graça, neste endereço: <https://atheneadigital.net/article/view/n14-ostermann>
2. **Livros da Deborah Tannen (infelizmente, só em inglês)** – A linguista norte-americana Deborah Tannen tem vários livros sobre padrões conversacionais, e alguns deles viraram best-sellers nos EUA. Duas obras bastante conhecidas são *You just don't understand* e *That's not what I meant*. Mas uma busca no Google rapidamente revelará outras.
3. **Série *Mindhunter*** – É da Netflix, é uma série policial e é sobre linguística (ou, mais propriamente, microssociologia). Na série, uma das personagens lê um livro do Erving Goffmann, sociólogo norte-americano e um dos grandes arquitetos da ideia de que a nossa identidade é uma encenação social. Mas o livro não é mero coadjuvante: as ideias do Goffmann se materializam nas entrevistas que os protagonistas da série fazem com *serial-killers*.

OSTERMANN, A. C. Conversation Analysis as an approach for the study of language and gender: The case of services for female victims of violence in Brazil. Athenea Digital.

Revista de Pensamiento e Investigación Social, n. 14, sp.245, 2008. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/n14-ostermann>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Texto original publicado em 08/08/2022



20

Gean Damulakis

LÍNGUAS AMEAÇADAS:
DIVERSIDADE LINGUÍSTICA EM PERIGO

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98621.20](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98621.20)



RESUMO:

O Brasil tem um alto número de línguas ameaçadas de extinção. Nesse texto, fazemos a comparação desse número com os números de línguas na mesma situação em outros países.

Apesar de muitos pensarem e afirmarem que o Brasil é monolíngue, o país conta com uma das maiores diversidades linguísticas do planeta. Estima-se que por volta de 180 línguas indígenas sejam faladas no Brasil, número que pode variar, de acordo com critérios adotados; podemos acrescentar, a esse patrimônio, as línguas de sinais (sendo a Libras a mais falada entre elas) e as cerca de 50 línguas de imigração, que ajudam a compor essa multiplicidade linguística. Entretanto não seria alarmista dizer que a maior parte de dessas línguas está sob ameaça de extinção.

Se compararmos os números atuais com as estimativas de quantas línguas indígenas existiam antes da colonização europeia, poderemos ter uma noção da perda linguística que esse processo impôs ao território que chamamos hoje de Brasil, como, em verdade, aconteceu em todo o continente americano. O violento processo colonizador teve como consequência a dizimação de muitos dos povos e, conseqüentemente, de suas línguas. Além disso, houve um forte processo de substituição das línguas ancestrais pela língua nacional. Segundo algumas estimativas (Rodrigues, 2005), é possível apontar para a existência de cerca de 1.200 antes da chegada dos primeiros portugueses ao Brasil. Se essa estimativa estiver correta, teríamos uma sombria média de cerca de 200 línguas desaparecidas para cada século a partir de 1500.

MAS O QUE É UMA LÍNGUA AMEAÇADA?

Falamos de “língua ameaçada” (ou “ameaçada de extinção” ou “em perigo”) para nos referirmos a línguas que estejam sob risco de desaparecimento. Uma língua é considerada extinta quando não mais se encontram falantes nativos que a usem. A língua pode se extinguir por conta do extermínio do povo que a fala ou pelo abandono gradativo dela por parte de seus falantes nativos, em processos

de substituição linguística. Dessa forma, uma língua pode desaparecer mesmo que o povo que a falava sobreviva. Atualmente existem vários grupos indígenas que são monolíngues em português, por exemplo. Para termos uma ideia, há apenas uma língua ainda falada na Região Nordeste do Brasil (desconsiderado o Maranhão, que integra a Amazônia Legal), o Yathê (do povo Fulni-ô), muito embora nessa região haja vários grupos indígenas, como pode ser visto no mapa acima, com dados do Censo de 2010 (IBGE), etnicamente distintos, alguns com terras demarcadas e outros que ainda lutam pelo reconhecimento de sua identidade e pela demarcação de suas terras. Boa parte desses povos se empenha em processos de retomada da língua ancestral. Apesar de muitos esforços terem sido dados nessa direção, o processo de retomada não é muito simples, e muito mais complexo do que o estabelecimento de políticas de manutenção das línguas atualmente faladas.

A perda da língua é sempre fruto de violência, seja ela física ou simbólica. Guerras, escravidão e doenças levaram ao extermínio de vários povos, com suas línguas e culturas. Em relação às línguas indígenas ainda faladas no Brasil, em muitos lugares, essas línguas e seus falantes, além de sofrerem com constantes invasões de suas terras, costumam ser discriminados. Muitos afirmam, equivocadamente, que os indígenas falam "dialetos" ou "gíria". Certa vez, em um povoado ribeirinho, em Eirunepé (AM), uma moradora (não indígena) me disse que seu marido sabia "cortar uma gíria" como poucos, querendo dizer que seu marido falava certa língua indígena com relativa fluência.

A pesquisa sobre línguas indígenas ajuda fortemente para o registro e a manutenção dessas línguas. De todo modo, vale dizer que registros (teses, trabalhos, gravações etc.) de qualquer tipo não tornam menos lastimável a perda de uma língua, não torna menos lamentável o fato de uma língua deixar de ser meio de expressão de pensamentos, valores e história de grupos humanos. Dessa forma, a manutenção das línguas deve ser o grande primado que guia as

pesquisas científicas com esses povos, que, por sua vez, podem orientar a elaboração de políticas públicas. Dessa forma, políticas públicas voltadas para a valorização e manutenção das línguas indígenas devem ser implementadas com urgência; além disso, há necessidade da garantia da implementação de direitos já assegurados, como os constantes na Constituição Federal e na LDB.

Como dissemos, há vários grupos étnicos no Brasil que não usam mais a língua original, sendo monolíngües em português. No último censo do IBGE (2010), foram computadas 274 línguas indígenas, distribuídas por 305 grupos distintos. É provável que esse número esteja inflado por conta dos critérios (não linguísticos) que embasaram o levantamento, como a autodeclaração. De todo modo, se compararmos esses números (e descartarmos grupos distintos que, eventualmente, usem a mesma língua³³), veremos que há um número significativo de grupos que não usam mais a língua ancestral. Vale lembrar que, embora o censo do IBGE traga um número muito superior ao estimado pela maior parte dos linguistas, a maior parte delas conta com um número reduzido de falantes (autodeclarados), se considerado o mesmo levantamento (quadro 1).

Quadro 1 - Percentual de línguas com reduzido número de falantes

Falantes autodeclarados	Número de línguas	Percentual de línguas
Até 5	33	12%
Até 10	50	18%
Até 50	85	31%
Até 100	112	41%

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Censo IBGE (2010).

33

O próprio IBGE ressalta que "há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia" (IBGE, 2023c).

Recentemente, órgãos internacionais têm chamado a atenção para esse processo de extermínio linguístico, ao indicar que parte considerável desse patrimônio da humanidade está ameaçado de extinção. Ao dizer que línguas estão ameaçadas de extinção, chama-se a atenção para o fato de que elas podem desaparecer em breve, se algumas medidas não forem tomadas no intuito de inverter esse quadro. Um desses órgãos é a Unesco, que em 2016, publicou um Atlas³⁴ contendo uma lista de línguas ameaçadas ou extintas recentemente. Nesse inventário, o Brasil conta com 190 línguas nessa situação.

CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO

Segundo a Unesco, o perigo de extinção pode ser dividido em graus, dependendo, sobretudo, da idade dos falantes, transmissão da língua entre as gerações e situações de uso. Não é raro que nem todos os integrantes étnicos sejam fluentes na língua ancestral. Há casos de povos que se espalham por países distintos, apresentando, casualmente, exemplos de vitalidade diferentes nesses países. A seguir, vemos os critérios para classificar as línguas em perigo:

- **Vulnerável:** a maioria das crianças fala a língua, mas ela pode estar restrita a certos domínios, como dentro de casa.
- **Definitivamente ameaçada:** crianças não mais aprendem a língua como materna em casa.
- **Severamente ameaçada:** a língua é falada por avós e gerações mais velhas; a geração dos pais pode entendê-la, mas não a fala com as crianças nem entre si.

34

Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php>.

- **Criticamente ameaçada:** os falantes mais jovens são os avós e os mais idosos, que falam parcialmente e com pouco frequência.
- **Extinta:** Não há mais falantes vivos da língua.

MAL NA FITA

Pode-se pensar que quanto maior é a diversidade linguística do país, maior é probabilidade de haver mais línguas ameaçadas. Nem sempre isso ocorre. O Brasil é o 10º país de maior diversidade linguística³⁵ do planeta (quadro 2).

Quadro 2 – Países com as maiores diversidades linguísticas

Posição	País	Diversidade linguística
1	Papua Nova Guiné	840
2	Indonésia	712
3	Nigéria	522
4	Índia	454
5	EUA	326
6	Austrália	314
7	China	308
8	México	292
9	Camarões	275
10	Brasil	221

Fonte: www.ethnologue.com, 2021

Apesar dessa colocação em termos de diversidade, o Brasil sobe para a terceira posição entre os países com maior contingente de línguas ameaçadas (quadro 3), colocação pouco honrosa. Há apenas dois países com mais línguas ameaçadas que o Brasil: Índia e Estados Unidos. Os três são seguidos por China, México e Indonésia.

Quadro 3 - Países com maior número de línguas ameaçadas

Posição	País	Línguas ameaçadas
1	Índia	197
2	EUA	191
3	Brasil	190
4	China	144
5	México	143
6	Indonésia	143
7	Rússia	131
8	Austrália	108
9	Papua Nova Guiné	98
10	Canadá	87

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados em <http://www.unesco.org/languages-atlas/>, 2021.

Se cruzarmos os dados dos 10 países com maior número de línguas e dos 10 com maior número de línguas ameaçadas, teremos dados pouco abonadores. Como vemos no quadro 4, no Brasil há 221 línguas, das quais 190 estão sob ameaça de extinção, o que representa cerca de 86% de probabilidade de uma língua da nossa diversidade estar ameaçada de extinção ou já estar extinta. Esse percentual coloca o Brasil em uma situação alarmante: entre os 10 países de maior número de línguas ainda vivas e os 10 com mais línguas ameaçadas, o país ocuparia a primeira posição em exposição de suas línguas ao risco de extinção.

Esse índice de 86% coloca o Brasil em uma posição muito incômoda. Dito de outra maneira: para cada 20 línguas faladas no Brasil, 17 estão numa situação que requer medidas urgentes. Mais drasticamente, dessas 190 línguas ameaçadas, todas são indígenas (Unesco, 2016). Ao observar os valores percentuais do quadro 4, podemos constatar que quatro dos cinco primeiros colocados são países americanos (Brasil, Canadá, EUA e México), o que nos mostra que o processo de perda linguística, iniciado nos primeiros anos da invasão europeia nas Américas, continua em marcha.

Quadro 4 - Percentual de línguas ameaçadas por país

Posição	País	LA/DL	Percentual
1	Brasil	190/221	86,4%
2	Rússia	131/159	82,4%
3	Canadá	87/145 ³⁶	60%
4	EUA	191/326	58,6%
5	México	143/292	49%
6	China	144/308	47,8%
7	Índia	197/454	43,4%
8	Austrália	108/314	34,4%
9	Indonésia	143/712	20,1%
10	Camarões	36/275	13,1%
11	Papua Nova Guiné	98/840	11,6%
12	Nigéria	29/522	5,6%

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

36

Os números de línguas faladas no Canadá e na Rússia são os constantes em: https://en.wikipedia.org/wiki/Number_of_languages_by_country, os quais, em geral, têm pouca discrepância para os valores do quadro 1 para os demais países. A República do Congo, com duas línguas ameaçadas, ficaria em 13º lugar no quadro 4, com apenas 0,9% (2/214) de percentual de ameaça.

COMO INVERTER O PROCESSO?

Não é uma resposta simples, mas precisamos nos debruçar urgentemente sobre a elaboração de soluções e de políticas públicas para inverter esse processo, garantindo a manutenção de nossa diversidade linguística. Os próprios falantes precisam tomar parte na elaboração de políticas públicas que versem sobre o tema. Vários grupos indígenas desenvolvem programas e têm lutado para que suas línguas e culturas não sucumbam ao avanço linguístico e cultural (mas não raramente físico) do entorno. É preciso que essas ações providas de dentro das comunidades sejam apoiadas e fortalecidas. Precisamos assegurar o direito ao uso das línguas nativas, além da ampliação das suas esferas de uso. A garantia às terras indígenas tem papel fundamental nesse processo. No censo do IBGE (2010), o percentual de indígenas que declararam falar uma língua indígena era, no total, 37,4%; dentro das terras indígenas, esse percentual se elevava para 57,3%.

SAIBA MAIS

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, p. 35-38, 2005. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/artigo%3Arodrigues-2005/rodrigues_2005.pdf. Acesso em: 01 nov. 2021

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

ROSA, M. C. 2021. As línguas brasileiras nativas. **Departamento de Linguística e Filologia/UFRJ**. 10 set. 2021. Disponível em <https://lefufrij.wordpress.com/2021/09/10/as-linguas-brasileiras-nativas/>. Acesso em: 30 out. 2021

DISTRIBUIÇÃO espacial da população indígena. Cidade: Instituição/empresa que fez o mapa, ano. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso_mapa_web.pdf. Acesso em: 01 nov. 2021

ESTUDOS especiais. O Brasil Indígena. Língua Falada. **IBGE**, 2023c. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>). Acesso em 28 out. 2021.

World Atlas of languages. **Unesco**, 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php>. Acesso em: 02 nov. 2021

Texto original publicado em 03/11/2021



21

Gean Damulakis

**COOFICALIZAÇÃO
DE LÍNGUAS NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS, DESDOBRAMENTOS
E DESAFIOS**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98621.21](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98621.21)

Em 11 de dezembro de 2022 completaram-se 20 anos desde a experiência pioneira de São Gabriel da Cachoeira (AM) de cooficializar línguas em nível municipal. Em 2002, foi aprovada a lei 145, que tornou cooficiais as línguas indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu, faladas no município por boa parte da população, mesmo por falantes de grupos étnicos distintos. De caráter muito inovador, essa lei abriu espaço jurisprudencial para o surgimento de leis similares em diversos municípios pelo Brasil (por esse motivo, chamo-a, neste pequeno texto, de lei-gatilho), que têm garantido o status de cooficiais a outras línguas, tanto autóctones quanto alóctones, faladas em várias regiões do país. Ainda no mesmo município, a lei 084/2017, de novembro de 2017, foi responsável pela inclusão do Yanomami no estatuto de cooficial.

Chamamos de línguas autóctones aquelas que são faladas originalmente em um determinado espaço geográfico, como é o caso, no Brasil, das línguas indígenas; alóctones são as línguas transplantadas de uma região para outra, como é o caso das línguas trazidas pelos imigrantes (chamadas tradicionalmente de “línguas de imigração”) e do próprio português. Essas línguas compõem o rico mosaico linguístico brasileiro, pois, diferentemente do que muita gente imagina e afirma por aí, o Brasil não é um país monolíngue: além da língua portuguesa, majoritária e oficial, há mais de 170 línguas indígenas e mais de 50 línguas de imigração (algumas mais consolidadas historicamente e outras de imigração recente). Isso sem falar nas variedades de português encontradas pelo país e se apenas levamos em conta as línguas orais.

Ainda sobre a questão do mito do monolingüismo brasileiro, vale lembrar que, desde a lei 10.436 (de 24 de abril de 2002), a Libras (Língua Brasileira de Sinais) é reconhecida como “meio legal de comunicação e expressão” no Brasil, ao lado do português, o que indica que o Brasil é, oficialmente, bilíngue. Ou seja, mesmo oficialmente, o status de monolíngue para o Brasil é inverídico, mesmo que muito apregoado e, por vezes, aclamado como uma característica

positiva do país, sobretudo ao se considerar suas dimensões continentais. Acrescente-se que Libras, mesmo a sendo língua de sinais majoritária e oficial, não é a única língua gestual falada no Brasil, uma vez que há outras línguas de sinais minoritárias (como a dos indígenas Urubu-Kaapor, também conhecida como LSKB – Língua de Sinais Kaapor Brasileira). Mais recentemente, a Cena, língua de sinais falada no Piauí, tem sido pesquisada. As leis municipais de cooficialização são uma grande conquista e uma ferramenta muito importante para garantir essa diversidade. A lei de São Gabriel da Cachoeira se destaca não apenas pelo seu papel inovador e seu potencial propulsor de replicações pelo país, como também pelo fato de ter elevado à categoria de cooficiais, de uma só vez, três línguas indígenas. Sintomaticamente, o fato ocorreu em um dos municípios mais plurilíngues das Américas.

Entre seus aspectos mais básicos, cooficializar uma língua significa possibilitar que documentos oficiais sejam emitidos nessa língua, além de garantir que serviços públicos devam ser prestados também por meio dela. Esse tipo de dispositivo jurídico também garante à língua a possibilidade de circulação por espaços públicos antes impensáveis ou mesmo impossíveis, como em “campanhas publicitárias institucionais”, “nas escolas [além das escolas indígenas] e meios de comunicações”, por exemplo. No plano simbólico, essas leis reforçam a luta contra o preconceito sofrido por essas línguas, muitas vezes referidas apenas como “dialetos” (ou como *gírias*, termo utilizado em algumas regiões da Amazônia para se referir às línguas indígenas), línguas defeituosas ou corruptelas em relação à língua padrão dos países de onde se originaram (no caso das línguas de imigração). Muitas das leis repelem explicitamente a discriminação, determinando que ninguém “pode ser discriminado por razão da língua oficial ou cooficial que use” (Lei 145/2002, art. 4º).

Uma das preocupações no processo de elaboração da lei, embasada no projeto de autoria de Gilvan Müller de Oliveira, um dos fundadores do IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento

em Pesquisa linguística), foi o de respeitar leis superiores, como a Constituição Federal (CF) de 1988. A CF considera a língua portuguesa como sendo a língua oficial da República Federativa do Brasil. Por esse motivo, muitas das leis de cooficialização, a exemplo da lei-gatilho, costumam ser introduzidas por um artigo cuja redação é a seguinte (ou parecida): “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (cf. lei 145/2002). Ainda sobre o exemplo de São Gabriel da Cachoeira, pode-se dizer que, na lei 210/2016, regulamentadora da cooficialização das três línguas indígenas, houve esforço para que a LDB fosse respeitada, por exemplo, no que concerne à permissão de etnias não falantes das três línguas cooficiais poderem ter uma escola bilíngue, em português e na respectiva língua da etnia: “[a] oferta de três línguas cooficiais é obrigatória em todas as redes escolares do município e *facultativa nas escolas indígenas específicas das etnias falantes de outras línguas no município, que têm sua língua étnica como língua de instrução*” (Lei 210/2006, art. 2º, § 3º, alínea c, grifo nosso). Segundo a LDB, “[o] ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (art. 32; § 3º).

Ao exemplo de São Gabriel seguiram-se outras iniciativas em vários municípios, tanto línguas de imigração quanto indígenas. Vejamos abaixo quadro com os exemplos (até 2017, quinze anos após a lei-gatilho).

Quadro 1 - Línguas cooficializadas no Brasil, municípios e respectivas leis (até 2017)

Língua	Município	Lei
Tukano	São Gabriel da Cachoeira (AM)	145/2002
Nheengatu	São Gabriel da Cachoeira (AM)	145/2002
Baniwa	São Gabriel da Cachoeira (AM)	145/2002
Yanomami	São Gabriel da Cachoeira (AM)	084/2017

Pomerano	Pancas (ES)	987/2007
Pomerano	Laranja da Terra (ES)	510/2008
Pomerano	Vila Pavão (ES)	671/2009
Pomerano	Santa Maria de Jequitibá (ES)	1136/2009
Pomerano	Canguçu (ES)	3473/2010
Pomerano	Domingos Martins (ES)	2356/2011
Talian	Serafina Correa (RS)	2615/2009
Talian	Flores da Cunha (RS)	3180/2015
Hunsrückisch	Antônio Carlos (SC)	132/2010
Hunsrückisch	Santa Maria do Herval (RS)	Decreto 05/2009
Guarani	Tacuru (MS)	848/2010
Terena	Miranda (MS)	1382/2017
Xerente	Tocantínia (TO)	Agosto de 2012
Macuxi	Bonfim (RR)	211/2014
Macuxi	Cantá (RR)	281/2014
Wapichana	Bonfim (RR)	211/2014
Wapichana	Cantá (RR)	281/2014

Fonte: elaboração própria, 2017.

Como bem lembra Rosângela Morello (2015, p. 86),

[c]ontrariamente ao que acontece em outros países, onde observamos línguas nacionalmente compartilhadas – como é o caso do Guarani no Paraguai – ou então regionalmente funcionais – como na Espanha –, o Brasil não apresenta, além do português e da LIBRAS, nenhuma outra língua de abrangência nacional ou mesmo regional.

Em contrapartida, no âmbito municipal, há inúmeros casos de percentuais elevados de falantes de línguas ao lado do português, algumas delas faladas como primeira língua. Esse ambiente torna os municípios a instância mais adequada para a aparição de leis desse tipo. Além do mais, essas leis podem ser, como defende, por exemplo, Evandro Morello (2015), até da responsabilidade dessas instâncias administrativas, uma vez que segundo a CF de 1988 (art. 30), compete aos municípios: “I – legislar sobre assuntos de interesse local”; “IX – proteger o patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual”.

Além das línguas indígenas indicadas no quadro acima (o Baniwa (Aruak), o Tukano (Tukano), o Nheengatu (Tupi-Guarani), o Yanomami (Yanomami), o Xerente (Jê), o Guarani (Tupi-Guarani), o Terena (Aruak), o Wapichana (Aruak), o Macuxi (Karib)), o município de Santo Antônio do Içá (AM) cooficializou, através da lei 298/2020, o Tikuna (isolada), e, em São Félix do Xingu (PA), o Mëbêngôkre (Jê) obteve o mesmo status em decorrência da lei 571/2019. Quanto às línguas de imigração, além das indicadas no quadro (o Pomerano, o alemão, o Hunsrückisch (germânicas) e o Talian (neolatina)), podemos acrescentar, mais recentemente, línguas eslavas como o polonês (Áurea, RS; lei 2.181/2022) e o ucraniano (Prudentópolis, PR; lei 2.479/2021). Em 2022, cidade de Mallet (PR) cooficializou o ucraniano e o polonês através da mesma lei.

Apesar desse avanço, se levarmos em conta o grande número de línguas e o elevado número de falantes, esse conjunto de línguas é menos expressivo do que a potencialidade no país: em 2017, quinze anos depois da lei-gatilho, apenas em sete dos 26 estados da Federação havia alguma lei com o mesmo efeito. A construção do processo não é simples e precisa de uma articulação política bem consolidada. Vale lembrar que boa parte dos projetos de lei foi apresentada por vereadores falantes dessas línguas, ou seja, indígenas e descendentes de imigrantes eleitos em seus respectivos municípios. Fora isso, de maneira geral, a demanda costuma

ter origem e apoio em entidades e associações representativas no seio da sociedade civil, como a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), em São Gabriel. Em outras palavras, a apresentação e votação da lei é apenas a ponta mais visível de um processo construído através de debates e a colaboração de entidades que se dedicam à luta pela ampliação (e preservação) de direitos dos falantes dessas línguas.

Vários são os desafios decorrentes da implementação de leis como essas, sobretudo referentes ao aporte de recursos, à fiscalização de seu cumprimento e à mão de obra especializada (para a emissão de documentos nessas línguas, para a interpretação dessas línguas e atendimento ao público etc.), por exemplo. De todo modo, decorrido um sesquidécênio da lei-gatilho, podemos perceber que esse processo (e a adesão a ele) parece ser inevitável, apesar de estar apenas no começo. Como algumas outras leis similares estão sendo gestadas neste momento, é possível que tenhamos em breve um grupo mais volumoso de línguas cooficiais, alicerçando juridicamente nosso multilinguismo. Mesmo sendo ainda pequeno o número de leis municipais em relação à multiplicidade de línguas no país, esse processo de elaboração e aprovação de leis de cooficialização de línguas deve ser comemorado, uma vez que essas línguas, além de codificarem identidades e aspectos culturais de seus falantes, devem ser tratadas como parte constitutiva de nossa história e de nossa riqueza cultural e linguística.

Como dissera Souza (2017), na entrevista abaixo, “[c]ada um desses atos põe à mostra toda a diversidade linguística de nosso país, o que pode alavancar iniciativas mais amplas em âmbito federal”. De fato, o modelo desenhado pela lei-gatilho e os exemplos de replicação em outros municípios levaram à criação de projeto de lei (PL) em âmbito federal (PL 3074/2019). O PL ganhou notoriedade nos últimos anos por propor a cooficialização de línguas indígenas em municípios brasileiros. Segundo determina o projeto, “[o]s Municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas passam a ter

como línguas cooficiais as línguas indígenas”. Esse tipo de lei pode ser um avanço, uma vez que nem sempre as construções locais conseguem êxito e pode significar uma nova fase nesse processo.

ENTREVISTAS

Nesta seção, mostramos entrevistas feitas com quatro pesquisadoras de universidades públicas brasileiras, que se dedicam ao estudo de culturas e de línguas minoritárias. A primeira entrevista é com a Professora Doutora **Kristine Sue Stenzel** (DLF/UFRJ), que pesquisa línguas indígenas da família Tukano e atua em São Gabriel da Cachoeira. Em seguida é a vez da Professora Doutora **Karen Pupp Spinassé** (UFRGS), que se dedica ao estudo do Hunsrückisch, língua de imigração, de base germânica. Na sequência, entrevistamos a Professora Doutora **Tania Clemente de Souza** (Museu Nacional/UFRJ), que pesquisa o Bakairi, língua Karib. Todas as entrevistas foram concedidas em 2017, há mais de 5 anos e vêm aqui publicadas quase sem modificações. Por esse motivo, não falamos em Yanomami, em São Gabriel da Cachoeira. Apesar do distanciamento temporal, muitas coisas que são ditas nas entrevistas ainda continuam fazendo parte da realidade das comunidades linguísticas referidas.

Gean: Qual é a importância da lei de cooficialização para o Tukano, o Baniwa e o Nheengatu?

Kristine Sue Stenzel: A Lei de cooficialização (dezembro de 2002) teve uma importância simbólica muito grande, de reconhecimento da identidade sobretudo indígena do município, expressa em parte pelo uso de línguas diferentes. O município de São Gabriel da Cachoeira, terceiro maior município do país, é extremamente diverso, com mais de 25 grupos etnolinguísticos, falantes de línguas de pelo menos quatro famílias linguísticas diferentes. A escolha das línguas

Tukano, Baniwa e Nheengatu destaca a natureza multilíngue da região como um todo, valorizando as três maiores línguas, que também são línguas francas regionais. Os quatro objetivos maiores da lei eram de: (a) garantir a oferta de serviços públicos básicos em forma oral e escrita em cada uma das três línguas cooficiais; (b) criar campanhas institucionais de fortalecimento e reconhecimento do uso dessas línguas; (c) traduzir documentos oficiais; e (d) dar apoio para o ensino das línguas nas escolas e promoção do uso na *media*.

Gean: Quais são os desafios para que aspectos previstos na lei sejam efetivados?

Kristine Sue Stenzel: Bem, nos mais de vinte anos desde a cooficialização houve algum investimento na área de ensino das línguas e na formação de tradutores. Mas ainda falta trabalho para atingir as metas gerais previstas pela lei. Há dificuldades técnicas ainda não resolvidas, por exemplo, ainda carecemos de ortografias unificadas para essas línguas – há detalhes e questões ainda sendo discutidos. Além disso, há poucos bons materiais de ensino das línguas como L1 e L2 (cujas metodologias são bem diferentes) e poucos professores treinados para ensiná-las. As dificuldades de oferta de serviços multilíngues e de tradução de documentos oficiais decorrem em parte dessas lacunas técnicas, e em parte por questões financeiras e de gestão de recursos. Acredito que é preciso ainda mais tempo e investimento ainda para efetivar a lei como foi idealizada.

Gean: Qual é a importância da lei de cooficialização para Hunsrückisch?

Karen Pupp Spinassé: Não apenas para o Hunsrückisch, mas para todas as línguas minoritárias, qualquer iniciativa de cooficialização é, *a priori*, bem-vinda, porque isso dá visibilidade a essas línguas. O Brasil tem mais de 274 línguas indígenas,

segundo o último censo do IBGE (2010) e mais de 50 línguas de imigração. Ou seja: são mais de 320 línguas que são faladas no país, e, de forma geral, as pessoas acham que no Brasil se fala apenas o português. Então, considero que a grande contribuição da cooficialização de línguas minoritárias é a visibilidade e, conseqüentemente, a garantia de direitos linguísticos aos seus falantes. É importante mostrar que no Brasil não se fala apenas o português, existem outras línguas que também devem ser levadas em consideração e ter o mesmo *status* que o português, por serem línguas brasileiras, faladas no Brasil. Apesar de terem origem em outro lugar (como o Hunsrückisch e as outras línguas de imigração), elas são línguas brasileiras: são faladas aqui, desenvolveram-se sob as condições a que foram expostas aqui e só existem como são por conta desse processo vivido aqui. Portanto, é muito importante que elas sejam niveladas com o português, até mesmo para assegurar o direito de seus falantes em utilizá-las, sem medos ou falsas crenças de que elas seriam línguas menores. Nesse sentido, as cooficializações são muito importantes.

Gean: Quais são os desafios para que aspectos previstos na lei sejam efetivados?

Karen Pupp Spinassé: Claro que a cooficialização de uma língua minoritária nos municípios traz desafios e dificuldades. Por exemplo, a questão das traduções. Em um município onde o Hunsrückisch é oficializado, todos os documentos oficiais do município devem ser traduzidos. Quem faz isso? Como se faz isso? Com que tipo de escrita, por exemplo? Pois, como se sabe, o Hunsrückisch é uma língua ágrafa, é uma variedade apenas falada. Como fazer isso, então? Por exemplo, há municípios que cooficializaram uma língua de imigração e introduziram o ensino dessa língua nas escolas, para fazer com que a importância da língua na cidade não fique apenas no papel, ensinando essa língua nas escolas

para todas as crianças. Mas ficam as questões: com que tipo de pedagogia, com que estratégias didáticas essa língua vai ser ensinada? Será como língua estrangeira? Língua materna? E que trabalho é feito com a comunidade? Pois a questão do status da língua também é muito relevante. Essas línguas, de forma geral, por vários motivos, são estigmatizadas. Contudo, apesar de "minoritárias", elas não são "menores", e isso é importante deixar claro na comunidade, para que todos vivam, entendam e apoiem a cooficialização e as medidas que a acompanham. Então, isso tudo deve ser pensado antes, ou seja, é preciso haver uma planificação linguística prévia. Muitas vezes ocorre uma iniciativa política: um vereador gosta da ideia e a propõe, o município acata e cooficializa a língua minoritária. No entanto, às vezes não há uma estrutura já pensada para resolver essas questões. Ou seja, acabam descobrindo o que se deve fazer depois que a língua já está cooficializada, o que pode gerar atropelos e também acabar com que as regras não sejam cumpridas a contento. Mas, mesmo com suas dificuldades e desafios, as cooficializações devem ser incentivadas e abraçadas.

Gean: Qual seria a importância da lei de cooficialização do Bakairi em nível municipal?

Tania Clemente de Souza: Os Bakairi, povo com cerca de mil indivíduos, estão distribuídos em dois municípios – Santana e Paranatinga, no estado do Mato Grosso. Esses dois grupos correspondem aos que Von den Steinen classificou, em 1895, como Bakairi ocidentais e orientais. Desde esta época, já era registrada diferença dialetal entre os falantes desses dois grupos, permanecendo a mesma até hoje. A língua Bakairi é filiada linguisticamente à família Caribe, ramificação Sul. A cooficialização do Bakairi, em nível municipal, representaria um ganho político em vários aspectos, não só no reconhecimento de um pertencimento histórico dessas línguas com o

Estado nacional, como também numa política linguística de salvaguarda de todo um saber imaterial inscrito na materialidade das línguas indígenas. É sempre bom lembrar que as línguas indígenas faladas em nosso território somavam em torno de 1.100 línguas, hoje há em torno de 180. Além de um processo constante de silenciamento das mesmas.

Gean: Quais seriam os desafios para a efetivação de uma lei como essa?

Tania Clemente de Souza: A cooficialização de línguas traz implicações diversas, garantidas por lei, mas nem sempre cumpridas, tais como o ensino básico em língua materna, a escrita de leis, decretos e documentos oficiais em duas línguas etc. Tais metas não fazem parte de uma Política Linguística num Estado cuja postura (desde o século XVIII) é ratificar o monolinguismo. Entretanto, isso não invalida as iniciativas em âmbito municipal de cooficialização das línguas minoritárias. Cada um desses atos põe à mostra toda a diversidade linguística de nosso país, o que pode alavancar iniciativas mais amplas em âmbito federal.

SAIBA MAIS

ÁUREA (RS). **Lei Nº 2181/2022.** Dispõe sobre a cooficialização da língua polonesa no Município de Áurea, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

BAALBAKI, A. C. F.; ANDRADE, T. de S. Plurilinguismo em cena: processos de institucionalização e de legitimação de línguas indígenas. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som. Jun. 2016, ano 1, p. 69-87.

BRASIL. **Lei 9.394/1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

BRASIL. **Projeto de Lei 3074/2019.** Dispõe sobre a Cooficialização das Línguas indígenas nos municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas.

BRASIL. **Lei Nº 10.436/2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

MORELLO, R. A política de cooficialização de línguas no Brasil. *In:* MORELLO, R. (org.). **Leis e línguas no Brasil** - O processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL, 2015.

MORELLO, E. Cooficialização da língua pomerana no Município de Santa Maria do Jequitibá/ES. A linguagem como patrimônio cultural imaterial. Competência do Município para legislar sobre a proteção a bens culturais. Elementos para maior eficácia da lei, *In:* MORELLO, R. (org.). **Leis e línguas no Brasil** - O processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL, 2015.

OLIVEIRA, G. M. de (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.** Novas Perspectivas em política linguística. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

OLIVEIRA, G. M. de. Oficialização de Línguas Indígenas em Nível Municipal no Brasil – Algumas Considerações Político-Linguísticas e Jurídicas Preliminares. *In:* ALMEIDA, A. W. B. (org.). **Terra das Línguas.** São Gabriel da Cachoeira: UFAM/PNCSA, 2007, p. 37-49.

PRUDENTÓPOLIS (PR). **Lei Nº 2.479/2021.** Dispõe sobre a cooficialização da língua ucraniana à língua portuguesa, no Município de Prudentópolis, e dá outras providencias.

SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ (AM). **Lei Nº 298/2020.** Dispõe sobre a cooficialização da Língua Tikuna a Língua Portuguesa no Município de Santo Antônio do Içá, Estado do Amazonas.

SÃO FÉLIX DO XINGU (PA). **Lei N 572/2019.** Dispõe sobre a cooficialização da Língua Mebêngôkre a Língua Portuguesa no Município de São Félix do Xingu.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM. **Lei Nº 145/2002.** Dispõe sobre a Co-oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, a Língua Portuguesa no Município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM). **Lei 210/2006.** Regulamenta a Lei Nº 145/2002.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM). **Lei Nº 084/2017.** Dispõe sobre a cooficialização da Língua Yanomami.

Texto original publicado em 21/12/2017

LÍNGUAS CITADAS NESTE LIVRO

Alemão 41, 65, 67, 68, 130, 133, 219	Kayapó 42, 46	Puri 42
Árabe 79, 147	Khanty 135	Quechua 110
Bakairi 45, 47, 49, 221, 224	Krenák 42	Tagalo 31
Baniwa 215, 217, 219, 221, 222	Kulina 43, 46, 48	Taitiano 79
Baré 45	Latim 79, 143, 158, 159	Talian 218, 219
Darai 135	Mandarim 125	Tapirapé 46
Espanhol 37, 43, 65, 103	Mayoruna 46	Terena 124
Francês 37, 41, 76, 79, 85, 86, 132, 135, 158, 188	Mëbêngôkre 219	Tikuna 41, 46, 219
Gbeya 111	Nheengatu 46, 215, 217, 219, 221, 222	Tukano 46, 215, 217, 219, 221, 222
Guarani 43, 218, 219	Palikur 44	Turco 53, 54, 56
Hebraico 95	Patxohã 41	Ucraniano 219
Híndi 28	Pira-tapuia 46	Wapichana 218, 219
Inglês 17, 29, 36, 37, 65, 78, 80, 84, 85, 86, 97, 110, 131, 143, 158, 185, 186, 187, 189, 190, 201	Polonês 219	Xerente 41, 218, 219
Iorubá 76, 79	Pomerano 218, 219	Xokleng 42, 45, 46
Japonês 28, 147, 155, 157	Português 9, 20, 24, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 56, 57, 59, 65, 66, 76, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 89, 93, 95, 97, 98, 102, 103, 117, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 134, 140, 143, 144, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 166, 178, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 205, 206, 215, 217, 218, 219, 223	Yanomami 215, 217, 219, 221
Juruna 46		Yathê 41, 205
Kaingang 42, 43, 44		Yudjá 46
Kanamari 46		
Karajá 10, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 170, 171, 172, 173, 174		
Karipuna 43		
Karitiana 47		
Katukina 43, 46		
Kaxinawá 46		

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriana Leitão Martins

Professora associada de Linguística do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. É graduada em Letras: Português-Inglês e tem mestrado e doutorado em Linguística. Sua pesquisa se concentra principalmente em sintaxe, com estudos sobre linguagem em sujeitos saudáveis ou com distúrbios linguísticos.

E-mail: adrianaleitao@letras.ufrj.br

Alessandro Boechat de Medeiros

Professor associado de Linguística do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. É graduado em matemática e tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Linguística. Sua pesquisa se concentra principalmente nas interfaces entre morfologia e sintaxe e entre morfologia e semântica.

E-mail: alboechat@letras.ufrj.br

Ana Quadros Gomes

Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FL/UFRJ), atuando no Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico, no PPG em Linguística, na Pós-vernáculos UFRJ) e no PRO-FLLIND – (Museu Nacional/UFRJ). É pesquisadora em Linguística, especialmente em Semântica Formal, interessada, sobretudo, por Língua Portuguesa e por Línguas Indígenas do Brasil.

E-mail: anaquadrosgomes@letras.ufrj.br

Ana Regina Vaz Calindro

Professora adjunta do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. Possui bacharelado em Linguística e bacharelado/licenciatura em Língua Portuguesa pela USP, mestrado e doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela USP, além de pós-doutorado em Linguística pela Unicamp. Realiza pesquisa na área de teoria e análise linguística, com ênfase em sintaxe, variação, mudança linguística, linguística computacional, além da interface entre teoria linguística e ensino.

E-mail: anacalindro@letras.ufrj.br

Aniela Improta França

Professora titular de Linguística do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. Tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Linguística. Sua pesquisa se concentra principalmente em neurociência da Linguagem, aquisição e neurofisiologia. Desde 2006 coordena o Laboratório ACESIN.

E-mail: aniela@letras.ufrj.br

Brenda da Silva Barreto

Professora de língua inglesa da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, além de ministrar aulas de alemão como língua estrangeira. Possui graduação em Letras (Português/Inglês e Português/Alemão). Tem mestrado e doutorado em Linguística. Como pesquisadora, atua na área de aquisição de fonologia de línguas estrangeiras.

E-mail: brendasilbar@ufrj.br

Bruna Vieira Cabral Machado

Professora de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (SME/RJ). É graduada em Letras (Português/Literatura) e mestra em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde a graduação, pesquisa temas voltados para a aquisição da linguagem na área da fonologia.

E-mail: bvcmachado@gmail.com

Clara Sousa da Silva

Mestre em Linguística pela UFRJ e graduada summa cum laude em Letras pela mesma instituição. Sua pesquisa se volta para a interface entre sintaxe, semântica e pragmática, com interesse especial em construções idiomáticas. Atualmente realiza doutorado em Linguística na UFRJ.

E-mail: clarass@letras.ufrj.br

Diogo Pinheiro

Professor adjunto de Linguística do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. Tem mestrado em Língua Portuguesa e doutorado em Linguística pela UFRJ. Sua pesquisa se concentra principalmente na interface entre sintaxe e pragmática, com foco sobre a dimensão intersubjetiva da linguagem humana.

E-mail: diogopinheiro@letras.ufrj.br

Evandro de Sousa Bonfim

Professor colaborador do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ e do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND). É graduado em Comunicação Social e tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Antropologia Social, e especialização em Línguas Indígenas Brasileiras e pós-doutorado em Linguística. Pesquisa rituais e artefatos cerimoniais entre os Bakairi (Karib) e trabalha com retomadas linguísticas com povos indígenas no Nordeste.

E-mail: evandrobomfim@hotmail.com

Gean Nunes Damulakis

Professor associado de Linguística do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. cursou graduação em Letras (Português/Alemão), mestrado e doutorado em Linguística na mesma instituição. Atua no Mestrado Profissional em Letras da UFRJ e no Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND), do Museu Nacional/UFRJ. Sua pesquisa se concentra principalmente em línguas indígenas, língua Kaingang, fonologia e na interface entre fonologia e morfologia.

E-mail: damulakis@letras.ufrj.br

Karen Sampaio Braga Alonso

Professora associada do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ e do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ, do Programa de Pós-graduação em Letras Neo-latinas da UFRJ e do Mestrado Profissional em Letras da UFRJ. É graduada em Letras: Português-Literaturas e tem mestrado e doutorado em Linguística. Sua pesquisa se concentra principalmente na área de Gramática de Construções Baseada no Uso e Linguística Histórica.

E-mail: karensampaio@letras.ufrj.br

Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo

Professor adjunto de Linguística do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. É graduado em direito e letras, tem mestrado e doutorado em Linguística. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente na pesquisa dos seguintes temas: variação e mudança linguística, percepção da variação socialmente indexada, em especial por grupos de indivíduos periféricos.

E-mail: malmelo.lopes@letras.ufrj.br

Marcus Maia

Professor titular de Linguística do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ e pesquisador 1B (CNPq). É graduado em Letras e tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Linguística. Sua pesquisa se concentra nas áreas de Psicolinguística, Teoria Gramatical, Línguas Indígenas, hoje com especial atenção para interfaces dessas áreas entre si e com a Educação.

E-mail: maia@ufrj.br

Thiago Nascimento de Melo

Mestre em Linguística e graduado em Letras: Português-Literaturas pela UFRJ. Interessa-se por teoria linguística, sobretudo no estudo da sintaxe e suas interfaces com morfologia e semântica. Hoje, cursa doutorado em Linguística na UFRJ e trabalha como professor no ensino básico.

E-mail: tnmelo@letras.ufrj.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

absolutivo 31
 acusativo 31
 afasia 162, 163, 165, 168, 169
 afixo 125, 134, 135
 alteridade linguística 108, 110
 aquisição 28, 30, 36, 114, 116, 117, 118, 121, 157
 arbitrariedade 65
 aspecto 124, 125, 128, 129, 134, 164
 aspiração 43, 86, 98
 autodenominação 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47
 avaliação social 88

B

Baniwa 215, 217, 219, 221, 222
 bugre 42

C

caso 18, 21, 23, 28, 30, 31, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 59, 64, 65, 68, 77, 78, 88, 97, 98, 100, 102, 107, 111, 112, 117, 118, 124, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 149, 150, 154, 156, 158, 160, 163, 164, 165, 166, 168, 173, 181, 187, 190, 191, 194, 195, 198, 215, 216, 218

China 125, 138, 139, 140, 141, 142, 208, 209, 210
 comprometimento sintático 165
 concordância 31, 89, 124, 134, 135, 136, 166, 167
 cooficialização de línguas 220, 223, 225
 cruzamento vocabular 138, 140
 curva em U 117

D

dialeto 83, 89, 95, 99, 100, 101, 102, 103
 diversidade linguística 85, 202, 208, 211, 220, 225
 dual 79

E

encaixe 150
 epilinguística 171, 172, 173, 174
 ergativo 31
 esloveno 79
 estrangeirismos 185, 188, 190, 191, 192
 estratégias de reparo 116
 etnônimo 40
 exodenominação 40, 41, 44

F

flexão 36, 37, 79, 136, 166
 foco 55, 171, 172, 173
 fonema 44, 102, 165
 fonética acústica 118
 fonologia 13, 95, 120
 frequência fundamental 119
 fricativas 102
 função semântica 31, 32

G

gênero neutro 52, 59
 gênero social 196
 glossolalia 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112
 gramática 20, 22, 24, 25, 28, 36, 57, 74, 154, 158, 159, 165, 166, 176
 Gramática Universal 115, 172, 176
 grego 108

I

iconicidade 65, 107, 111, 112
 identidade 47, 94, 100, 199, 201, 205, 221
 ilhas sintáticas 156, 157
 intensificador 20, 21, 22, 24

ítems funcionais 36, 37

ítems lexicais 29, 30, 36, 97

L

lambdacismo 116, 119

léxico 13, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 56

língua ameaçada 204

língua cooficial 215, 216

língua de imigração 221, 223

Língua-E 29, 30

Língua-I 28, 29

língua natural 28, 56, 147, 148

línguas indígenas 45, 47, 50, 204, 205, 206, 211, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225

linguística 12, 20, 37, 40, 43, 44, 52, 55, 58, 59, 66, 68, 72, 76, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 121, 151, 153, 157, 160, 163, 165, 168, 169, 171, 172, 175, 180, 182, 183, 201, 202, 204, 205, 208, 210, 211, 217, 220, 224, 225

linguística gerativa 157, 160

M

matemática 74, 75

morfema 53, 135, 136

morfologia 13, 31, 36, 37, 80, 95, 125

motivação 65, 66, 67, 68, 71, 159

mudança deliberada 54, 57, 59

mudança linguística 58

N

nominativo 31

numerais 74, 76, 77, 78, 80

numeral 76, 79

números 48, 53, 69, 71, 75, 76, 149, 203, 204, 206, 210

O

onomástica 40

P

padrões conversacionais 196, 200, 201

palavrão 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25

patologia da linguagem 163, 168

plural 20, 47, 59, 78, 79, 80, 135, 158, 166

plural redundante 158

pós-vocálico 92, 96, 98, 99, 100, 104

prefixo 125, 149, 165

prescritivismo 59

princípios e parâmetros 153, 159

R

rastreamento ocular 173, 174, 175

recursividade 146, 150

relatividade linguística 52

responsabilidade social 52, 60

S

semântica expressiva 19

sentença 19, 20, 22, 23, 31, 32, 33, 53, 54, 56, 128, 130, 136, 150, 155, 156, 158, 159, 165, 167

singular 20, 35, 58, 78, 79, 89, 117, 124, 135, 166

sistema de evidencialidade 52

sistema de gênero neutro 52, 59

sotaque 13, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

s pós-vocálico 96, 98, 99, 100, 104

S pós-vocálico 92

T

tabu 17

tempo verbal 55, 125, 126, 128, 132, 134, 135

tópico 171, 172, 173

V

VaChina 137

vacina 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144



www.PIMENTACULTURAL.com

INÓIS

da LIN
GUÍS
TICA

